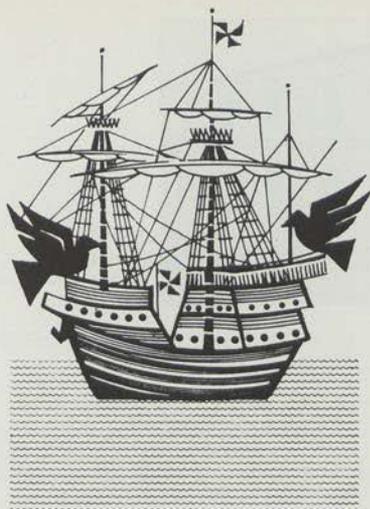


LISBOA

revista municipal





MEN-
SAGEM

LISBOA

revista municipal

ANO XLIV — 2.ª SÉRIE — N.º 4 — 2.º TRIMESTRE DE 1983 — NÚMERO AVULSO: 100\$00

DIRECTOR: ORLANDO
MARTINS CAPITÃO
SUBDIRECTOR: SALETTE
SIMÕES SALVADO
ASSISTENTE TÉCNICO:
ALFREDO THEODORO

sumário

MENSAGEM • ESCAVAÇÕES DO OSSÁRIO
DE S. VICENTE DE FORA - SEU
RELACIONAMENTO COM A HISTÓRIA DE
LISBOA • VINHOS NA INAUGURAÇÃO DA
ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I
• ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO,
JORNALISTA DE LISBOA E PROMOTOR
DAS CLASSES LABORIOSAS • SANTO
ANTÓNIO, NO 750.º ANIVERSÁRIO DA
SUA MORTE • AZULEJOS DE FACHADA EM
LISBOA-II • CONCURSO DE QUADRAS DE
SANTO ANTÓNIO • CONCURSO DE TRONOS
DE SANTO ANTÓNIO • LISBOA - NOTICIÁRIO

*Recebido
7-84*

EDIÇÃO DA C. M. L. — D. S. C. C. — REPARTIÇÃO DE ACÇÃO CULTURAL
PALÁCIO DOS CORUCHÉUS — RUA ALBERTO DE OLIVEIRA — LISBOA — TELEFONE 76 62 68

Execução gráfica Heska Portuguesa — Rua Elias Garcia, 27-A — Venda Nova — Amadora — 1000 ex.



NA CAPA:
«Casa dos Bicos».
Aguarela de Alberto de Souza,
1958.

MEN- SAGEM

Com o n.º 4 desta 2.ª série pretendemos voltar a publicar «Lisboa» com a regularidade que lhe era habitual. Esse número levou assim a indicação do 1.º trimestre de 1983.

Dificuldades de vária ordem atrasaram a sua edição, atraso que se repercute, naturalmente, na publicação dos números seguintes.

Esperamos ter vencido grande parte dessas dificuldades e estarem criadas as condições necessárias à recuperação do atraso verificado.

Queremos que esta Revista Municipal mantenha o seu cunho predominantemente lisiponense que lhe é imposto pela designação que adoptou e que seja verdadeiramente uma revista do Município e Cidade de Lisboa.

Procuraremos registar os acontecimentos actuais de real interesse para a história da Cidade, como faremos publicar os trabalhos que nos forem chegando e que, de algum modo, contribuam para o melhor conhecimento do passado lisboeta.

Contaremos para isso com a indispensável colaboração dos olisipógrafos ilustres e de todos quantos, por virtude dos seus afazeres profissionais, dos seus estu-

dos ou da sua dedicação a esta Cidade, se entreguem à investigação histórica.

A todos fazemos um apelo para que colaborem conosco e nos ajudem a manter uma Revista Municipal que transmita aos seus leitores uma imagem fiel da Lisboa do passado e que projecte no futuro a Lisboa do presente.

LISBOA, Junho de 1983

O Director

ESCAVAÇÕES DO OSSÁRIO DE S. VICENTE DE FORA

— SEU RELACIONAMENTO
COM A HISTÓRIA
DE LISBOA *

AGRADEÇO A COLABORAÇÃO
DEVOTADA DOS PARTICIPANTES
NA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA
EM S. VICENTE DE FORA

Álvoro Mesquita de Oliveira
Ana Maria Ferreira de Andrade
Ana Maria Moreira Marques
Elsa Botorão Marques Pereira
Fernando de Abreu Bettencourt da Câmara
Francisco Maria Pinheiro Feio
General Themudo Barata
João de São Payo Seabra de Albuquerque
Jorge Manuel Preto
Jorge Miguel Figueiredo Rodrigues
José Manuel Vieira Augusto
Maria Alexandra Ramos
Maria Gertrudes de A. M. S. Ferreira
Padre Daniel Lopes
Paula Cristina Teixeira Fidalgo
Paulo Alexandre Fernandes
Paulo Jorge Fernandes de Miranda
Pedro Miguel Teixeira Fidalgo
Rogério Simões
Rosário Sampaio Almeida Santos
Rui Manuel de Oliveira

O CEMITÉRIO DE ABÓBADA DE S. VICENTE

LISBOA ANTIGA — Vol. VII — 2.ª edição
— Júlio de Castilho

Citação

«Agora, já preparado pelas diversas narrações da chegada dos restos de S. Vicente a Lisboa, e da sua provisória residência em Santa Justa, pode o leitor saborear melhor o muito que vou dizer-lhe do magnífico cenóbio dos cônegos regrantes. Se não eles os depositários do corpo inteiro do seu venerado orago, arquivavam-lhe com sumo apreço um fragmento ao menos da caveira, num cofre doirado, que tinha no meio (assim se expressa D. Nicolau) um ovado com seu cristal.

Em Santa Cruz de Coimbra também se conservava ainda em 1540 um braço de S. Vicente, encastado em outro de prata tão grande como o natural, e esmaltado com alguma pedraria; assim o refere Mendanha na sua descrição».

A todos os cometimentos da Idade Média era complemento alguma comemoração religiosa. A conquista cristã de Lissibona mereceu a El-Rei D. Afonso Henriques o ser assinada com duas fundações, onde ficou rutilando através dos séculos o espírito elevado do seu autor.

Do que se fez, e vou narrar, deixaram memória dois homens sinceros, a quem já me referi no Vol. II, e graças a quem podemos recompor este período da vida social portuguesa. Chamava-se um Fernão Peres, e serviu, segundo se conjectura, como regedor das justiças do reino; o outro era Otha, alemão, clérigo da armada, e ambos muito lembrados, anos depois, das circunstâncias do memorável cerco.

O escrito deles, o célebre *Indiculum fundationis monasterii Sancti Vicentii*, composto no seu latim derrancado, é precioso documento, como o são sempre asserções desapaixonadas de contemporâneo (sublinhei o adjetivo). Serenados os ânimos, na conclusão do cerco, entrada a cidade com a procissão triunfal dos portugueses, erecta a Sé Episcopal, e nomeado para ela, como lá vimos, o clérigo inglês Gilberto, já sagrado bispo D. Gilberto pelas mãos de D. João Peculiar, chamou-o El-Rei à sua presença, mais os Bispos, e o seu conselho, e deu-lhes parte de que ia reali-

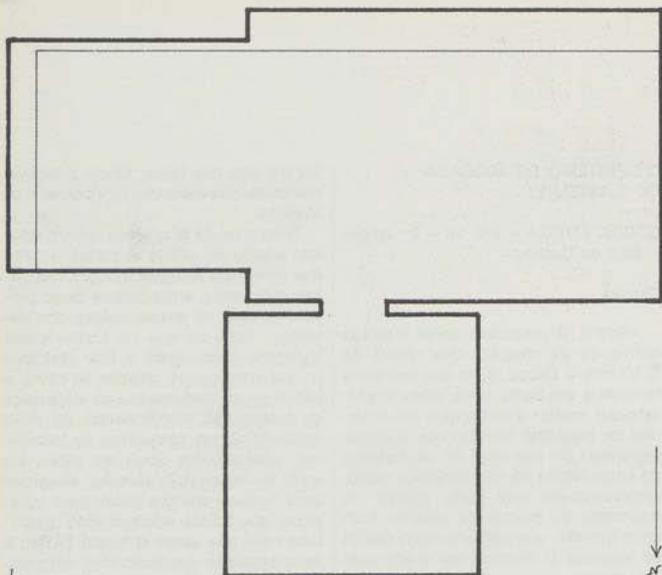
zar um voto que fizera; fundar definitivamente os dois templos: S. Vicente, e os Mártires.

Tinham-se (já lá o vimos noutra volume) erigido em ambas as partes, no sítio dos cemitérios dos que morriam nas batallas do cerco, umas pobres casas provisórias para as missas diárias dos capelães. Sabe-se que na Lisboa cristã pacificada continuaram a ficar residindo muitos estrangeiros, atraídos do clima, e não menos, certamente, na esperança da prometidas municências do novo soberano. Essas campanhas de forasteiros, estabelecidas como em aldeia em volta do respectivo templo, elegeram entre os seus clérigos algum mais conspícuo, que ficasse administrando o mosteiro novo que assim ia fundar El-Rei; e foi o escolhido dos teutónicos um presbítero por nome Roardo, ou Vivardo, que recebia as oblatas, e dirigia a obra, dando-se-lhe ajudante um leigo de boa vida, chamado Henrique, o qual tocava pontualmente a campa às horas canónicas, e limpava e policiava o templo.

Tanto em S. Vicente como nos Mártires se foram enterrando condignamente os mortos, em sepulturas muito honradas, como diz em português a paráfrase do *Indiculum*, e com tombas bem lavradas, as quais duraram séculos, e chegaram aos dias do curioso Miguel Leitão de Andrade, que também viu idênticas na Sé, em S. Vicente, em Santa Marinha e em S. Mamede. Assim, observa com melancolia cristianíssima o redactor do *Indiculum* português, a ambas as casas foi sangue de mártires o alicerce; e é essa também a expressão textual de um sumo pontífice, ao referir-se três séculos depois à fundação de S. Vicente, feita sobre sangue de Mártires, isto é, sobre o sangue dos que no cerco de Lissibona não duvidaram derramá-lo.

As relíquias dos demais defuntos mártires do cerco, também não soube esquecer-las a ilustrada piedade dos cônegos regrantes. Quando se derrubou a igreja velha, trasladaram-se para um sacrário, traido na parede de um cemitério de abóbada, que ficava (no tempo de D. Nicolau) encostado ao coro da igreja nova, com porta para a segunda claustura. Tinha letreiro doirado que dizia:

«Aqui estão encerrados os ossos dos Santos Cavalleiros portugueses, que morreram no cerco desta cidade de Lisboa quando D. Afonso Henriques primeiro Rey de Portugal a tomou aos mouros no ano de 1147.»



1

E mais abaixo do letreiro, quatro versos latinos compostos por um cônego D. Cosme:

«HIC VENERANDA JACENT EQUITUM, QUI BELLA SEQUUTI ALPHONSI PRIMI, MEMBRA SEPULTA, SOLO. OSSA SOLUM; LÆTAS ANIMAS NUNC SERVAT OLYMPUS, MORTIS UBI RETINENT PROEMIA DIGNA SUOE.»

Tradução:

«Neste chão jazem sepultados os venerandos destroços dos cavaleiros que seguiram as guerras de Afonso primeiro. Os ossos contêm-nos este chão; as alegres almas guarda-as agora o Olimpo, onde recebem prêmio condigno a tais mortes.»

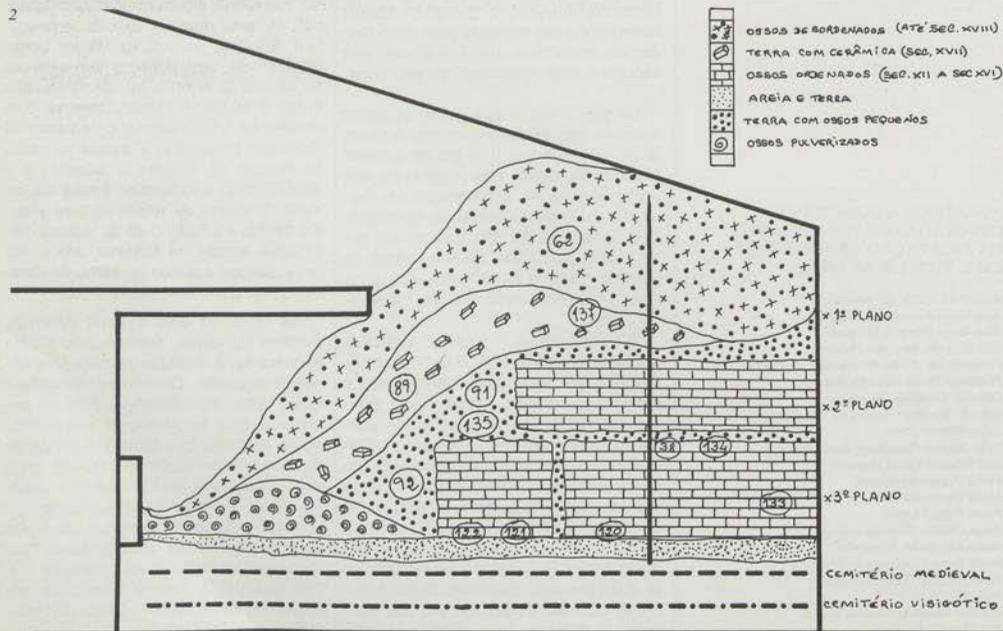
Modernamente (não sei dizer quando) ao fazerem-se aquelas pobríssimas tribunas reais, que lá vemos à direita e à esquerda da capela-mor, inutilizou-se uma capelinha que fica por trás da tribuna do lado da Epístola, e que era de certo o cemitério de abóbada de que fala D. Nicolau. Lá estive em 14 de Maio de 1886 com o digno prior de S. Vicente, o padre Luís Pereira de Sampaio, mas nenhuma inscrição descobrimos relativa aos guerreiros mártires. Isto não quer dizer que não existam; quer apenas dizer que as encobriram com aquelas pesadas obras de madeira.

Concluirei, referindo que em 8 de Novembro havia (mas já não há) em S. Vicente festa especial em honra dos mártires da guerra de 1147.»

Pelo que podemos verificar, não só não foram esquecidos os restos mortais dos Cavaleiros Mártires, como ainda chegou até nós a notícia do cemitério de abóbada, no qual existia um sacrário que os continha.

De facto, encostado ao coro da Igreja nova (a actual S. Vicente), e com porta para a segunda claustura, (esta porta fica contigua à porta do Panteão da Casa de Bragança) num aproveitamento de um vão de escada, que dá acesso ao antigo convento, foi deixado um pequeno fosso, continuado por uma curta galeria subterrânea (fig. 1) — que é o cemitério de abóbada de que nos fala D. Nicolau (fig. 2).

2



6



O conjunto tem sete metros de comprimento por dois metros e sessenta de largura, uma altura mínima de três metros e quarenta e uma altura máxima de seis metros e cinquenta (tal como se referiu é um aproveitamento de um vão de escada).

A meia altura da parede do lado direito do carneiro, abre-se uma janela que dá acesso ao sacrário (fig. 20) que é afinal outra sala aberta na espessura da parede da capela-mor e que tem três metros de comprimento por dois metros e noventa de largura e uma altura disponível, antes da escavação, de um metro e dez centímetros.

ESCAVAÇÃO DO CARNEIRO

Quando iniciámos a escavação no carneiro (cemitério de abóbada de D. Nicolau) este encontrava-se tapado por uma parede de tabique, tijolo, cal e areia, de nítida construção tipo século XVIII (fig. 3 - vista interior), pintada exteriormente da mesma cor da restante sala (cinzento), razão pela qual certamente Júlio de Castilho não o encontrou (aliás ele procurou-o no interior da capela-mor, como de certo modo sugeria a descrição de D. Nicolau). Estava completamente colmatado de ossos humanos, arrumados de forma desordenada, razão pela qual, por certo, foi tapado, pois a sua capacidade estava, assim, esgotada.

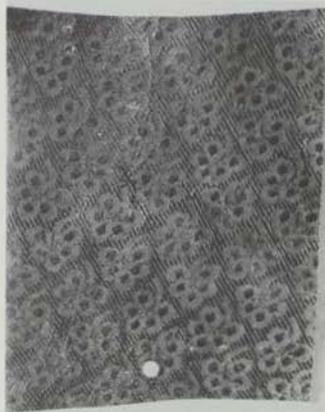
Esta camada de ossos, com uma espessura média de 1,5 metros, sobrepuña-se a um estrato de terra humosa, e

nela foram encontrados vários tecidos identificados como pertencentes provavelmente aos séc. XVII e XVIII (figs. 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9).

Supomos que este enorme depósito de ossos humanos tenha correspondido a uma súbita necessidade de esvaziar as actuais sepulturas do convento ou do cemitério que lhe ficava anexo, talvez para proceder ao enterramento das vítimas do terramoto de 1755 (a escavação de algumas das actuais sepulturas da Igreja talvez lançassem alguma luz sobre o assunto).

Seguia-se-lhe um estrato composto de terra humosa, misturada com ossos pequenos que seria por certo proveniente do referido esvaziamento e limpeza das sepulturas do convento. Neste estrato foi encontrada toda a cerâmica, fragmentada, do séc. XVII (posteriormente reconstituída), bem como a maioria do espólio afecto ao carneiro, e ainda X réis de D. João V — 1732 — (n.º 136) e X réis de D. João V — 1721 (n.º 137). Curiosamente, a cerâmica aparecia reunida em grupos de fragmentos, sugerindo, assim, que alguém a tivesse ido lá esconder, provavelmente por a ter partido. Conseguimos detectar seis formas diferentes de enterramento de cerâmica, todas elas denotando uma preocupação comum — dissimulação bem patente dos fragmentos, no interior da terra. Nada foi encontrado à superfície.

Pertencem a este estrato o medalhão de prata (n.º 89) representando em relevo o milagre da Nazaré, bem como uma medalha de bronze (n.º 91). Encontrá-





7
8 | 9

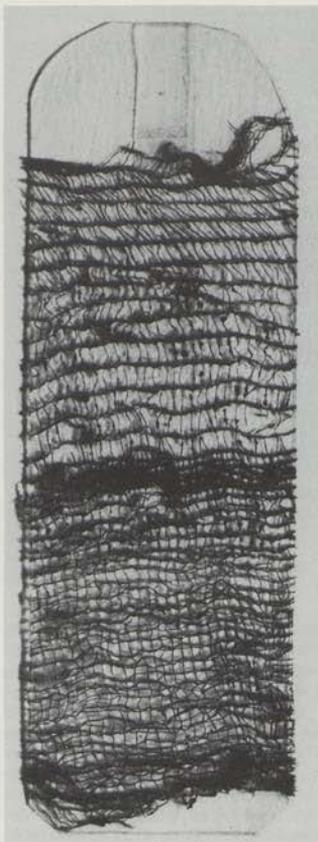
mos ainda 176 apitos feitos com caroços de frutos, assim distribuídos:

Pêssego 53; Alperce 84; Azeitona 25; Cereja 14.

Estes caroços eram desbastados com um abrasivo num dos seus topos para assim poderem ser transformados em apitos. Os caroços de pêssego eram também abertos no topo, mas com uma incisão em V (fig. 10).

O estrato seguinte era constituído por terra húmida, com ossos pequenos, com características de ser também terra de limpeza de sepulturas, tendo apenas, como espólio, duas medalhas de bronze (n.º 92 e 93) e 3 réis de cobre de D. João IV — 1640-1656 (n.º 135).

O estrato imediatamente inferior, era constituído por ossos humanos convenientemente arrumados e separados por espécies: ossos grandes, ossos pequenos e costelas, separados por paredes de crânios. Conjuntamente com estes ossos havia fragmentos de tecidos iden-



ti-
ficados como sendo dos séc. XII ao XVI. Novo estrato de ossos arrumados se seguia, contendo também tecidos dos séc. XII ao XVI, (figs. 11 - 12 - 13 - 14 - 15), dois anéis de cobre (n.º 120 e 121), um anel de vidro preto (n.º 122, fig. 16) e as seguintes moedas:

Dinheiro bolhão — D. Sancho I — 1185-1211 (n.º 133).
Ceitil — D. João III — 1521-1557 (n.º 134).
Ceitil — D. João II — 1489-1495 (n.º 38).

Finalmente, surgiu uma fina camada de terra e areia misturadas, que separava todo o conjunto, do solo propriamente dito.

Do exposto, parece podermos concluir que para aquele carneiro foram transferidas todas as ossadas provavelmente das sepulturas do antigo mosteiro Afonsino (os restos dos tecidos atestam-no, já pela sua antiguidade, já pela

Teria depois estado devoluto alguns anos (a), período durante o qual serviu de lixeira; apitos, cerâmica quebrada, uma garrafa, figuras de santos danificados, etc. até que, e finalmente, parece que em pleno séc. XVIII, foi colmatado e fechado até aos nossos dias (fig. 2).

(a) Se admitirmos um único enchimento primitivo (do carneiro) aquando da fundação do actual convento — 1582 — e o segundo enchimento após o terramoto de 1755 —, poderemos presumir que o carneiro esteve devoluto durante cerca de 173 anos.

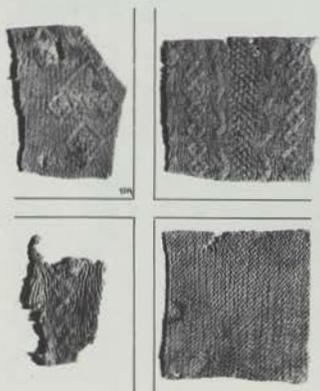
O SACRÁRIO

«AQUI ESTÃO ENCERRADOS OS OSSOS DOS SANTOS CAVALLEIROS PORTUGUESES, QUE MORRERAM NO CERCO D'ESTA CIDADE DE LISBOA QUANDO D. AFONSO HENRIQUES PRIMEIRO REY DE PORTUGAL A TOMOU AOS MOIROS NO ANNO DE 1147»

«HIC VENERANDA JACENT EQUI-TUM, QUI BELLA SEQUUTI ALPHONSI PRIMI, MEMBRA SEPULTA. SOLO. OSSA SOLUM; LÆTAS ANIMAS NUNC SERVAT OLYMPUS, MORTIS UBI RETI-NENT PROEMIA DIGNA SUOE.»

É provável que ainda venha a ser encontrada a tampa que fechava a entrada do sacrário e onde creio que estivesse o letreiro dourado que D. Nicolau de Santa Maria referiu, já que todas as suas referências, que respeitam ao cemitério de abóbada e ao sacrário, estão absolutamente correctas (fig. 20 a).

Lá estava, no sacrário, por debaixo de uma fina camada de entulho de obras, um enorme «embrulho», envolto duplamente em burel fino (1,8 metros de comprimento, por 1,6 metros de largura e 40 centímetros de altura) e contendo uma massa castanha, polvorenta, semelhante a chocolate em pó, e que outra coisa não é que os ossos profundamente alterados pela existência de grande quantidade de salitre (nitrate de potássio) naquela galeria. Não temos quaisquer dúvidas em identificar aqueles ossos transformados em pó castanho, com os cavaleiros tombados na tomada de Lisboa aos mouros; a coincidência é por demais evidente. Conforme já referimos, o sacrário foi embebido na textura da própria parede-mestra da capela-mor, portanto, de certo modo encostado ao coro dos cônegos, deixando desde o ali-





16

cerce aquele espaço em vão e fechando-o depois com uma cúpula onde assenta a continuação da parede. Do nível da fundação até ao topo da cúpula do sacrário, existe um desnível de 4,1 metros, o que significa que o volume contendo os ossos dos cavaleiros, estava depositado sobre um enchimento de entulhos de demolições, com 2,6 metros de espessura (fig. 18).

Como o sacrário tem 3 metros de comprimento, por 2,9 metros de largura, tivemos de remover 22,6 metros cúbicos de entulhos, na esperança de encontrarmos algo que contribuisse para a sua datação. Tal sucedeu com a descoberta de um fragmento de um prato hispano-árabe (fig. 78), atribuído ao séc. XV (n.º 314) e de três moedas:

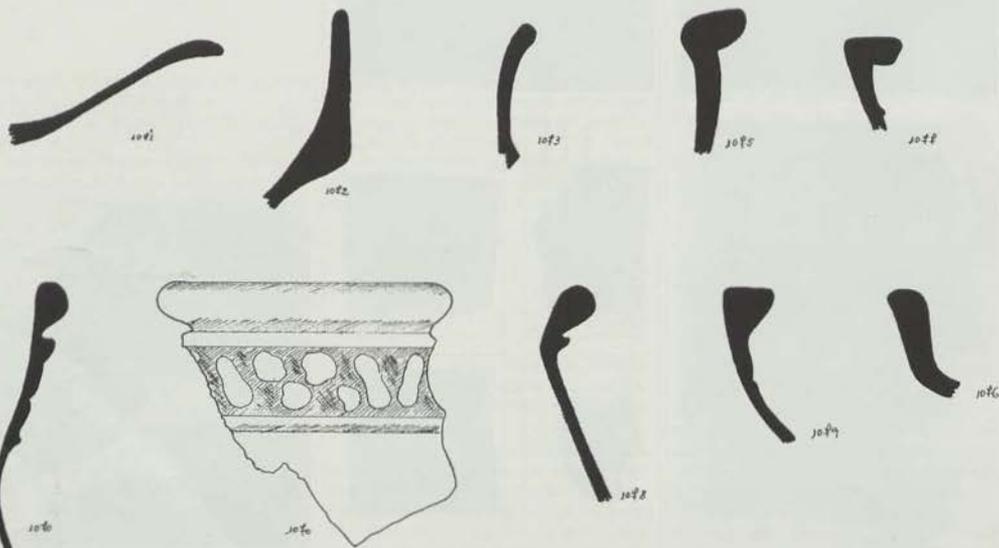
1 Real de D. João I — 1385-1433 (n.º 224), com vestígios nítidos de ter estado incorporado numa argamassa, portanto, teria já estado integrado numa construção.

1 Real de D. João III — 1521-1557 (n.º 225).

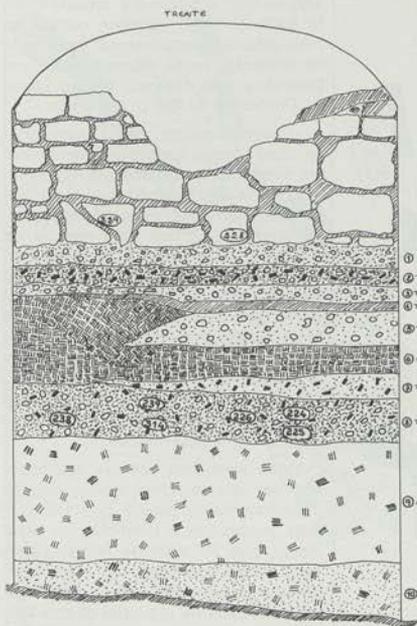
5 Réis de D. Sebastião — 1557-1578 (n.º 226).

Tanto o Real de D. João II, como os 5 Réis de D. Sebastião, admitimos que tenham sido perdidos durante o enchimento do relicário. É provável, portanto, dado que também foram encontrados azulejos hispano-árabes, que aqueles

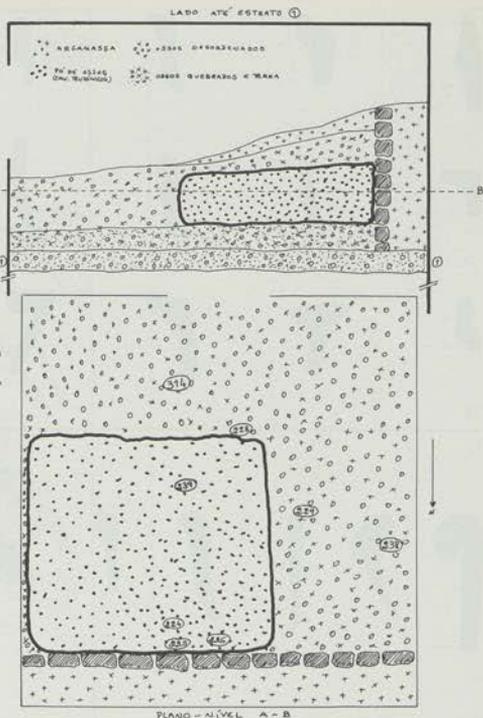
17



10



- 1 TERRA E PEDRAS
- 2 TERRA, PEDRAS E CERÂMICA
- 3 TERRA E PEDRAS
- 4 TERRA, PEDRAS E ARGAMASSA
- 5 TERRA E PEDRAS
- 6 ARGAMASSA E PEDRAS
- 7 TERRA E CERÂMICA
- 8 TERRA, PEDRAS E CERÂMICA
- 9 CASCALHO DE CALCÁRIO
- 10 MOCALITE E TERRA



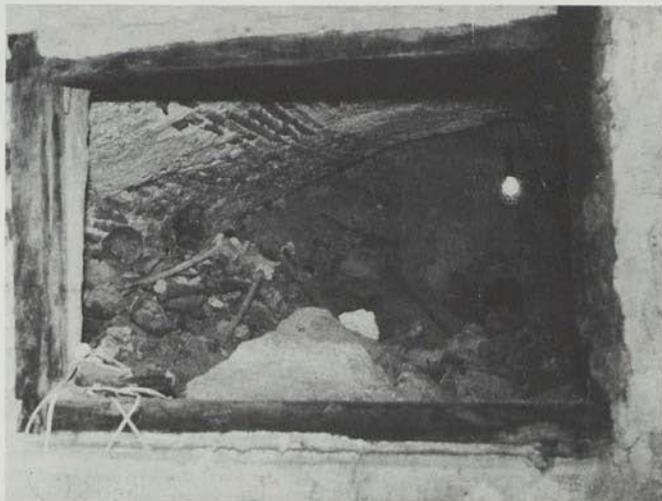
entulhos fossem até provavelmente do antigo mosteiro de S. Vicente. Apraz-nos, porém, uma vez mais, registrar a exactidão da descrição de D. Nicolau de Santa Maria, a quem devemos, afinal, a redescoberta das cinzas dos cavaleiros mártires.

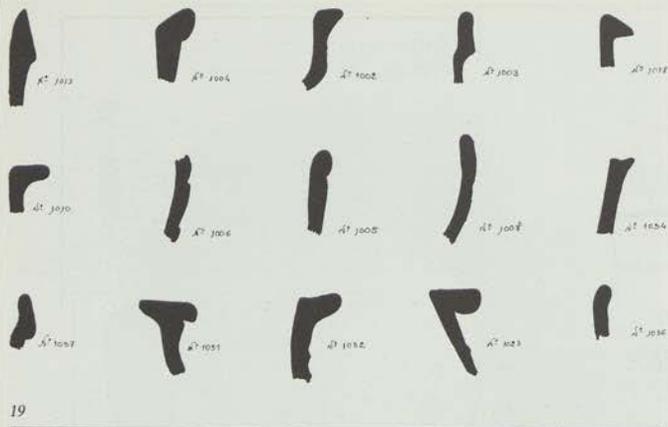
Foram encontrados neste enchimento, estratos 7 e 8, vários fragmentos de cerâmica, cujos principais exemplares reproduzimos nas figuras 17 e 19.

O CEMITÉRIO AFONSINO – SUA PERSISTÊNCIA – GENERALIDADES

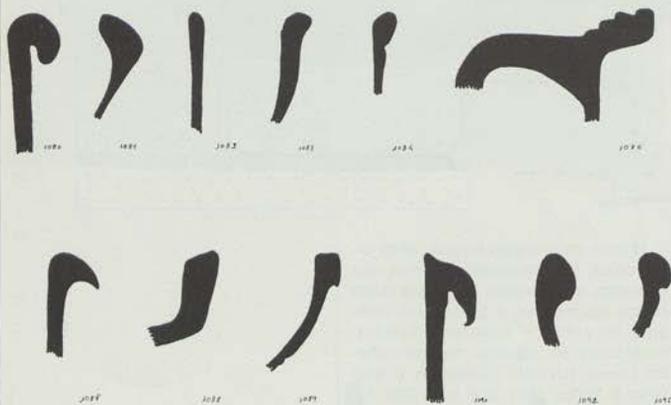
Concluída a escavação do carneiro e do relicário que foram implantados no local onde seria a cerca do antigo mosteiro, portanto, o cemitério Afonsino, resolvemos prosseguir a escavação. Se de certo modo não contávamos encontrar vestígios desse cemitério, face ao depoimento definitivo de D. Nicolau, segundo o qual todas as ossadas haviam sido levantadas (admitindo que se referisse exclusivamente à dos cavaleiros mártires), possuíamos também o depoimento de Freire de Oliveira, contemporâneo da actual construção, que textualmente refere que quando se abriam os alicerces para a sacristia:

«Foram encontrados corpos, ainda organizados, dos cavaleiros católicos que morreram na conquista e tomada desta cidade aos mouros, e bem assim vestígios de armas e esporas douradas, achando-se em algumas cabeças cabelos louros, havendo quinhentos e quarenta e tantos anos que foi o dito sucesso.»





19



20

Ora isto é a prova indesmentível de que não foram levantados todos os corpos dos cavaleiros Afonsinos e muito menos com certeza os restantes corpos enterrados no cemitério do antigo mosteiro, que deveria ter passado a ser de inumação geral ou então Freire de Oliveira confundiu uns com os outros, mas não cremos, pois as armas e as esporas seriam por certo precioso auxiliar de identificação (fig. 21).

Estamos convencidos que, por debaixo da sacristia, ainda será possível encontrar algumas das tais sepulturas medievais, presumindo (e temos fortes razões para tal) que apenas foram destruídas as sepulturas que coincidiam com os alicerces. Será fácil, um dia, escavar-se o interior da sacristia, pois que o soalho assenta sobre traves de madeira

e estas directamente sobre o solo, facto que tivemos certa vez ensejo de constatar, quando assistimos ao levantar de algumas tábuas, para procurar uma chave que havia caído através de uma fresta para a «caixa de ar».

Prosseguindo, deparámos a cerca de 20 centímetros por debaixo do fundo do carneiro, com sete sepulturas, indubitavelmente do cemitério de persistência do de D. Afonso Henriques (fig. 21). Os corpos, seis de adulto e um de uma criança, estavam voltados a nascente e implantados quase em sobreposição às sepulturas visigóticas, em quatro linhas nitidamente definidas (como veremos a seu tempo, existe, a um nível inferior, um cemitério visigótico). Nestes estratos, para além de outras moedas associadas aos corpos, encontramos um di-

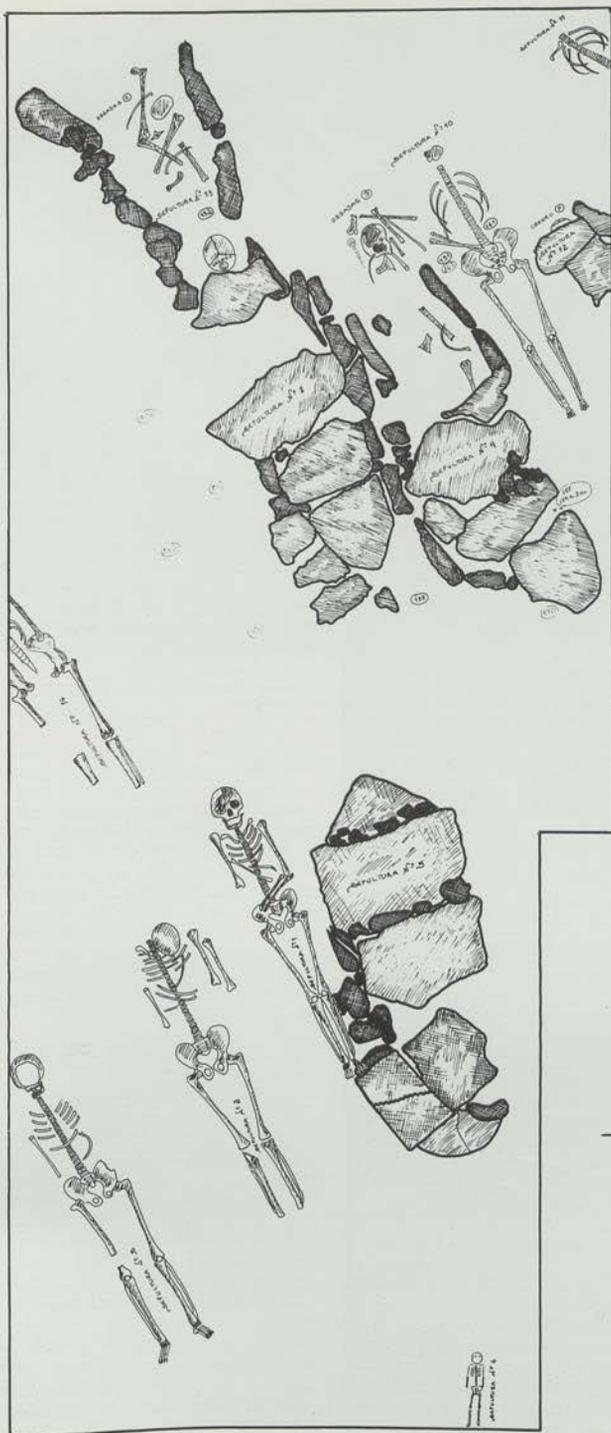
neiro de D. Sancho I — 1185-1211 (n.º 132), cortado intencionalmente ao meio, por certo com uma tesoura ou algo idêntico, e uma outra, provavelmente árabe (n.º 170), também cortada ao meio pelo mesmo processo. Parece-me de interesse, neste momento, abrir um parêntesis para citarmos Fernão Lopes — *Crónica de El-Rei D. Fernando*.

«Destes dinheiros velhos quem queria fazer moeda mais pequena cortava um dinheiro com uma tesoura, ou partia-o com os dentes, chamando à metade daquele dinheiro «mealha» ou «pogeja», comprando com ela uma mealha de mostarda ou de alfóla (!) ou tremoços, e semelhantes coisas, de forma que as mealhas não eram uma moeda cunhada por si, mas eram um dinheiro partido ao meio. Estes dinheiros são os que se usam nas bênçãos dos casamentos, embora se possam usar outros. Mas as pessoas preferem estes sempre que possam obtê-los, pelo costume da igreja e honra da antiguidade».

Estes «dinheiros velhos» que poderiam ser usados como moeda corrente de menor valor, parece que andavam mais associados à cerimónia do casamento, pois no dizer de Fernão Lopes «mas as pessoas preferem estes sempre que possam obtê-los» sugere alguma dificuldade na obtenção destas antiquilhas. Assim, estamos crentes que seria também prática, para além de serem usados no casamento, acompanharem o seu possuidor à última morada, num simbolismo perfeito e daí a sua provável presença no cemitério.

As fundações da igreja estão a um nível ligeiramente inferior ao do cemitério medieval (chamemos-lhe assim para o distinguir do visigótico) e os corpos só foram tocados o estritamente necessário para que o alicerce fosse aberto. Existem no entretanto indícios dos esqueletos terem sido atingidos no acto do alisamento do fundo do carneiro, pois que na generalidade desapareceram os dedos dos pés, o esterno, as mãos, a parte posterior das costelas, bem como os ossos da face das cabeças ósseas. Poderia também ter sido fruto de uma tentativa de procura de espólio que tivesse acompanhado os corpos, como por vezes era prática; aliás, a cobertura do fundo do carneiro, com terra misturada com areia, pode bem ter origem nesse facto. Temos para nós, porém, que foram as duas acções associadas.

O estrato onde os covais foram abertos, apelidámo-lo, talvez um quanto imprópriamente, de depósito árabe, pelas cerâmicas que lá encontramos, aparentemente com essas características e das quais, reproduzimos a fig. 20, os exemplares que considerámos mais representativos.





22

O CEMITÉRIO MEDIEVAL – ESCAVAÇÃO

SEPULTURA N.º 1

Sepultura tipo coval. O esqueleto, em posição natural, tinha o braço esquerdo à altura da cintura. Não tinha mãos, faltava-lhe o braço direito, bem como os dedos dos pés e parte do metatarso. O crânio apresentava-se praticamente inteiro, faltando-lhe apenas parte do frontal e da arcada supracliliar esquerda.

Comprimento total do corpo 1,55 metros.

Sexo masculino.

Sem qualquer espólio.

Fig. 22.

SEPULTURA N.º 2

Sepultura tipo coval. O esqueleto em posição natural, estava bastante danificado, faltando-lhe os membros superiores e os pés e assim quase todas as costelas. O crânio, reduzido apenas a um fragmento de calote, estava depositado à altura da clavícula esquerda. Havia dois húmeros depositados no lado esquerdo do corpo.

Sem qualquer espólio.

Comprimento total (sem pés nem crânio) 1,50 m.



SEPULTURA N.º 3

Sepultura tipo coval. O esqueleto, em posição natural, estava bastante danificado. Faltava-lhe os braços, os ossos da face estavam reduzidos a pequenas esquirolas e dos pés havia-lhe já desaparecido os dedos, apesar dos tarsos e metatarsos estarem em impecável estado de conservação e *in situ*. Ao fémur direito faltava-lhe um fragmento, de cerca de 10 centímetros, logo acima da articulação do joelho.

Sem qualquer espólio.

Comprimento total 1,55 metros.

Fig. 24.

SEPULTURA N.º 4

Sepultura tipo coval. Esqueleto em posição natural, praticamente completo. É de uma criança, com uma idade provável de 6 meses. A cabeça óssea, como sempre em corpos desta idade, estava totalmente desarticulada.

Sem qualquer espólio.

Comprimento total 55 centímetros.

SEPULTURA N.º 6

Sepultura tipo coval. Esta sepultura é perfeitamente delimitada pelos esteios



24

das sepulturas visigóticas n.ºs 7 e 8, coincidência que deverá ser, cremos, fortuita. O esqueleto, em posição natural, estava relativamente bem conservado à excepção do crânio a que faltavam os ossos da cara. Tinha as mãos à altura da cintura, com a mão direita por cima da esquerda. A mão direita estava *in situ*, em perfeitas condições de conservação.

Comprimento total 1,45 metros.

À altura da cintura foi encontrado um

real Branco Bolhão de D. João I — 1385-1433 (n.º 164).

Fig. 23.

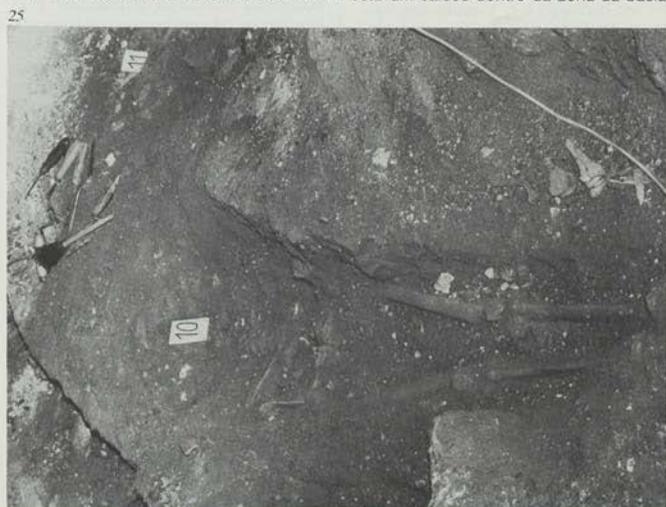
SEPULTURA N.º 10

Sepultura tipo coval. Esqueleto em posição natural, mas bastante mal conservado. Faltam-lhe o braço esquerdo, parte da coluna e o crânio. Tinha o braço direito ao púbis e os ossos da mão estavam caídos dentro da zona da bacia.

À altura do estômago foi encontrada uma costela de peixe (n.º 161) e na zona da cintura, uma pequena chapa de cobre, grosseiramente laminado, com 12,5 mm por 11 mm e 10,8 mm de espessura. Aderente a esta chapa, estava um fragmento de tecido que de certo modo a embrulhava, com 40 mm por 25 mm (n.º 131). Poderia eventualmente, é mera hipótese, substituir a moeda que normalmente acompanhava o defunto para «pagamento da barca».

Comprimento total 1,15 metros.

Fig. 25.



25

SEPULTURA N.º 11

Sepultura tipo coval.

Apenas resta parte da coluna vertebral e algumas costelas. Parte do corpo deve ter sido cortado pelo alicerce da igreja e o resto deve ter desaparecido quando se procedeu ao nivelamento do fundo do carneiro que já referimos.

SEPULTURA N.º 14

Sepultura tipo coval. Apenas a parte inferior do corpo era visível. A parte superior desenvolvia-se por debaixo da fundação da igreja. Faltavam-lhe os pés, a parte inferior das pernas e parte do fémur direito.

15

FUNDAÇÃO DO CEMITÉRIO
MEDIEVAL DE D. AFONSO
HENRIQUES E SUA PROVÁVEL
RELAÇÃO COM O CEMITÉRIO
VISIGÓTICO

«INDICULUM FOUNDATIONIS MONASTERII SANCTI VICENTII — OTHA E FERNÃO PERES»

Citação:

«Estando ia assi a cidade de Lixboa su o poder dos christãos: e ordenado è serviço de d's. Acaeeceu hũ dia que soterrãro no dito moesteyro d' sam Vicente: hum cavaleyro que avia nome Enrique: e foy natural d'hũa villa a que dizê Bõna: que laz iij legoas alê de colonha: cavaleyro bom e bê fidalgo: e abastado de todos bõs custumes: foy morto na êtrada da cidade: fazendo muyto bem per seu corpo, e vertêdo de grã vontade o seu sangue âtra ou mouros: polla paixõ de nosso salvador Jasu Christo. E iazendo este cavaleiro êterrado no dito moesteyro como dito he: nosso senhor Jasu Christo: que sempre quer dar galardõ a todos aquelles que o servê: fazia por el muytos milagres maravilhosos em aquela sepultura em que lazia. Entõ vêdo os christãos aquellas maravilhas que d's por el fazia: è todos aquelles que presas e cuitas e pesares aviã assi dêfermidades como doutra qualquer cousa: e vistas estas cousas que d's por el avia feitas e fazia cada dia: ouverõno por martyr cõ os outros que laziam sepultados no dito moesteyro. Entõ eram dous mancebos que veerõ com este cavaleyro de terra d'Colonha, e com as outras companhas que veerõ na frota sobre os mouros. E estes mancebos eram ambos mudos de sua nacêça: e foram dia ao moymento da quel cavaleyro: etc.»

CARTA DE ARNULFO

Citação:

«... queremos também que saibais que os corpos de alguns dos nossos irmãos falecidos em várias ocasiões, estão sepultados junto de Lisboa. Da sua paz eterna são testemunhas alguns mudos de nascimento, a quem a divina clemência fez falar: a um na festa de S. Gens e seus companheiros; a outro despertou-o do sono, levou-o ao sepulcro dos mártires pela mão de um homem muito resplandecente, conforme lhe pareceu, e soltou-lhe a prisão da língua. De igual modo ouvimos um outro, por graça da mesma clemência, a falar ali na festa de Todos-os-Santos e dando louvores àqueles que se faz admirar nos seus santos. Adeus!».

CRÓNICA DE D. AFONSO
HENRIQUES — Duarte Galvão

Citação:

«... Durou o cerco perto de cinco meses, por a cidade ser mui forte de sítio e cerca, e estarem dentro muitos mouros, que a mui bem defendiam. Fizeram-se neste cerco grandes escaramuças e fortes combates em que se matavam muitos cavaleiros de uma parte e de outra. Cada um arraial dos Cristãos edificou sua Igreja, em que soterrassem os que ali morriam; El-Rei D. Afonso fez a sua, onde depois foi edificado o Moesteyro de S. Vicente à honra do mártir Sam Vicente; os Estrangeiros edificaram outra que è chamada Santa Maria dos Mártires. Estas Igrejas ambas estão agora dentro dos muros da cidade, de que a cercou el-Rei D. Fernando, o noveno Rei de Portugal, como se adiante dirá, porque quando ela desta vez foi tomada a Mouros, não era sua cerca maior que quanto ora se vê e chama cerca velha.»

LISBOA ANTIGA — Bairros Orientais — Júlio Castilho

Citação:

«Vendo el-Rei (D. Afonso Henriques) que ia crescendo o número de mortos, determinou circunscrever dois cemitérios; chamou o arcebispo de Braga, e numa eloquente fala titoliviana relatada pelo INDICULUM expôs-lhe o intento, fazendo voto de vir a erigir dois mosteiros no próprio lugar dos cemitérios. Tudo aprovou o arcebispo. Foram chamados os bispos, foram com el-Rei aos arraiais, mediram e benzeram os chãos, invocando a Deus conforme o rito. Um dos dois templos devia ser dedicado a S. Vicente, em honra da tradição que dava o corpo do mártir sepulto no promontório dos Corvos ou Sacro (hoje Cabo de S. Vicente); e havia de erguer-se no sítio mesmo onde era o cemitério do arraial teutónico, ao oriente da cidade. O outro templo merecia a poética invocação de Santa Maria dos Mártires, e seria colocado no solo do cemitério inglês, ao poente.

Fizeram-se duas ermidas, pobres como não podia deixar de ser, e em volta delas se foram cada dia sepultando os que morriam.»

Reunindo os poucos documentos conhecidos e que relatam as origens da fundação do convento de S. Vicente de Fora e que ora foram parcialmente transcritos, parece podermos assentar no seguinte:

— O cemitério de S. Vicente de Fora teria sido destinado, por D. Afonso Henriques a dar sepultura, aos ale-

mães e provavelmente também aos Portugueses.

— Sempre gozou de grande prestígio, mesmo comparado com o cemitério dos Ingleses, no Monte Frago, bastando para o efeito referir que a sua construção foi efectuada sob invocação do Santo Mártir S. Vicente, a quem D. Afonso dispensou, como sabemos, tanto carinho.

Surge-nos agora, porém, uma questão que se reveste de um interesse muito especial: — O porquê da escolha por D. Afonso, do local onde hoje se ergue S. Vicente. Porquê exactamente aquele local e não qualquer outro?

Tentaremos responder a esta questão. Socorramo-nos do curioso relato que è a carta de Osberno, transcrevendo a passagem que julgamos poderá começar a levantar o véu da questão:

«Sob o domínio dos reis cristãos antes que os mouros a tomassem, num lugar junto da cidade e que se chama Campolide, venera-se a memória dos três mártires Veríssimo, Máximo e Júlia, virgem, de cuja igreja totalmente arrasada pelos mouros restam ainda somente três pedras como lembrança da sua destruição, as quais nunca dali puderam ser retiradas. A respeito delas dizem alguns que são altares; outros, porém, afirmam que são pedras tumulares. E acerca da cidade basta por agora o que fica dito.»

Numa perfeita sequência, citemos agora, de Suzanne Chantal — A CARAVELA E OS CORVOS:

«Com as suas duas torres muito brancas, onde os sinos de bronze se vão cobrindo de verde, a igreja de Santos, sobretudo quando o sol-poente a fere com o seu brilho avermelhado, tem ar exótico de capela mexicana. No frontão, três pequenas silhuetas esculpidas: os Santos Mártires aos quais deve o seu nome.

Duas meninas e o irmão, filhos dum rico senador romano que chegou no ano de 307 até às margens do Tejo, pregando a fé de Jesus, são supplicados no tempo de Tarquínio e os seus cadáveres abandonados na areia da praia. Os godos erguem-lhe uma capela que os muçulmanos profanam, e que Afonso Henriques manda reconstruir.»

O Campolide referido por Osberno è sem sombra de dúvidas outro que não o nosso actual. Sugere-nos mesmo que Campolide seja um topónimo associado a um terreno com características muito próprias e que no relato de Osberno não será difícil de o enquadrar na actual zona de Santos, onde foi reconstruída a igreja visigótica.

Como vemos, è uma zona ampla, de fraco pendor, localizada a meia encos-

ta. Reúne as condições características dos típicos cemitérios visigóticos e de alguns paleo-cristãos.

É topograficamente idêntico a S. Vicente de Fora, até, e creio ser mera coincidência, com a mesma vista para o rio Tejo.

É do domínio do nosso conhecimento a piedade que mereceu a D. Afonso a trasladação dos restos de S. Vicente Mártir, como o carinho que lhe mereceu a reconstrução da igreja visigótica na zona de Campolide, actual Santos.

E agora, com toda a segurança, podemos compreender porque foi S. Vicente escolhido para cemitério dos guerreiros mártires, é que naquele local descobriu D. Afonso, com toda a certeza, vestígios do antigo cemitério visigótico, que tivemos a dita de encontrar a escasso meio metro de profundidade em relação ao fundo dos covais do cemitério de D. Afonso.

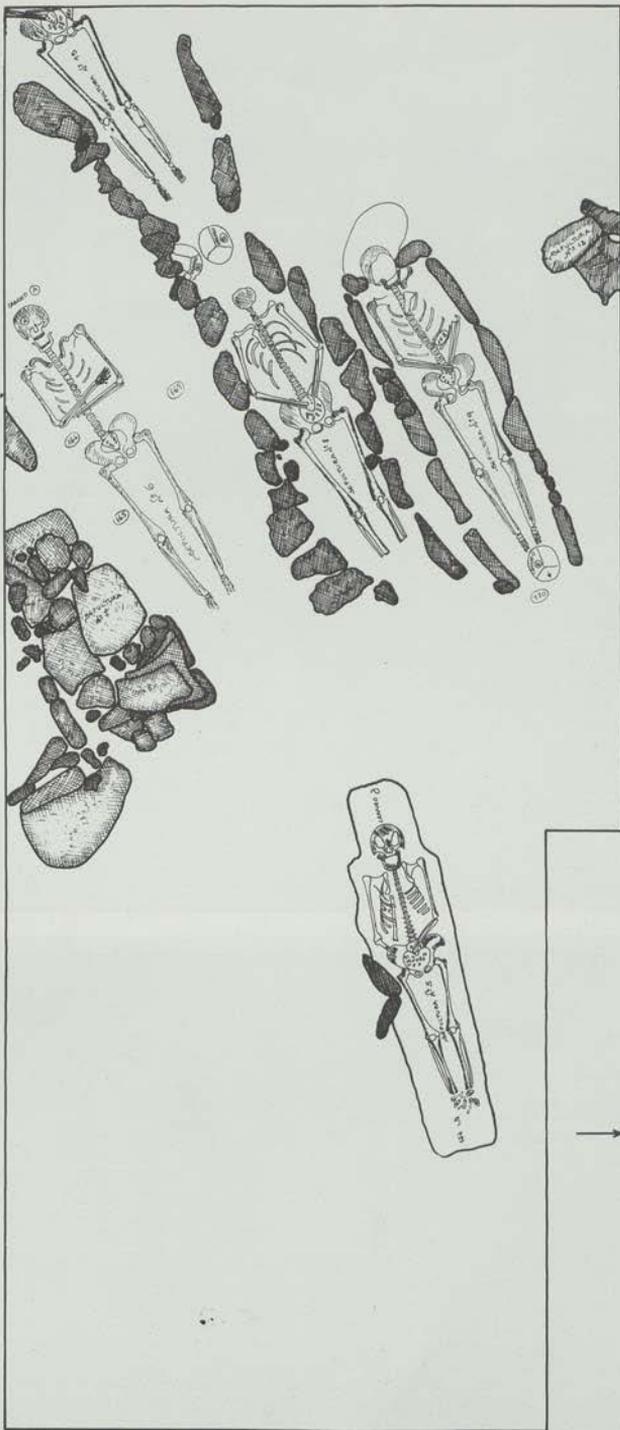
O CEMITÉRIO VISIGÓTICO DE S. VICENTE

Sendo infelizmente bem pequena a área escavada, apenas corresponde à zona delimitada pelo fundo do carneiro, foi possível, ainda assim, pôr a descoberto um conjunto de seis túmulos, dois dos quais, nitidamente antropomórficos.

Já nos ocuparemos das tumulações na especialidade. Trataremos agora apenas dos aspectos gerais.

Todos os túmulos estão virados a nascente e são abertos numa branda marga calcária, de cor branca amarelada. São delimitados por esteios, mais ou menos afeiçoados e cobertos, à guisa de tampa, por pedras na sua generalidade não afeiçoadas, de calcário conquiteiro (tipo área de Lisboa). Figs. 21 - 26.

Todos os esqueletos, em posição, com as mãos no púbis, são masculinos e possuem vestígios que permitem concluir da sua morte violenta, contrariamente às ossadas de antigos ocupantes dos túmulos, que estavam depositados aos pés das sepulturas, numa prática que ainda hoje é mantida na zona centro e norte do País. Dai o poder inferir-se que tivesse havido lugar a uma inumação mais ou menos simultânea, consequência de qualquer luta ou guerra. Os túmulos apresentam nítidos vestígios de terem estado longos anos a céu aberto, dada a extraordinária aglomeração, no seu interior, de conchas de caracóis. O achado efectuado de um tesouro de ferro, constituído por doze ferros de porta (espigão com duas chapas cravadas no topo — n.º 189 a 200, fig. 26-A) e um prego grande (n.º 188), encaixados uns nos outros, como se tivessem sido depositados e guardados dentro de um saco, entre dois esteios do túmulo n.º 9 (entre a pedra n.º 1 e n.º 2 da cobertura), confirmam-no.





26-A

27



Não foram detectados vestígios de ter havido sequer tentativa de violação.

Espólio propriamente dito não havia, com excepção de uma pequena rodela de ferro (n.º 125) encontrada no túmulo n.º 5 e de que adiante nos ocuparemos.

Devido à localização do cemitério, a meia encosta, é natural que a erosão tenha vagarosamente determinado o lento encher dos túmulos com uma terra amarelada (provavelmente durante a ocupação moura) e numa fase mais adiantada, os tivesse mesmo coberto de uma espessa camada de terra humosa, com espessura suficiente para que D. Afonso Henriques tivesse podido lá instalar o cemitério.

Surgem-nos, conseqüentemente, várias hipóteses que poderão justificar a escolha do local, para cemitério, por D. Afonso Henriques:

— Haveria ainda alguns túmulos a descoberto.

— Todos os túmulos estariam já soterrados, mas persistia a tradição de cemitério cristão, como afinal nos relatou Osberno em relação a Campolide (actual Santos)?

— Poderia existir no local ruínas de uma capela visigótica, como era de tradição naqueles cemitérios.

É possível que a arqueologia, num futuro, ainda nos possa esclarecer sobre o assunto. O que neste momento, porém, me parece bastante seguro é que não foi devido ao acaso que D. Afonso escolheu aquele chão para cemitério, aliás e a esse respeito, sempre havíamos formulado várias questões a que parcialmente agora a escavação veio responder.

E chegados ao epílogo das considerações de carácter geral acerca do cemitério visigótico, vamos analisar, detalhadamente, cada uma das sepulturas.

SEPULTURAS VISIGÓTICAS – ESCAVAÇÃO

SEPULTURA N.º 5

Sepultura aberta em calcário margoso branco, com dois esteios a meio do lado direito, para suporte de uma das tampas.

Tem 1,75 m de comprimento, por 40 centímetros de largura máxima e 30 centímetros de altura.

A tampa é constituída por um conjunto de quatro grandes pedras toscas, sendo a da cabeceira nitidamente afeiçoada e com uma forma triangular equilátera, e a dos pés, também afeiçoada, com a forma de semicírculo. Foi também utilizado na cobertura um tijolo romano. Os interstícios entre as lajes estão preenchidos por um conjunto de 20 pedras pequenas, sem qualquer afeiçoamento.

A sua morfologia quer interna, quer externa, é francamente antropomórfica. Continha um esqueleto em posição natural, com as mãos ao púbis.



28

As arcadas supraciliares e as paredes interiores superiores das órbitas encontram-se partidas, provavelmente por traumatismo.

O fragmento do crânio referente ao frontal direito, estava depositado no espaço compreendido entre os fêmures.

As 4.ª e 5.ª costelas do lado direito, bem como o rádio direito, estavam partidas.

Comprimento total do esqueleto 1,45 metros.

Idade provável — 60 anos.

A altura do humero e clavícula direita, em plano superior, foram depositados dois crânios (H e I) de prováveis antigos ocupantes do túmulo. As respectivas ossadas encontravam-se colocadas sobre a área ocupada pelas pernas e pelos pés.

No interior da bacia foi encontrado um pequeno fragmento circular de ferro, totalmente oxidado (já sem qualquer vestígio de ferro) n.º 125. O seu diâmetro varia entre 18 mm e 16 mm e tem uma espessura de 3 mm. Feita uma macro-radiografia, revelou-nos uma série de manchas, cujo conjunto forma nitidamente uma cara que não é todavia característica das moedas nem romanas nem visigóticas (fig. 27).

Aos pés da sepultura, juntamente com as ossadas, foi encontrado um prego de ferro (n.º 124).

Figs. 28 - 29 - 30 - 31 - 32.

SEPULTURA N.º 7

— Sepultura aberta em calcário margoso de que apenas a metade inferior é visível. A metade superior desenvolve-se por debaixo das fundações da actual igreja, sem contudo atingirem o seu nível.

Contém um esqueleto na sua posição natural e que pela abertura das pernas e o seu arqueamento forçado, na articulação dos joelhos, deveria pertencer a um indivíduo excepcionalmente obeso.



29



30



31

Mãos no púbis.
Comprimento visível do esqueleto
1,02 metros.

A parte visível da sepultura é consti-
tuída por seis esteios verticais e é co-
berta com trinta e nove pedras não afei-
çoadas.

Fig. 33.

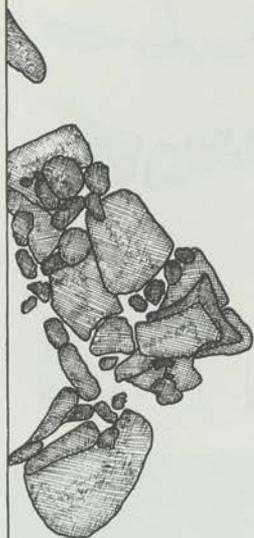
SEPULTURA N.º 8

Sepultura aberta em calcário margoso
branco, contendo um esqueleto em po-
sição natural, com as mãos ao púbis,
tendo a mão direita sobre a mão es-
querda.

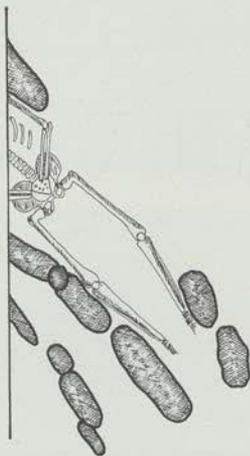


20

32



1ª NÍVEL



2ª NÍVEL

ALÇADO NORTE



ALÇADO SUL



33

É constituída por um conjunto de 20 esteios, adoptando uma disposição vagamente antropomórfica, tendo havido o cuidado de dispor dois deles a servir de encosto lateral à cabeça (um de cada lado).

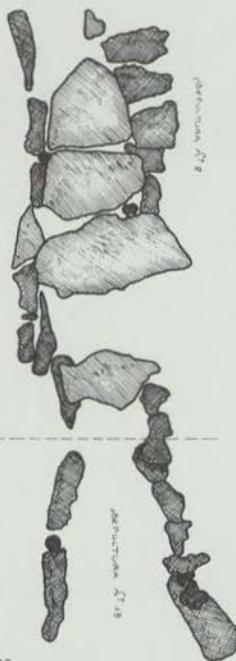
O conjunto tem o comprimento total de 1,90 metros e estava apenas parcialmente coberto com quatro pedras, sem qualquer afeiçoamento. O crânio estava reduzido a uma parietal, apesar da sepultura não apresentar vestígios de ter sido violada. A parte inferior das tíbias e perónios, foram partidos, tendo também desaparecido os pés do esqueleto, provavelmente resultado do trabalho dos coveiros do cemitério de D. Afonso ou de sua persistência (cemitério medieval).

Muito curiosamente, foi possível, unicamente nesta sepultura, identificar no fundo do túmulo uma faixa cilíndrica de terra, de coloração ligeiramente acastanhada, com 3 centímetros de diâmetro e que se prolongava, desde a zona cervical até à altura dos joelhos, portanto, por debaixo das costas do esqueleto. Deveria por certo corresponder a uma peça de madeira (amostra n.º 259) e a sua presença na sepultura poderá estar associada a um simbolismo votivo.

34



21



35

Comprimento do esqueleto (sem a parte inferior das pernas) 1,35 metros.
Sem espólio.
Figs. 37 - 38 - 39.

SEPULTURA N.º 9

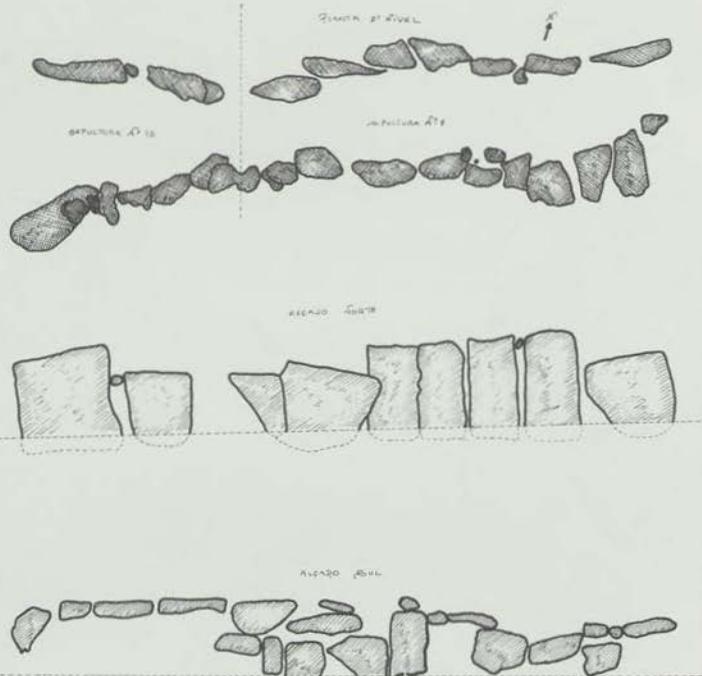
Sepultura aberta em calcário margoso branco, contendo um esqueleto, em posição natural, com as mãos ao púbis.

A sepultura é constituída por um conjunto de 8 esteios, dispostos ao longo da parte inferior do corpo, sendo a parte superior desprovida deles e portanto apenas aberta no calcário. É perfeitamente antropomórfica. Coberta parcialmente (também só na parte inferior), com 10 pedras sem afeiçãoamento.

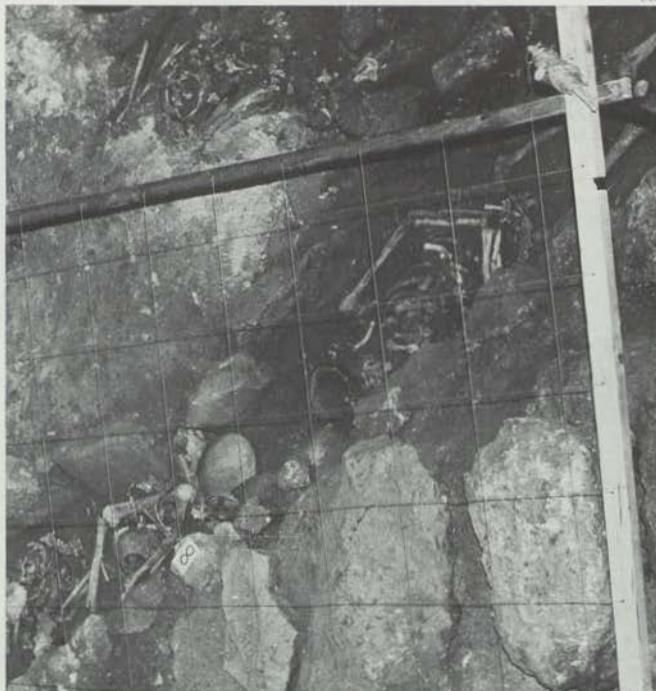
O crânio estava reduzido aos ossos da cabeça e ao maxilar inferior, bem como o úmero esquerdo, quase na totalidade desaparecido, sem no entretanto se notar qualquer vestígio de ter havido violação.

Conseguimos identificar a metade de um maxilar inferior de rato no interior do túmulo e que porventura justificará o desaparecimento, em tempos longínquos, de parte do crânio e do úmero.

O fêmur direito, bem com o rádio direito, apresentam vestígios de terem sido partidos e «primorosamente» soldados.



36



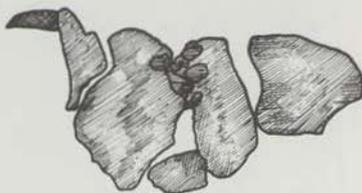
37



38

39





ALCADA - N.º 12

ALCADA - N.º 12



37 PLANO



40

Foi perfeitamente possível distinguir e recolher vestígios de um formigueiro, com certeza formado antes da implantação do cemitério medieval (amostra n.º 256).

Sobre o crânio deste corpo, encontravam-se depositadas duas ossadas bastante danificadas, provavelmente de antigos ocupantes da sepultura.

Na parte inferior da sepultura e por cima da zona dos pés, estava depositado um crânio (g) e restantes ossadas.

Figs. 40 - 41 - 42.

SEPULTURA N.º 12

Desta sepultura apenas são conhecidas duas pedras colocadas em V por sobre o crânio do seu ocupante, em virtude de toda a restante sepultura se desenvolver por debaixo da fundação da parede-mestra da capela-mor da igreja. Conseguimos, assim mesmo, retirar a cabeça óssea, muito fragmentada, mas que foi possível reconstituir na totalidade.

Apresenta um esmagamento da arca-da-supraciliar esquerda, como consequência do peso da tampa tumular.

Fig. 43.

SEPULTURA N.º 13

A sepultura n.º 13, também aberta em calcário margoso, encontra-se no enfimamento da sepultura n.º 8, formando com esta um conjunto único.

A parte superior da sepultura e do esqueleto, desenvolveu-se por debaixo das fundações do actual convento, sendo apenas visíveis a bacia, os membros inferiores, parte dos braços e as mãos, que estão cruzadas ao púbis.

É constituído por 12 esteios, sem tampa. Aos pés da sepultura estava depositada uma ossada e dois crânios.

A perna esquerda, apresenta, a meia altura da tibia, um corte profundo feito

com um objecto bem cortante, e num golpe desferido de cima para baixo, com uma inclinação de cerca de 45 graus e 15 mm de extensão.

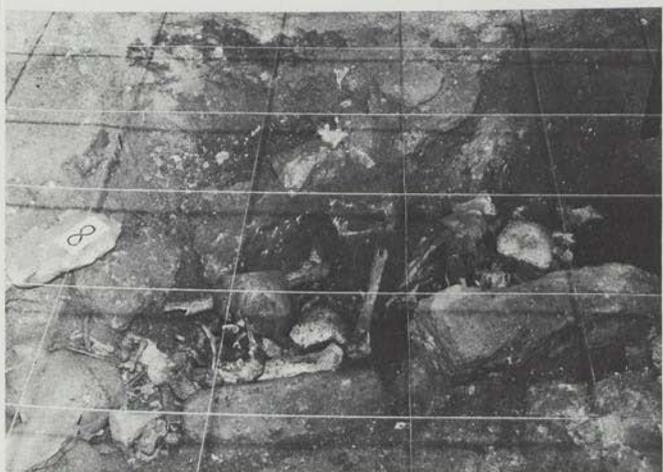
Na tibia direita, sensivelmente à mesma altura, existe a marca da ponta da arma que provocou o entalhe na tibia esquerda.

Sem espólio.

Figs. 44 - 45.

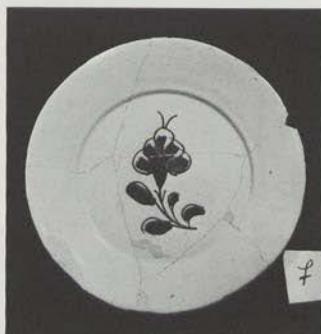
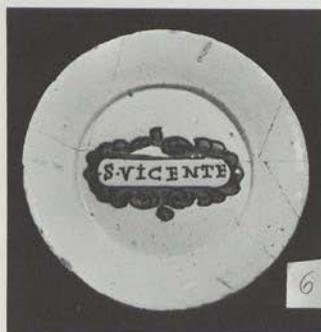
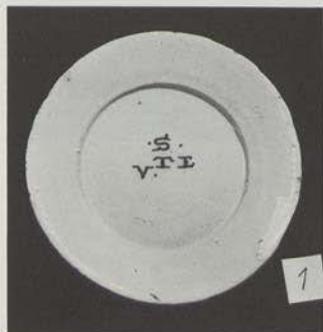


41



42 | 45
43 |
44 |

	49
46	50
47	51
48	52



**ESPÓLIO ENCONTRADO
NO CARNEIRO
DESCRIÇÃO DAS PEÇAS
MAIS SIGNIFICATIVAS**

N.º 1 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, com as iniciais .S.V.TE (São Vicente) pintadas a roxo sobre o fundo. Foi encontrado inteiro, apenas com uma pequena falha no bordo.

Dimensões:

Diâmetro exterior 21,4 cm.
Diâmetro do fundo 13,7 cm.
Diâmetro da base 12,2 cm.
Altura 2,9 cm
Fig. 46.

N.º 2 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, com as iniciais .SV. pintadas a azul e em que o S é uma inclusa do V (São Vicente).

Reconstituído com 3 fragmentos. É bastante côncavo.

Dimensões:

Diâmetro exterior 20,3 cm.
Diâmetro do fundo 10,7 cm.
Diâmetro da base 8,9 cm.
Altura 3,5 cm.
Fig. 47.

N.º 3 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, reconstituído com 19 fragmentos, com as iniciais R.DE.S.V.te (Regrantes de São Vicente) pintadas a roxo. O E é uma inclusa do D.

Dimensões:

Diâmetro exterior 22,2 cm.
Diâmetro do fundo 15 cm.
Diâmetro de base 12,8 cm.
Altura 3 cm.
Fig. 48.

N.º 4 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, com as iniciais .S.V.te pintadas a roxo (São Vicente). Reconstituído com 14 fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro exterior 22,5 cm.
Diâmetro do fundo 11,7 cm.
Diâmetro da base 12,2 cm.
Altura 2,7 cm.
Fig. 49.

N.º 5 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, com as iniciais S. VTE. pintadas a roxo (São Vicente). Reconstituído com 14 fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro exterior 22,5 cm.
Diâmetro do fundo 11,7 cm.
Diâmetro da base 12,2 cm.
Altura 2,7 cm.

N.º 6 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, com a inscrição .S. VICENTE

(São Vicente) pintada a azul, dentro de uma cercadura dupla também a azul. Reconstituído com 6 fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro exterior 21,8 cm.
Diâmetro do fundo 13,9 cm.
Diâmetro da base 12,5 cm.
Altura 3 cm.
Fig. 50.

N.º 7 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, tendo como elemento decorativo um ramo com uma flor e folhas azuis debruadas a roxo. Reconstituído com 8 fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro exterior 21,8 cm.
Diâmetro do fundo 14,2 cm.
Diâmetro da base 13,1 cm.
Altura 3 cm.
Fig. 51.

N.º 8 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, tendo como elemento decorativo um ramo constituído por 3 flores e 6 folhas pintadas a azul e debruadas a roxo. Reconstituído com 15 fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro exterior 21,1 cm.
Diâmetro do fundo 14,6 cm.
Diâmetro da base 13 cm.
Altura 2,8 cm.

N.º 9 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, de fabrico mais grosseiro dos que anteriormente descritos. Como elementos decorativo tem um ramo composto por duas flores colocadas simetricamente e seis folhas pintadas a azul

escuro e debruadas a roxo. Reconstituído com 10 fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro exterior 21,6 cm.
Diâmetro do fundo 14,8 cm.
Diâmetro da base 13,9 cm.
Altura 3,1 cm.
Fig. 52.

N.ºs 13-14-15 – Tigelas de loiça esmaltadas de branco, com as iniciais .S. VTE (São Vicente) pintadas a roxo. Tem duas asas, colocadas diametralmente opostas a um nível ligeiramente inferior ao do bordo, sendo cada uma delas recortada a formar cinco lóbulos. Reconstituídas respectivamente com 4, 12 e 8 fragmentos.

São as três de dimensões idênticas, pelo que referiremos as dimensões da tigela n.º 13.

Dimensões:

Diâmetro exterior 11,4 cm.
Diâmetro da base 6,6 cm.
Altura 7,4 cm.
Fig. 53.

N.º 16 – Garrafa de vidro castanha, bastante grosseira, com rolha de cortiça. Existem no seu interior resíduos do líquido que conteve.

Dimensões:

Altura 27 cm.
Diâmetro da base 8,6 cm.
Diâmetro exterior do gargalo 3,5 cm.
Diâmetro interior do gargalo 1,9 cm.
Fig. 54.

N.º 19 – Cadeado de ferro, com corpo de forma paralelepípedica, conservando



54



53

27



ainda vestígios da fechadura, da qual se percebe o espelho que é de bronze. A asa, um pouco imperfeita, tem forma semioval.

Dimensões:

Do corpo 5,5 cm x 1,8 cm x 9 cm.

Raio interior da asa 2,7 cm.

Raio exterior da asa 3,4 cm.

Fig. 55.

N.º 25 – Cachimbo tipo holandês de caulino. Tem a boquilha partida. Na parte inferior da fonalha apresenta uma pequena protuberância redonda. Na parte traseira da fonalha (no arranque da boquilha) tem as iniciais TD gravadas e na protuberância da base tem num lado um W e do outro um G. Devem tratar-se de marcas do fabricante. Reconstituído com dois fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro da fonalha 1,8 cm.

Comprimento total 9,8 cm.

Fig. 56.



N.º 32 – Pequeno recipiente, talvez um tinteiro, feito de corno de boi.

Dimensões:

Altura 5 cm.

Diâmetro do fundo 4,4 cm.

Diâmetro interior do gargalo 1,7 cm.

Fig. 57.

N.º 33 – Cruz de pau-preto, com indícios de ter tido embutido qualquer elemento decorativo. Possui um ferro para suspensão. Reconstituído com dois fragmentos.

Dimensões:

Comprimento do braço maior 9,6 cm.

Comprimento do braço menor 5,5 cm.

N.º 38 – Ceitel de D. João II – 1489 – 1495.



N.ºs 39 a 43 – Flores constituídas por contas de vidro enfiadas em arame, à semelhança de alguns trabalhos indo-europeus. É constituída (cada uma delas) por 4 pétalas brancas e quatro pétalas de cor turquesa.

Contas por pétala branca 9.

Contas por pétala turquesa 12.

Diâmetro das contas brancas 3 mm.

Diâmetro das contas turquesas 1 mm.

N.º 44 – Imagem da terracota, pintada a amarelo e vermelho, representando uma figura de mulher com um menino ao colo. É de nítida influência cristã. Reconstituída parcialmente com 4 fragmentos.

Dimensões:

Altura 11,6 cm.

Fig. 58.



55 | 58
56 |
57 |



N.º 47 – Cabeça e braço de terracota, fragmento de uma estatueta representando Jesus Cristo.

Dimensões:
Altura 13 cm.

N.º 52 – Calote frontal humana, com uma perfeitíssima trepanação absolutamente circular e nítidos indícios de ossificação à volta do orifício, o que deixa naturalmente pressupor um certo êxito na intervenção. Pertence ao lote de ossos atribuídos aos séc. XVII e XVIII.

Diâmetro da trepanação 1,4 cm.
Fig. 59.

N.º 57 – Vela de cera (amarela) partida ao meio (reconstituída) que se encontra em perfeito estado de conservação.

Dimensões:
Comprimento 22,8 cm.

N.º 58 – Escultura, de madeira, representando Jesus Cristo em posição de crucificado a que falta o braço esquerdo. Tem vestígios de ter sido pintado.

Dimensões:
Altura 22,5 cm.
Envergadura (se completo) 25,5 cm.
Fig. 60.

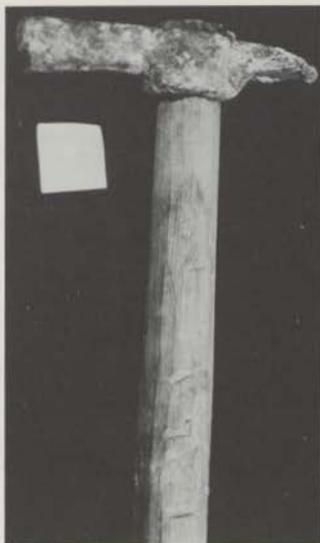
N.ºs 59/60 – Pires de cerâmica esmaltado de branco, sem qualquer tipo de decoração.

Dimensões:
Diâmetro exterior 14,7 cm.
Diâmetro da base 10,9 cm.
Diâmetro do fundo 11 cm.
Altura 3,15 cm.
Fig. 61.

N.º 61 – Martelo de pena com cabo de madeira. A alheta ou pena é de recorte cordiforme. O cabo é de madeira, com indícios nítidos de ter sido manufacturado. Deve tratar-se de uma peça do séc. XVIII, provavelmente perdida por algum operário que procedia ao encerramento do ossário.

Dimensões:
Comprimento do cabo 37,2 cm.
Comprimento da maça 14,1 cm.

61



62
Largura da pena 5,5 cm.
Diâmetro do olhar 2,8 cm.
Fig. 62.

N.º 62 – Cinta de ferro de 2 cm de altura, correspondente a meio círculo com o formato de um corpo humano num corte horizontal à altura abdominal. Numa das extremidades tem uma pequena pala de ferro com duas puas acedadas, dirigidas para o lado exterior e uma pequena alheta colocada na parte central. Parece, atendendo ao formato e dimensões, tratar-se de um fragmento de um cinto da castidade, com carácter votivo (ausência aparente de local para colocação de feixos ou peças moles) e consequentemente para uso perpétuo.

Tem vestígios de ter sido recoberto com tecido ao longo da cinta.

Dimensões:
Comprimento da cinta 48,5 cm.
Largura média da cinta 2 cm.
Largura da pala 5,8 cm.
Comprimento da pala 6,5 cm.
Comprimento da alheta 5,5 cm.
Largura média da alheta 1,2 cm.
Este provável cinto da castidade foi ensaiado em vários modelos, tendo-se verificado uma total concordância num modelo feminino de 1,45 metros de altura e 46 quilos de peso.

Figs. 63 - 64 - 65.

N.ºs 63/64 – Esporas de ferro, com bico para percussão. No bico notam-se vestígios bastantes nítidos do doirado primitivo. Um dos lados da espora encontra-se ligeiramente torcido para dentro. Cita-se Freire de Oliveira, no acto da abertura dos alicerces da actual sacristia:



63



64



65

«Foram encontrados corpos ainda organizados dos cavaleiros católicos que morreram na conquista e tomada desta cidade aos mouros, e bem assim vestígios de armas e esporas douradas, achando-se em algumas cabeças cabelos louros...». Admitimos perfeitamente a hipótese de mera coincidência entre a descrição e o nosso achado.

Dimensões da espora n.º 64.
Comprimento total 18 cm.
Comprimento do bico 5,5 cm.
Figs. 66 - 67.

N.º 65 – Prato de cerâmica esmaltado a branco, com as iniciais S.V.TE, pintadas a roxo dentro de uma cercadura dupla, delimitada a roxo e cheia a azul. Parcialmente reconstituído com 24 fragmentos.

Dimensões:
Diâmetro exterior 22 cm.
Diâmetro do fundo 13 cm.
Altura 3,6 cm.

N.º 66 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, tendo como elemento decorativo um ramo com três flores e seis folhas pintadas a azul e delimitadas a roxo. Totalmente reconstituído com 10 fragmentos.

Dimensões:
Diâmetro exterior 27 cm.

Diâmetro do fundo 12,7 cm.
Altura 3,1 cm.

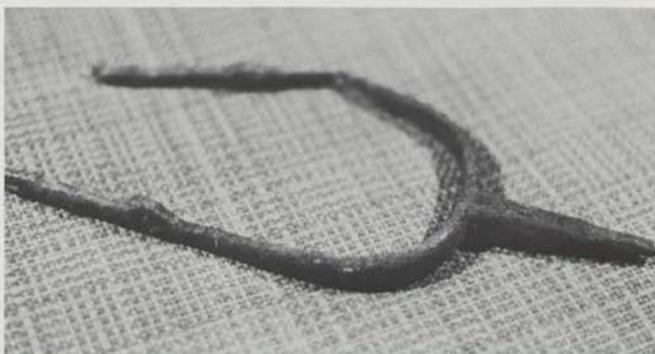
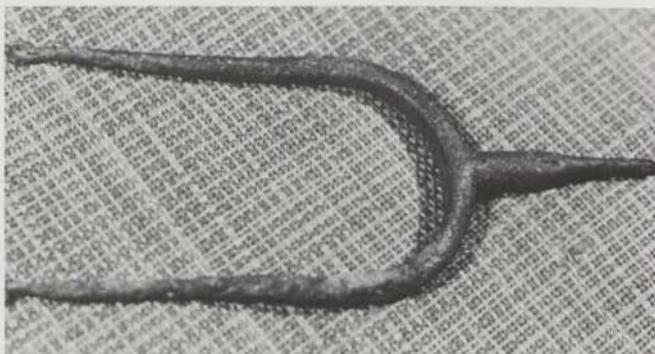
N.º 67 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, tendo como elemento decorativo um ramo estilizado, constituído por duas flores, dois botões e cinco folhas, pintado a azul. Totalmente reconstituído com 4 fragmentos.

Dimensões:
Diâmetro exterior 21,5 cm.
Diâmetro do fundo 13 cm.
Altura 3,2 cm.

N.º 70 – Prato de cerâmica esmaltado de branco, bordejado por uma cercadura constituída por dois traços paralelos, de cor azul. O fundo, delimitado também por uma cercadura de traço duplo a azul, tem no centro, como elemento decorativo, dois V encimados por uma circunferência desenhada com duas pinceladas. Parcialmente reconstituído com três fragmentos, teria, se completo, as seguintes dimensões:

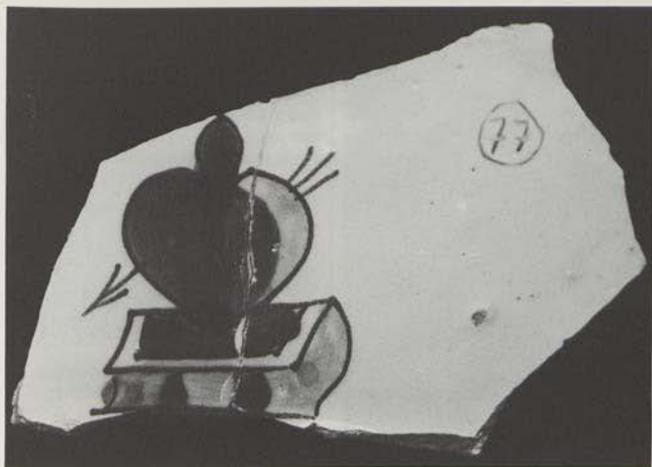
Diâmetro exterior 21,1 cm.
Diâmetro do fundo 11,3 cm.
Altura 3,9 cm.

N.º 75 – Pequeno pires de cerâmica esmaltado de creme claro, tendo como elemento decorativo uma série de qua-



66

67



tro V em diminuindo, encimados por uma pequena circunferência desenhada a traço rápido de pincel, a tinta azul. Parcialmente reconstituído com cinco fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro exterior 10,9 cm.
Diâmetro do fundo 8,5 cm.
Diâmetro da base 7,7 cm.
Altura 2,8 cm.

N.º 77 – Fragmento de uma peça de cerâmica, provavelmente um prato, esmaltada de branco, apresentando como elemento decorativo um coração pintado a azul, atravessado por uma seta, pintada a roxo. Reconstituído com dois fragmentos.

Dimensões:

Comprimento máximo 11 cm.
Fig. 68.

N.º 80 – Vaso de cerâmica vidrado de branco. Tem um formato vagamente cor-



difforme. Reconstituído com 13 fragmentos.

Dimensões:

Diâmetros:
No bordo 7,7 cm.
No colo do bordo 7 cm.
No bojo 11,7 cm.
Na base 4,6 cm.
Altura 8,5 cm.

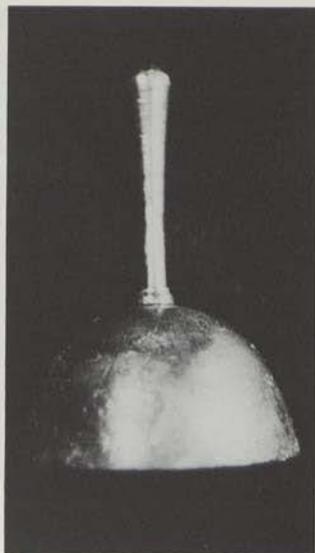
Fig. 69.

N.º 85 – Sineta metálica das normalmente utilizadas em cerimónias litúrgicas. A campânula propriamente dita deve ser constituída por um bronze de prata. Reconstituída com 2 fragmentos.

Dimensões:

Diâmetro da campânula 7,6 cm.
Espessura da campânula – entre 2,5 mm e 3 mm.
Altura do conjunto 10,7 cm.

Fig. 70.





71

N.º 89 – Medalhão de folha de prata de forma oval, representando, em relevo, o milagre do Sitio na Nazaré. Na orla superior direita tem inscrita a palavra Nazaré. Apresenta à esquerda a Senhora da Nazaré, cerca de uma imagem que recorda Jesus Cristo em menino. No quarto inferior esquerdo é bem visível o veado olhando para trás e na direcção de um cavalo empinado, montado por D. Fuas Roupinho.

Dimensões:
Comprimento máximo 5 cm.
Largura máxima 3,8 cm.
Fig. 71.

N.º 90 – Par de plaquetas de vidro de forma oval, facetadas em todo o seu contorno e representando, em baixo-relevo, cavado no verso, preenchido a tinta branca, duas árvores cruzadas, uma figura humana apoiada talvez numa enxada ou bordão, em posição contemplativa. Num plano mais próximo, uma pequena cerca ou um campo de flores, separa-nos do conjunto homem-árvore. É uma gravura extraordinariamente fina e de uma minúcia verdadeiramente surpreendente.

Dimensões:
Peça A
Máximo comprimento 14,2 mm.
Máxima largura 11,5 mm.
Espessura 2 mm.
Altura da figura humana 5 mm.
Peça B
Máximo comprimento 14,1 mm.
Máxima largura 12 mm.
Espessura 2 mm.
Altura da figura humana 4,8 mm.
Fig. 72.

N.º 91 – Medalhão de bronze, dos commumente usados durante os séc. XVII e XVIII. É de forma oval e tem um

olhal para suspensão. Em perfeito estado de conservação, representa numa face a Senhora Del Pilar, tendo a seus pés duas figuras ajoelhadas. Tem a seguinte inscrição:

N.S. DEL PILAR DE ZARA

Citamos a propósito, Júlio de Castilho:

«Nota-se nesta capela mais alinho, mais apuro ornamental. Ao tempo em que se escrevia (nos primeiros anos do séc. XVIII) a história de Lisboa, era a capela da Senhora do Pilar a única nesta Igreja que se achava ornada e de todo perfeita.

Foi sempre da maior veneração para os lisboenses a imagem, feita à semelhança da celeberrima de Saragoça, e doada a S. Vicente por certo devoto no séc. XVIII.

Em 1683 «era capelão de veneranda imagem, desde trinta largos e aproveita-

dos anos, um virtuoso cônego D. Leonardo de S. José, estrito observante da clausura, e que, desde que entrara, nunca jamais saíra a misturar-se cá fora com os frívolos interesses da Lisboa profana. Para o velho D. Leonardo o mundo era a sua cela, mais a capelinha da igreja com a sua querida Senhora do Pilar».

No verso, a medalha representa um relicário encimado por uma coroa contendo talvez quatro hóstias, tendo cada uma delas inscrita uma cruz com os quatro braços iguais. Tem a seguinte inscrição:

SS COR SEAL ES DE DAROCA

Dimensões:

Comprimento (incluindo o suporte do olhal) 25 mm.

Largura 16 mm.

Fig. 73 - 74.

N.º 92 – Medalha de bronze das commumente utilizadas durante os séc. XVII e XVIII. É redonda, com olhal para suspensão. Em bom estado de conservação, representa numa das faces uma imagem da Virgem Santíssima, de pé, sobre um crescente lunar envolto em nuvens. O halo é representado por uma série de sete estrelas de seis pontas. Tem a seguinte inscrição:

B VIRG.SIN.PE CC.ORIGIN.CON

No verso representa um cálice apoiado numa nuvem com a inscrição IHS. Circumferentemente tem a seguinte inscrição:

SIA.L.I.L SS.SACR

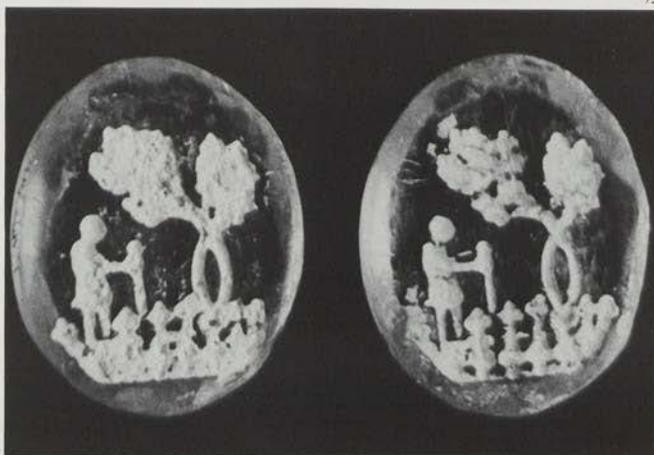
Dimensões:

Diâmetro 39 mm.

Fig. 75.

N.º 93 – Medalha de bronze, das commumente utilizadas durante os séc. XVII e XVIII. É de forma octogonal irregular, tendo um olhal para suspensão.

72



Em bom estado de conservação. Representa numa face o arcanjo S. Gabriel, transportando uma criança que se agarra à sua perna esquerda. Tem a seguinte inscrição:

ANGELUS.MEUS CUSTOS

No verso representa S. Gabriel pisando uma figura demoníaca. Tem a seguinte inscrição:

VIVIT DEUS

Dimensões:

Comprimento 36 mm.

Largura 29,5 mm.

Comprimento dos três lados desiguais do octógono:

15 mm - 11 mm - 18mm.

Fig. 76.

N.º 97 – Conjunto de 78 contas de madeira exótica (castanha escura), formando um terço incompleto. Quatro das contas, de forma basicamente cilíndricas, formam uma cruz.

Dimensões:

Diâmetro médio das contas 4 mm.

Comprimento médio das contas 4,5 mm.

N.º 122 – Pequeno anel de vidro preto. É constituído por uma volta completa de varão de vidro, tendo no fecho uma pequena esférula, também de vidro batido.

Dimensões:

Diâmetro exterior 14 mm.

Diâmetro do varão 1,75 mm.

Diâmetro da esférula 4,5 mm.

Fig. 16.

N.º 123 – Abotoadura de bronze, constituída por dois botões metálicos unidos por um elo. Os botões estão ornados com um esmalte representando uma rosa e respectivas folhas em sua cor. Um dos esmaltes está completo; do outro apenas restam esquirolas.

Dimensões:

Diâmetro dos botões e esmalte 12,5 mm.

Comprimento do elo 14 mm.

Fig. 77.

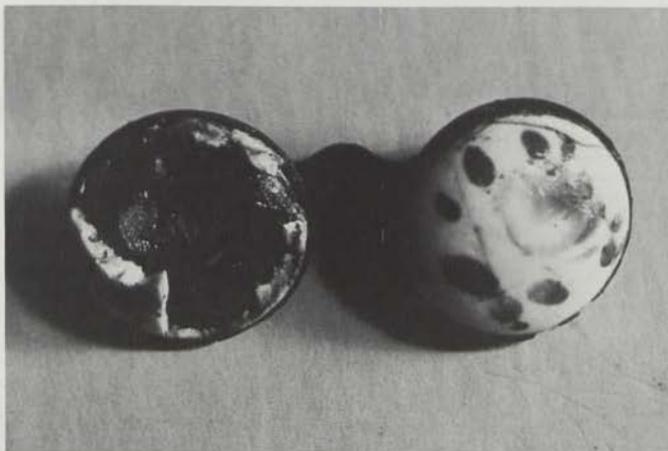
N.º 229 – Alfinete de peito de bronze estampado, de forma rectangular, com cinquenta e três alvéolos para implantação de outras tantas pedras de vidro. Possui ainda sete pedras de vidro facetadas em «brilhante». Encontrado no relicário, no estrato circundante dos ossos dos cavaleiros alemães.

Dimensões:

Comprimento 39,5 mm.

Largura 19,5 mm.

N.º 239 – Pequeno vaso de cerâmica parcialmente reconstituído com cinco fragmentos. É vidrado interior e exteriormente a amarelo. Encontrado no entulho



de demolição que enchia o relicário. Provavelmente do séc. XVI.

Dimensões (se completo):

Diâmetro entre bordos 16,3 cm.

Diâmetro do bojo 16,3 cm.

Diâmetro da base 6,6 cm.

Altura 7,6 cm.

N.º 314 – Fragmento de prato hispano-árabe. De cerâmica creme é esmaltado a branco de ambos os lados. Decoração interiormente com figuras geométricas e estilização de ramos a azul, amarelo e roxo. Provavelmente do séc. XV. Sala do relicário. Estrato n.º 8.

Dimensões do fragmento: 112 mm x 90 mm.

Fig. 78.

N.º 249 – Imagem de terracota, representando a virgem com o menino ao colo. Está truncada à altura da cintura. Conserva vestígios da pintura primitiva.

Dimensões:

Altura 81 mm.

Largura 71 mm.

Para além das peças descritas, existe toda uma variedade de objectos utilizados no dia-a-dia da época, em que o ossário esteve devoluto (séc. XVII). De especial referência os alfinetes, de bronze, percussores dos nossos actuais, de tamanhos variados, desde 8 mm até 60 mm, dos quais diferem apenas pela cabeça, que é constituída por um arame enrolado à volta da extremidade do corpo do alfinete, com três voltas, e afeiçoado para lhe dar o aspecto esférico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados ao epílogo das nossas investigações no Carneiro, parece podermos, fruto da simbiose da arqueologia e da investigação histórica, reconstituir, cronologicamente, as vicissitudes porque passou o local de S. Vicente de Fora, desde os longínquos visigodos aos nossos dias:

ANO:

472 – Ocupação definitiva de Lisboa pelos visigodos. Provável fundação do cemitério visigótico em S. Vicente, com utilização possível até ao ano de 714.

714 – Ocupação de Lisboa pelos mouros.

Em princípio, o cemitério terá ficado devoluto até 1 de Julho de 1147 (o estado de «devoluto» durante bastante tempo é perfeitamente confirmado pela escavação).

1147 – 1 de Julho – Escolha do local para implantação dos arraiais das forças sitiadas de Lisboa.

A partir desta data, S. Vicente de Fora voltou a ser, em sobreposição, utilizado como cemitério do arraial teutónico.

1147 – 21 de Novembro – Lançamento da primeira pedra do Mosteiro de S. Vicente de Fora, por D. Afonso Henriques.

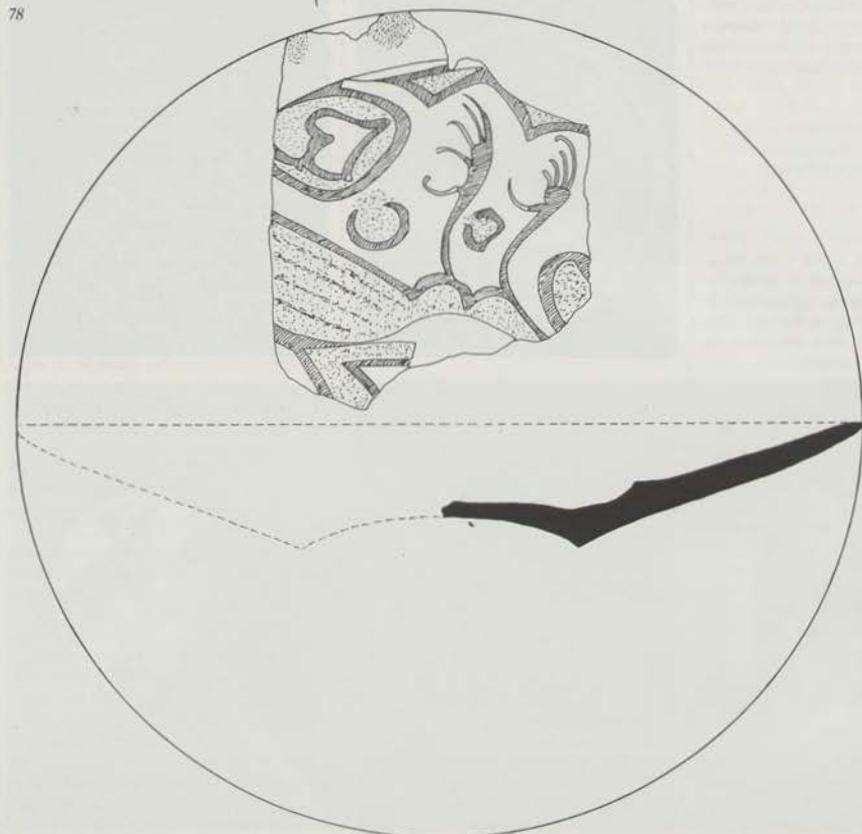
Início do cemitério de inumação geral que deve ter sido utilizado até 1582.

1582 – 25 de Agosto – Lançamento da primeira pedra do actual Convento de S. Vicente.

Esta construção sobrepôs-se ao cemitério visigótico, ao cemitério dos cavaleiros mártires, ao antigo mosteiro afonsino e ao cemitério de inumação geral.

* Relatório aprovado por despacho ministerial

78



N.º 314
S. V.º FORA
Ec: 1:1

VINHOS NA INAUGURAÇÃO DA ESTÁTUA EQUESTRE DE D. JOSÉ I

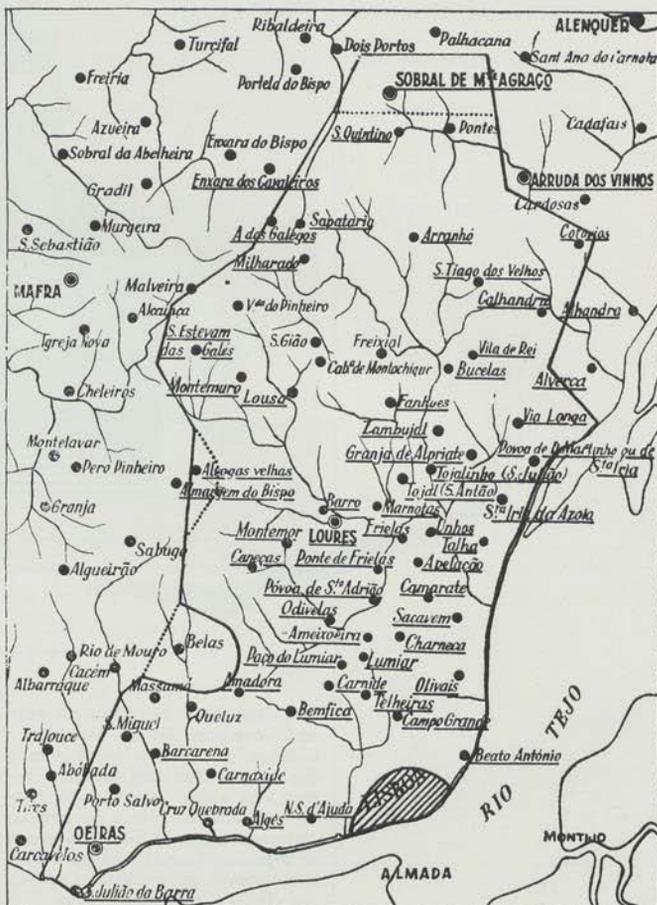


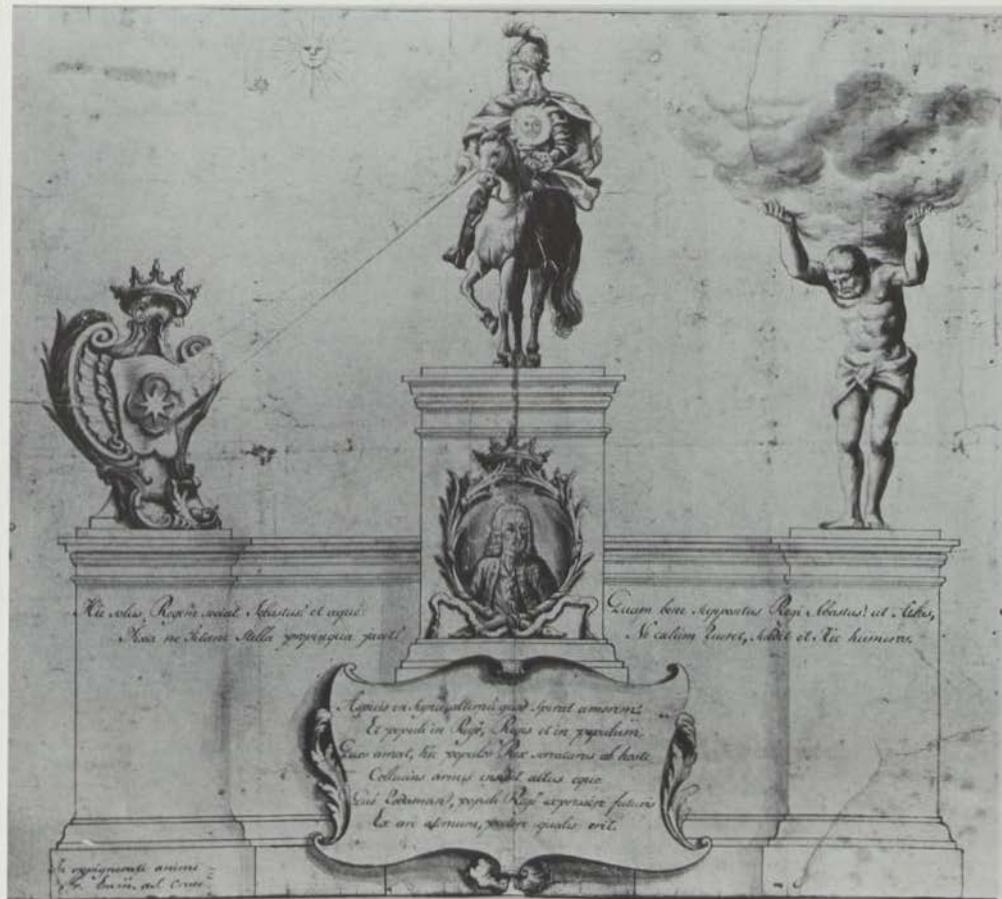
Projecto da Estátua Equestre de D. José I.
Desenho aguarelado a preto
de Eugénio dos Santos e Carvalho.
Apenas as armas reais ornem a face anterior do pedestal.
(Academia Nacional de Belas-Artes)

A inauguração da estátua equestre de D. José I deu origem a grandes festividades, das maiores entre todas a que o nosso País tem assistido. Deu ainda lugar a uma vasta produção literária, especialmente poética (1), parte da qual revela a preocupação de registar e de descrever diversos aspectos dessas festividades e das imponentes cerimónias oficiais que ocorreram então.

Entre essa numerosa produção, incluí-se folha avulsa, sem local nem data de impressão, mas decerto de Lisboa e do ano, talvez mesmo do mês da inauguração da estátua equestre, ou seja, de Junho de 1775, se é que não foi impressa para ser distribuída no decorrer do acontecimento a que se reporta: a ceia, integrada nas festividades inaugurais, oferecida pela Câmara de Lisboa.

Termo de Lisboa em 1742.
 Manteve-se durante todo o séc. XVIII
 sem alterações excepto as que resultaram da elevação
 a vila de Oeiras em 1759.





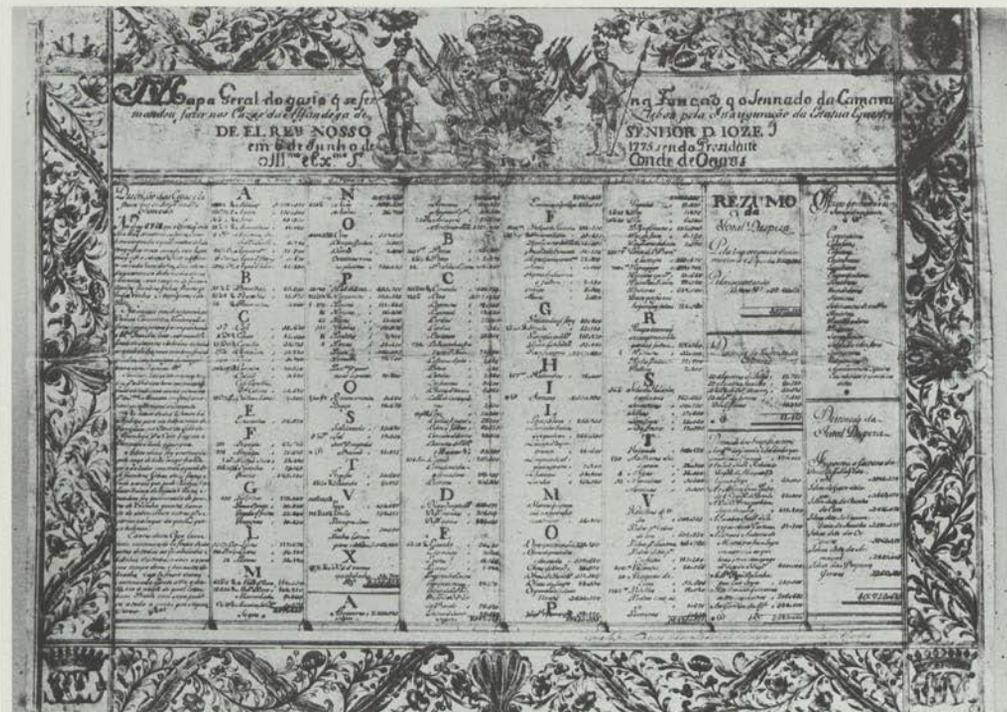
Alegoria à Estátua Equestre de D. José I.
Gravura aberta em chapa de cobre.
I. C. Silva invenit. Barros Sculp.
É evidente o propósito de ligar o Marquês
de Pombal à glorificação do soberano.
(Museu da Cidade)

Existe um exemplar dessa folha volante na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na sua preciosa coleção de miscelâneas (²), infelizmente cortada na parte superior, o que deu origem a que o cabeçalho ficasse incompleto. Mas, como na Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Documental relativa à Estátua Equestre, promovida pela Câmara Municipal de Lisboa em 1938, figurou outro exemplar, então pertencente ao Dr. Jorge Faria, e que não estava mutilado, encontramos no respectivo catálogo transcrito todo esse cabeçalho: *Listas dos Vinhos, e Licores, que servirão na cea, que o Senado deo na primeira noite, em que se festejou a collocação da Estatuá Equestre* (¹).

A lista apresenta, em primeiro lugar, os vinhos estrangeiros então servidos, a saber:
Bordeaux
Lafite

Bourgogne
Grave
Champagne
Campagne mousseux
De Nuy
De Frontignan tinto
De Lunelle
De Segur
De Khin
Malaga
Paralta
Jerez
Lucessa
Montilla
De Florença Artimino
Leatico
Chianti
Montepulciano
Monseratto
Do Cabo

A pergunta que nos ocorre é a seguinte: existiriam normalmente todos estes vinhos no mercado de Lisboa? É | 39



«Mapa geral do gasto q se fez na Função q o Sennado da Camara mandou fazer nas Cazas da Alfandega de Lisboa pela Inauguração da Estatua Equestre de El Rey Nosso Senhor D. IOZE 1º em 6 de Junho de 1775 sendo Presidente o Ill.º e Exm.º Sr. Conde de Oeyras». Trabalho caligráfico. Desenho à pena de Leonardo Teixeira de Carvalho. (Biblioteca Nacional de Lisboa)

uma questão em aberto, mas quer eles existissem na totalidade ou só em parte, decerto na sua maior parte, este quadro dá-nos uma ideia sobre os vinhos estrangeiros que os lisboetas do tempo de Pombal consumiam, ou melhor, que alguns lisboetas consumiam...

Figura entre esses vinhos o *Champagne*. A propósito será oportuno registar que José da Cunha Brochado, em carta enviada a D. Luis da Cunha, de Lisboa, em 14 de Janeiro de 1706, agradeceu umas garrafas de *Champagne* que seria bebido com Ana Nunes e alguns conselheiros de Estado (1).

Continuando a percorrer a lista, verifica-se que se beberam igualmente vinhos provenientes das ilhas adjacentes:

- Madeira Malvasia*
- Madeira branco doce*
- Madeira tinto seco*
- Madeira branco seco*
- Madeira branco mais claro*
- Madeira palheto*
- Madeira palheto mais claro*
- Da ilha de S. Jorge*

Curiosas certas designações — *branco mais claro, palheto mais claro* — assim como terem-se bebido sete qualidades de vinho da Madeira e apenas uma de vinho açoriano, este proveniente de S. Jorge, facto um tanto surpreendente, porquanto em outras ilhas

dos Açores se produzia igualmente vinho e o mais afamado e abundante era o do Pico: «o maior fruto, e mais célebre desta grande Ilha do Pico é o seu muito e excelente vinho, e quantas mil pipas de cada ano, bem se colhe, que de tal Ilha se provém em grande parte as outras ilhas, as armadas, e frotas, que a ela vão, os estrangeiros que o vão buscar, o muito que vai para o Brasil, e também vem para Portugal, e a razão deu já o antigo Frutuoso Iv. 6 cap. 41 (2), dizendo que o vinho do Pico não só é muito, mas justamente o melhor» (3).

Da notícia transcrita se infere que o vinho do Pico, exportado para diversos destinos, fornecido às armadas, só em último lugar era vendido para o Continente. Tal concorda com o quadro das exportações do vinho açoriano nos séculos XV, XVI e XVII, traçado pelo Dr. Helder Lima, em valioso e bem documentado estudo, segundo o qual esse vinho só em bem pequena escala era enviado para a Metrópole (4).

Seria por tal motivo, por haver pouco vinho açoriano no mercado de Lisboa, que só o de S. Jorge teria sido servido na ceia festiva, dando-se portanto o caso de ser esse o único então existente? É possível, tanto mais que temos notícia de que precisamente no

ano de 1774 foi grande a produção de vinho em S. Jorge (*).

Quanto aos vinhos nacionais do território metropolitano, foram servidos os seguintes, sob a indicação genérica de *Vinhos do Termo de Lisboa*:

Carcavelos
Lavrado tinto
Lavrado branco
Barra barra de uva marota
Barra barra doce
De Setúbal Moscatel
Da Golegã
Da Chave Dourada

Note-se que a designação «termo» não é aqui empregada no sentido administrativo, como se verifica facilmente pelo estudo de A. Vieira da Silva sobre *O Termo de Lisboa* (*), mas por referência aos lugares circunvizinhos ou relativamente próximos de Lisboa, embora a Golegã nos apareça demasiado distante para assim ser considerada.

Além destes foram ainda servidos *Vinhos do Alto Douro*, designação usada decerto mais no sentido da zona de comercialização do que no da origem geográfica dos vinhos, pois é evidente que Monção não pode ser incluída no Alto Douro. São os seguintes os vinhos mencionados:

Monção tinto
Monção branco
Da Feitoria do Porto de 5 anos
Da Feitoria primeira forte
Da Feitoria segunda forte
Da Feitoria terceira forte
Da Feitoria quarta forte
Da Feitoria quinta forte
Do Taboado tinto
Do Taboado branco
Do Taboado doce

De notar o vinho de Monção, talvez o designado actualmente por Alvarinho, e a diversidade de vinhos da Feitoria, assim como as caracterizações dadas para alguns deles, que poderão oferecer interesse para os estudiosos da vitivinicultura e da sua história.

Esta relação oferece também o interesse de nos mostrar quais os vinhos oriundos do território metropolitano então consumidos em Lisboa. Não eram de origem muito variada, o que denota como diversos vinhos, e de boa qualidade decerto, não eram comercializados na capital. Curiosamente, dá-se conta da ausência de um vinho de arredor bem próximo de Lisboa, o vinho de Colares, que Link no fim desse século elogiou e nos diz ser então consumido correntemente (**).

Nota-se ainda a ausência de outros vinhos, um também próximo, o de Torres, outro mais longínquo, o do Dão. Não encontramos igualmente vinhos alentejanos. No entanto, o vinho de

Borba já então gozava de uma certa notoriedade — no início do século, Carvalho da Costa, refere-se a Borba como terra produtora de vinho (***) e, posteriormente, António Diniz da Cruz e Silva enalteceu-o no *Hissopo*:

Ao qual o deão disse: hoje um [negócio de te fiar pretendo de importância; Mas antes será bom que ao grande [Baco

Algumas libações, como costumás
Aqui façás. Dizendo estas palavras
Ordena que lhe tragam prontamente
Do bom vinho de Borba três garrafas. (**)

Mas é de considerar que a acção do poema decorre em Elvas, portanto bem perto de Borba.

E os vinhos longínquos constantes da lista, designados do Alto Douro, não seriam todos eles provenientes duma mesma empresa comercial?

Em parte da área da actual Lisboa produzia-se bastante vinho, como já mostrámos em estudo anterior. Um deles parece ter tido certa fama, no século XVI, o de Campolide. Mas não se regista aqui a sua presença. (**)

Portanto, parece-nos não se verificar o que um estudioso dos nossos vinhos recentemente disse: «Quase todas as nossas actuais regiões vinícolas já eram conhecidas no tempo do Marquês de Pombal e, portanto, os seus diversos vinhos foram, por certo, servidos nos banquetes que então se realizaram». (**)

Além dos vinhos, foram ainda servidas na cea duas outras bebidas: cidra e cerveja, curiosamente indicadas na relação como *Cidra* e *Bierre* (sic), *Cerveja*. E como figuram logo a seguir aos vinhos estrangeiros e antes dos vinhos das Ilhas, pressupõe-se que seriam de origem estrangeira. No entanto, em Lisboa fabricava-se e vendia-se cerveja já no século XVII (**). Seria que não era de boa qualidade e que, por isso, serviam cerveja francesa, ou terão servido tanto estrangeira como nacional e daí a indicação de *Bierre*, *Cerveja*?

Foram ainda servidos licores e também a sua variedade esteve de acordo com o fausto que se quis imprimir aos festejos:

Maraychino
Canella
Café
Coriandre
Par fait amour
Citronelle
Abricóts
Selleri
Fenovil
Angelique

Cinnamon
Andalusie
Mata la huga

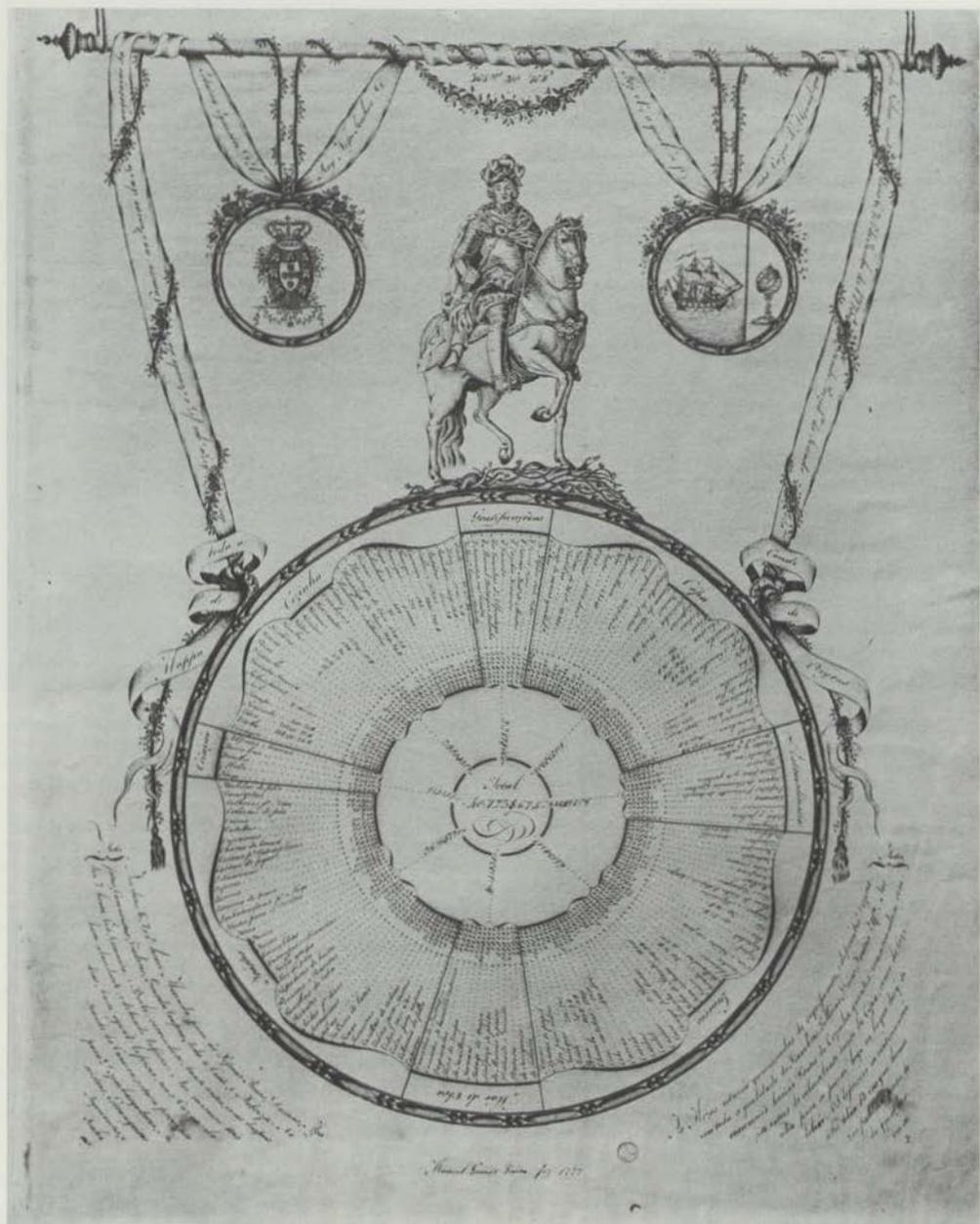
Esta relação de vinhos, mais do que o conhecimento do que se bebeu nessa magnificente ceia, interessa como testemunho das manifestações do fausto, do esplendor que se quis emprestar às festividades da inauguração da estátua equestre, o que se compreende, pois era como um coroamento do governo de Pombal, ligava-se à reconstrução da cidade de Lisboa, decerto a mais gigantesca das obras empreendidas pelo omnipotente ministro de D. José. Mas especialmente interessantes parecem-nos estes elementos pelo que revelam para a história dos nossos vinhos, dos seus tipos no século XVIII e, particularmente, para o conhecimento da comercialização dos que se produziam quer no Continente quer nas Ilhas, cerca de 1775.

Tem-se afirmado com frequência serem os portugueses propensos a supervalorizarem, a muito apreciarem coisas e ideias vindas de outras terras e a subestimarem o que é nacional. Os vinhos presentes na ceia servida por iniciativa do Senado de Lisboa quando da inauguração da estátua equestre, onde, a par de uma longa série de vinhos estrangeiros, se verifica uma reduzida presença de vinhos nacionais, a ausência de muitos dos vinhos portugueses, cujas qualidades os têm imposto, indicam a mesma valorização, a mesma predilecção pelo estrangeiro em detrimento do nacional.

Decorrido um século, quase a mesma situação parece deparar-se-nos. Se percorrermos *Os Maias* de Eça de Queiroz, verificamos que no ambiente social retratado, de alta burguesia, de políticos, ministros, banqueiros, é notória a predilecção pelo vinho estrangeiro. Esses personagens, seja nas ceias, em maior intimidade, seja em jantares de cerimónia, bebem especialmente vinhos franceses. (**)

Conhecemos os vinhos servidos em refeições confeccionadas pelo Abade de Priscos, famoso cozinheiro do final do século. Consta-se ainda a mesma predilecção. (**)

É evidente que essa insistente preferência pelos vinhos estrangeiros e menor apreço pelos vinhos nacionais originaram o quadro verificado quando da inauguração da estátua equestre, o qual se repetiu até época bem perto da nossa e implicou durante muito tempo a pouco intensa e extensa comercialização dos vinhos nacionais no mercado interno. É este caso um daqueles em que uma atitude generalizada, fruto de certa mentalidade, afectou e influenciou a vida comercial do País.



«Mapa de toda a despeza, que fez o Senado da Camara na Função da Inauguração da Estátua Equestre D'El Rey Nosso Senhor D. Joze o 1.º, a qual se fez nas Cazas d'Alfandega de Lisboa nos dias 6, 7 e 8 de Junho de 1775 sendo Prezid.º do Senado o Ex. Conde de Oeyras». Trabalho caligráfico de Manoel Gomes Vieira executado em 1777.

(1) Tal produção encontra-se recensada particularmente no catálogo referido na nota 3.

(2) *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, vol. 670, n.º 10 803.

(3) *Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Documental relativa à Estátua Equestre*, Lisboa, 1938, pág. 27, n.º 165.

(4) *Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, códice 3008, fol. 146.

(5) «Em toda a terra (ilha do Pico) há muitas vinhas, que dão bom vinho, e melhor que em todas as ilhas» — Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, cap. 41, Ponta Delgada, 1963, pág. 303. O Livro Sexto foi concluído «pelas alturas de 1589», segundo João Bernardo de Oliveira Rodrigues. Cf. edição citada, pág. XIX.

(6) Padre António Cordeiro, *História Insular das ilhas a Portugal sujeitas no oceano ocidental*, Livro VIII, cap. IX, § 62, Lisboa, 1866, vol. II, pág. 295.

(7) *Os Açores na Economia Atlântica — Contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII*, in: "Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira", 1976, vol. XXXIV, págs. 233-240.

(8) Padre Manuel de Azevedo da Cunha, *Notas Históricas — II, Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*. Recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, 1981, pág. 724.

(9) *Dispersos*, Lisboa, 1954, vol. I, págs. 35-54 e em especial as págs. 40-42, 44 e o mapa II.

(10) «Le vin d'ordinaire, que l'on boit à Lisbonne, vient de Colares (...) A l'ouest de Cintra, du pied des montagnes, et proche de la mer, est situé le bourg Colares (prononcer Coulares), renommé par ses verges, ses bois de châtaigniers et son excellent vin» — *Voage au Portugal, depuis 1797*

jusqu'en 1799 par M. Link, Paris, 1803, vol. I, pág. 321.

(11) *Corografia Portuguesa*, Lisboa, 1708, vol. II, pág. 515.

(12) *O Hissopo*, canto V, Lisboa, 1879, pág. 196.

(13) *Vinho e Vinhas em Lisboa*, in *Lisboa-Revisita Municipal*, 1979, 2.ª série, n.º 1, págs. 18-23.

(14) Estas palavras encontram-se na nótula inserida no programa de *Um Sarau Pombalino — Reconstituição histórica evocativa da vida cultural e social portuguesa no tempo de Pombal*, o qual teve lugar no Palácio Nacional de Queluz em 20 de Dezembro de 1982.

(15) Fernando Castelo Branco, *Lisboa Seiscentista*, Lisboa, 1969, 3.ª ed., pág. 176. Em 1689 foi proibido o fabrico de cerveja, mas em 1692 foi determinado que «querendo-a os estrangeiros para seu gasto, a poderão mandar vir de fora, não sendo para vender pública ou particularmente» — *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1896, vol. IX, págs. 141-142 e 274-275.

(16) Em Santa Olávia, no jantar, beberam Bucelas e talvez Colares; no jantar do Hotel Central, Bucelas e St. Emilion; em Sintra, Colares, em almoços no Ramalhete e no Hotel Bragança, Chablis; no jantar do Conde de Gouvarinho, Sauternes; na ceia em casa do Craft, Bourgogne e Chamberlain; e em ceias no Ramalhete, Porto e St. Emilion. Isto para além de beberem Champagne com frequência. Recorde-se que, no jantar literário do Hotel Universal, referido em *A Capital*, serviram Bucelas, Colares, St. Julien, Champagne e Porto.

(17) Num jantar à família real, em 1887, Jerez, Madeira, Haut Sauternes, Colares, Bordeaux, Porto e Champagne, e num outro, os mesmos vinhos, excepto Colares, sendo ainda vagamente indicado «Vin du pays». Num jantar ao Arcebispo de Braga, Madeira, Bucelas, Rouge Areias, Champagne e

Porto, e noutro que igualmente lhe foi oferecido, em Águeda, sua terra natal, houve Xerez, Madeira, Águeda (branco e tinto), S. Julien, Verde, Porto, Champagne, Bairrada e Vinicola do Norte. O ser servido o jantar em Águeda explica a presença de vinhos locais. Vejam-se as reproduções das ementas em artigo inserto no «Panorama», Setembro de 1956, 3.ª série, n.º 3.

Peças de serviço de jantar encomendado pelo Marquês de Mariaiva para o banquete integrado nas cerimónias inaugurais da Estátua Equestre de D. José I (Museu da Cidade — Museu Nacional de Arte Antiga)





Gravura representando a Estátua Equestre de D. José I tal como foi construída. Na face anterior do pedestal além das armas reais um medalhão com o busto do Marquês de Pombal, que assim também é enaltecido. (Museu da Cidade)

ANTÓNIO RODRIGUES SAMPAIO JORNALISTA DE LISBOA E PROMOTOR DAS CLASSES LABORIOSAS

Foi Rodrigues Sampaio um dos homens mais populares do seu tempo, sobretudo nos grandes centros como Lisboa e Porto.

A sua popularidade não se deveu à demagogia baixa nem à cedência a vulgares tendências e aspirações do tempo, mesmo pouco dignas. Antes, pelo contrário, a ter sabido encarnar, com rara energia e excepcional persistência, os grandes movimentos ideológicos da centúria em que viveu. Em *A Revolução de Setembro* e depois em *O Espectro* lançava diariamente fortes críticas às contradições e corrupções do governo, fazia-se eco das preocupações e anseios da população e tornava-se o reclamante das grandes necessidades gerais da cidade de Lisboa e até do País. Redactor por mais de quarenta anos do jornal mais antigo de Portugal na segunda metade do século XIX, isso granjeou-lhe numerosos leitores em toda a parte, inclusive nas Ilhas Adjacentes, cuja alma vibrava em unísono com o seu grande coração, cheio de filantropia e de humanidade, repleto de patriotismo e de nacionalismo.

Dai a sua enorme popularidade, a aceitação geral da sua actuação prudente, a quase divinização da sua pessoa, tornada oráculo em determinados momentos críticos da Nação. Facilitou-lhe tais predicativos a exemplaridade e rectidão da sua vida, o grande desprendimento que sempre teve, a falta de quaisquer escândalos públicos que

conspurassem a sua acção política, parlamentar ou governativa. Só quase no final da sua existência cedeu à repressão à imprensa pela chamada «portaria muda» na linguagem de Teófilo Braga, a qual gerou uma série de protestos públicos, vindos sobretudo do Partido Republicano e da imprensa, de que se fizeram eco Oliveira Martins, Teófilo Braga e, acima de todos, Gomes Leal. Nunca a imprensa lhe perdoaria a falta de completa liberdade na transmissão das informações, falta inexplicavelmente negada por quem, mais que ninguém, defendeu, em público e em particular, na paz e nos furores da guerra, que ela mesma se regeneraria por si própria.

Por tudo o exposto, merece a memória de António Rodrigues Sampaio as solenes comemorações centenárias da sua morte a nível nacional, que hoje com tanta pompa inaugura a Câmara Municipal de Lisboa. Nem outra coisa podia deixar de fazer-se àquele que serviu devotadamente o País por tantos anos, quer como voluntário da Rainha (cerca de três anos) quer como homem público no sentido mais amplo do termo, pois foi:

durante 45 anos jornalista distintíssimo;
durante 27 anos parlamentar digno;
durante 26 anos conselheiro do Tribunal de Contas;
durante 7 governante com as funções de ministro do reino ou primeiro-ministro;

durante 6 funcionário exemplar da administração pública com funções na Alfândega do Porto, em Bragança e Castelo Branco.

Justo é igualmente se principiem as festas comemorativas pela grande e nobre cidade de Lisboa. A capital foi, de facto, a sua terra predilecta, foi a sua nova terra natal, a sua nova pátria. Nasceu, em 25 de Julho de 1806, em S. Bartolomeu do Mar, no concelho de Esposende, por aí passou tão-somente parte dos primeiros vinte e dois anos, tão importantes na formação da sua personalidade, estando ausente boa parte desse tempo em Viana do Castelo e Braga por causa dos estudos da carreira eclesiástica, que pretendia seguir; esteve cerca de doze anos por várias regiões do País, como Barcelos, Braga, Bragança, Castelo Branco, Porto e Sintra. Mas o forte da sua vida, mais de metade da sua relativamente longa existência (41 anos), foi passada na encantadora cidade do Tejo, onde se estabeleceu em 1840, para nunca deixá-la até ao dia de hoje, onde ainda neste momento repousam os seus restos mortais. Deixou-a provisoriamente por Novembro de 1881 aquando da sua tardia retirada para a vida privada, ocasião em que decidiu ir residir na encantadora vila de Sintra, onde a morte o colheu, em 13 de Setembro de 1882, com surpresa de muitas pessoas.

Sendo muito rica, complexa e polivalente a personalidade de Rodrigues Sampaio, na impossibilidade de abarcar uma panorâmica geral, vou limitar-me a dois aspectos, em estreita relação com a capital, em que ele se mostrou gigante e, ainda hoje, de especial relevância:

1.º — Rodrigues Sampaio, jornalista de Lisboa.

2.º — Rodrigues Sampaio, educador e protector das classes laboriosas pela associação.

1.º — RODRIGUES SAMPAIO,
JORNALISTA DE LISBOA
INÍCIO DA CARREIRA JORNALÍSTICA
DE RODRIGUES SAMPAIO

Sampaio tem como auréola mais brilhante da sua vida o ser jornalista exímio. Jornalista numa época agitada, em que as lutas partidárias dividiam a família portuguesa entre liberais e absolutistas, entre cartistas e setembristas ou progressistas, e, finalmente, entre cismáti-

cos e mónacos ou governamentais. Nesse atar das paixões o jornalismo teve uma importância extraordinária como elemento unificador e defensor do grupo, como instrumento de desmascaramento das contradições e sombras dos partidos oposicionistas. Daí esse fervilhar de jornais, procurando cada partido possuir o maior número possível para propagar e defender os seus ideais. Não podemos compreender a personalidade de Rodrigues Sampaio fora deste contexto das violentas lutas partidárias e do sacerdócio da imprensa.

A sua carreira jornalística não se iniciou, creio, senão em 1834 em *A Vedeia da Liberdade*, folha publicada no Porto até 1836, onde apresentava quase diariamente uma resenha dos principais acontecimentos internacionais em relação com a política nacional, resenha essa curta e atrasada por ainda não existirem o telégrafo e o telefone. Ao partir para Bragança como funcionário público é de presumir que houvesse talvez completa interrupção.

REDACTOR EM «A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO» E SUA ACÇÃO CONTRA A DITADURA DE COSTA CABRAL

Mas em 1840, enfraquecendo o partido setembrista, vemo-lo em Lisboa em circunstâncias muito difíceis por ver-se saneado politicamente, desempregado mas com família a sustentar e ainda à mercê de possíveis represálias do partido conservador. Entra, então, para redactor de *A Revolução de Setembro*, órgão fundado nessa ocasião por José Estêvão, Manuel José Mendes Leite e Joaquim da Fonseca Silva e Castro, cujo primeiro número saiu em 22 de Junho. Encarregou-se da secção «Correspondências» e das notícias estrangeiras. Em quase todos os números presenciavam-se artigos que devem ser seus relatando, em várias regiões do País, as acções ditatoriais e os abusos do governo cabralista, e, ao mesmo tempo, os feitos notáveis do partido setembrista. As notícias vêm de toda a parte: do Minho como Barcelos, Braga, Guimarães, Monção, Ponte do Lima, Póvoa de Varzim, Valença, Vila do Conde...; vêm de Trás-os-Montes como Bragança, Freixo de Espada à Cinta, Moncorvo, Miranda...; referem-se ao centro como Castelo Branco, Coimbra, Figueira da Foz, Lei-

ria...; vêm do sul como Faro, Lagos, Portimão, Silves, Tavira...

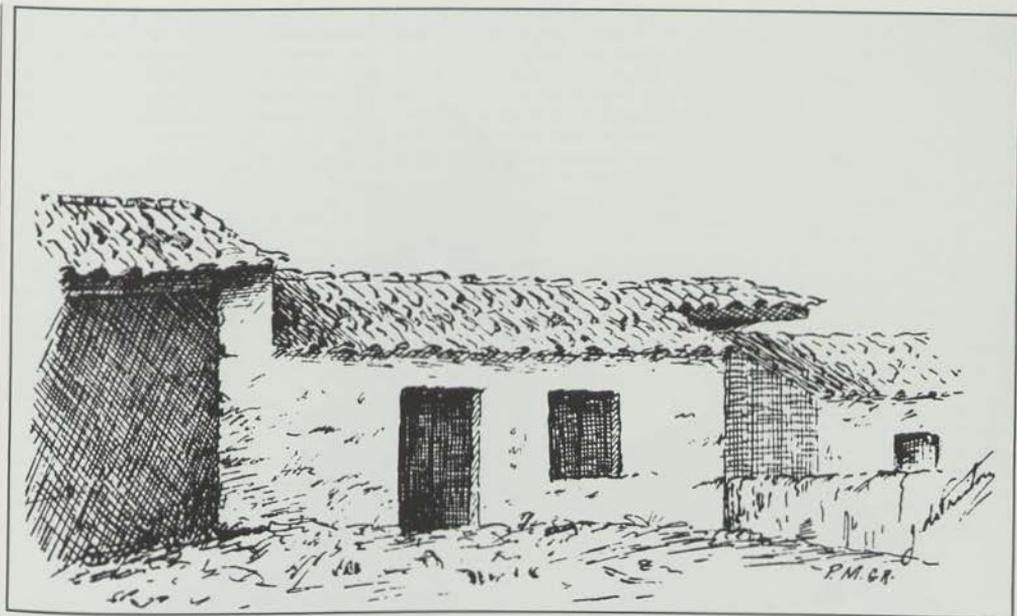
Relatam, em geral, os crimes nefandos, o abandono pelos soldados da missão pacificadora e repressiva para se dedicarem a acções comicieiiras e às eleições, e, com especial incidência, a corrupção dos empregados públicos sequezes de Costra Cabral.

Surgindo, em Fevereiro de 1844, o pronunciamento militar de Torres Vedras, encabeçado por António César de Vasconcelos e José Estêvão, que gorou por falta de adesão de vários regimentos na hora exacta e que só terminou três meses depois com a rendição de Almeida, numa sobrevivência de guerra medieval, e tendo de emigrar José Estêvão para Paris, Rodrigues Sampaio ficou a ser o redactor principal de *A Revolução* vendo-se forçado a assumir corajosamente a responsabilidade, por vezes heróica, do periódico. E com que forte intrepidez se houve mostra-o a luta travada entre ele e o governador civil de Lisboa, José Bernardo da Costa Cabral, irmão do ministro do reino e fiel executor das suas ordens. Intimou o governador civil à imprensa que de novo se habilitasse, mas Sampaio recusou fazê-lo por entender a ordem injusta. Resultou daí a prisão e espancamento dos redactores, distribuidores e tipógrafos, o sequestro, encerramento e selagem da tipografia e oficina; mas o violento diário, devido ao espírito combativo de Sampaio, continuou sempre a sair, impresso em tipografia clandestina, que a polícia, por mais esforços que fizesse, não conseguia descobrir e dismantelar. Houve ocasiões em que se trabalhou, na tipografia e redacção, com espingardas carregadas e prontas a disparar. Situação tão difícil durou nove meses e seis dias, até que se concluiu o processo judicial, que deu sentença favorável ao periódico que, desde então, deixou de publicar-se clandestinamente (29 de Abril de 1845). São de tom desesperante e dramático as palavras textuais de Sampaio, em 6 de Fevereiro, pelas onze horas da noite: «Resta-nos apenas uma hora para escrever [...] daqui a pouco a publicidade, condição indispensável do systema constitucional, será vedada; os presos condemnados como arietes da anarquia; os typos destruídos como projectis (sic) da revolução; calar-se ha o jornalismo; o silencio da escravidão pesara sobre este paiz como uma campá de marmore negro sobre o tumulo.»

Costa Cabral era então a primeira figura política do País, gozando de enorme prestígio no partido cartista, sendo o valido da Rainha, que o nomeou conde de Tomar, e fazendo-se obedecer cegamente por todos, uma vez que não desistia perante qualquer ameaça ou qualquer dificuldade por maior que fosse. Compreende-se, pois, que tal figura apareça enxovalhada pela imprensa setembrista e miguelista e por muito pannelo em prosa e verso. O ditador, porém, no auge do poder pessoal e da perseguição, não hesitou perante a suspensão da imprensa e a prisão de Rodrigues Sampaio aquando da eclosão da revolução popular da Maria da Fonte. E razão tinha para fazê-lo, não fosse o jornal esperado com ansiedade e o jornalista havido por oráculo em todos os principais centros urbanos do País; a multidão chegava a reunir-se nas praças para ouvir ler o periódico recém-chegado pelo correio. O insigne jornalista foi então encerrado no Lameiro e depois transferido para bordo da fragata *Duquesa de Bragança*, donde foi solto em 17 de Maio ou pouco depois.

RODRIGUES SAMPAIO, PRIMEIRO JORNALISTA DO PAÍS, REJEITA AS BENESSES PARA COLABORAÇÃO COM O GOVERNO

Havendo remodelação ministerial sob a presidência do Duque de Palmela para se tentar seguir uma via de conciliação e sabendo o presidente do ministério o valor jornalístico e o vigor revolucionário de Rodrigues Sampaio, então cheio de prestígio por causa da sua renhida, sistemática e vitoriosa resistência à figura odiosa e impopular de Costa Cabral, tentou obter o apoio e colaboração do eminente jornalista por intermédio do governador civil de Lisboa, José Joaquim dos Reis e Vasconcelos. Tentaram-no então com a oferta do lugar de secretário-geral do governo civil de Lisboa mas com a gradação de governador civil, pelo facto de Sampaio ter sido já administrador-geral em Castelo Branco. Mas o jornalista, na pujança da vida e de natureza robusta, capaz de aguentar lutas, rejeita-a, seguindo-se nova proposta, muito mais de harmonia com as suas tendências: a fundação de um jornal com imprensa própria e com uma subvenção do Duque por um ano; se, decorrido esse período, o periódico ti-



vesse prosperado, tanto a folha como a tipografia ficariam propriedade do jornalista; no caso contrário, uma razoável pensão vitalícia ser-lhe-ia paga pelo referido governante para lhe garantir uma vida despreocupada e independente.

Sampaio recusou mais uma vez a oferta, preferindo a realização dos seus altos e sublimes ideais sociais à vida cômoda e descansada de um homem meio vendido e sem liberdade.

**COM A PATULEIA ESCRIBE
«O ESTADO DA QUESTÃO»
E «O ECCO DE SANTAREM»**

As remodelações ministeriais sucedem-se, a paz vai-se afirmando, o partido setembrista vai irradiando a ponto de amedrontar a Rainha, a corte e as principais figuras políticas cartistas, que até receavam a abdicação forçada de D. Maria. É nesta conjuntura que surge, em Lisboa, a «emboscada de 6 de Outubro» — a capital acordou com novo governo presidido pelo Duque de Saldanha, que acaba por anular as eleições e as suas previsíveis consequências.

Se Lisboa se resignou a aceitar o facto consumado, outro tanto não aconte-

ceu no Porto e no Norte, que imediatamente se revoltaram com a adesão da maior parte do País, aparecendo por quase toda a parte os patuleias e as guerrilhas, organizadas também por José Estêvão.

O novo governo temeu fortemente a acção tremenda da imprensa, pelo que a amordaçou rapidamente por decreto de 7 de Outubro, com excepção dos jornais literários e científicos, que a ninguém geravam qualquer receio; seis dias depois prescreveu a prisão dos cabecilhas da oposição, em cujo número se incluía Rodrigues Sampaio, que soube prevenir-se a tempo homiziando-se em casa de um padre amigo. Foi aqui ou na Rua dos Calafates, n.º 114, que redigiu e imprimiu, em 23 de Outubro, *O Estado da Questão* contra a acção política da Rainha, por se intrometer nas lutas partidárias, onde classifica o governo de pessoal e o paço de «espelunca de Caco, aonde se tem reunido os conspiradores.» Afirma ainda que «a púrpura dos reis tem servido para varrer a imundice dos palácios e dos cortesãos mais abjectos.» Seguiu-se *O Ecco de Santarem*, de que saíram apenas quatro números, redigidos entre 8 e 14 de Dezembro, impresso em casa de José Elias da

Desenho da casa onde nasceu Rodrigues Sampaio, em São Bartolomeu do Mar, conforme desenho publicado em «O Ocidente», por ocasião do primeiro centenário do seu nascimento.



Costa Sanches, nas ruínas da igreja de Santa Catarina. No dia 15 a polícia, prevenida por denúncia do local da impressão, assaltou a tipografia do periódico, mas Sampaio ainda conseguiu escapar depois de ter inutilizado o material de impressão.

SURGE O FANTASMA DE «O ESPECTRO»

O jornal anterior foi substituído, dois dias após, com enorme vantagem e projecção, por *O Espectro*, cuja publicação acabou com glória em 3 de Julho do ano seguinte, no sexagésimo terceiro número. Começava com uma grande *advertência*, de que transcrevo parte:

«[...] *O Espectro* é a sombra das victimas que acompanhará sempre os seus assassinos e opressores — é a *umbra mortis*, esse fantasma que não deixa o rico no seu palácio nem o pobre na sua cabana — é o inocente a clamar vingança contra o seu perseguidor — é o dedo invisível da Providencia a escrever nas paredes da casa de Baltasar a sentença da sua morte. *O Espectro* nem se assigna nem se vende. Assim foi o *Ecco de Santarem*. Distribui-se gratuitamente. Algumas almas bem formadas têm oferecido o seu auxilio para ajudar a publicação, que não tem sido accete.»

Foi um dos jornais clandestinos oitocentistas mais importantes no País e até no estrangeiro, que se distribuía de modo misterioso; encontravam-no nas suas secretarias e em casa os próprios ministros, ou recebiam-no pelo correio. Chegou a distribuir-se metido num barril de um aguadeiro ou escondido entre hortaliças, sem que ninguém o visse. Rodrigues Sampaio compôs um jornal desse teor durante mais de seis meses e no meio da mais feroz perseguição. Causam arrepios as peripecias quase aneddoticas da sua composição, impressão e distribuição. Um número chegou a ser impresso na tipografia de um tal Portugal, administrador do concelho de Almada, que a procurava, furibundo, na área da circunscrição municipal; outro foi impresso numa barcaça no meio do Tejo. Noutra ocasião Rodrigues Sampaio foi refugiar-se na casa do próprio governador civil, que por lealdade não podia denunciá-lo. Com o auxilio do sempre dedicado tipógrafo Costa Pratas e dispondo apenas de duas caixas de tipos e de um velho prelo de madeira, essa im-

pressa primitiva e ambulatória estabelecia-se em qualquer local possível, como subterrâneos, águas-furtadas, ruínas... até ver-se obrigado a mudar devido à apurada vigilância policial. Sampaio teve de utilizar os mais variados disfarces para iludir a polícia, chegando mesmo a vestir-se de mulher. O seu último número escreveu-se após a convenção de Gramido, feita em 29 de Junho, depois da intervenção estrangeira solicitada pelo governo com base no Tratado da Quádrupla Aliança. A sua missão cessou, escreve, «entrando (o País) n'uma situação nova, cahindo à roda de nós tudo quanto nos cercava, vendo desaparecer um throno de sete séculos, uma nacionalidade tanto ou mais antiga do que elle, já não temos objecto que defender nem inimigo a quem atacar.» Nele há páginas lindíssimas, que nenhum autor internacional da maior nomeada ousaria rejeitar.

A linguagem destes jornais ou folhetos clandestinos é de guerra, violenta e aggressiva, viril e até por vezes injusta e mentirosa, mas respeitadora e nunca vil.

DE NOVO A GUERRA ABERTA A COSTA CABRAL EM «A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO»

Feita a paz, Sampaio deixou a clandestinidade e regressou à redacção de *A Revolução de Setembro*, onde se conservou ininterruptamente até aos últimos dias da sua agitada existência, com excepção de alguns dias de doença e do seu passeio ao estrangeiro. Nele, até 1851, continuou a fazer forte opposição ao governo, para cujo seio novamente entrou Costa Cabral, e até para a presidência. A sua quase obsessão para com tão odiosa figura levou-o a explorar constantemente as contradições e corrupção desse governante: as origens escandalosas da sua fortuna, a questão do caleche, o problema do *affidavit*, o caso do arrendamento de Alfeite e, já em 1850, o projecto de lei de imprensa do primeiro de Fevereiro, base da chamada *lei das rolhas*. Daqui resultou querer Sampaio assumir pessoalmente a responsabilidade dos seus próprios escritos, o que o levou a assiná-los a partir de 19 de Setembro de 1851. Tanto escândalo cabralista, bem explorado pela opposição, levou depressa à queda ministerial pelo golpe de Estado do Duque de Saldanha. Daqui resultou a Regeneração, que marca uma segunda etapa na

carreira jornalística e política de Rodrigues Sampaio e igualmente no liberalismo português. Era visível o cansaço e desgaste provocados por tanta guerra, sentia-se necessidade da reconstrução do País, impunha-se uma via de pacificação e progresso, que se conseguiu por uma convergência de interesses dos vários grupos da burguesia e dos proprietários; para acabar com as profundas divergências entre cartistas e setembristas elaborou-se o *Acto Adicional de 1852*, que tornou a Carta aceite praticamente por todos. Sampaio acomodou-se à nova situação ingressando, tal como José Estêvão, na Regeneração; pôs assim ponto final na sua vida de lutador indomável para seguir a carreira de homem público dentro do partido, sem todavia cessar a sua acção jornalística, que deixará de ser fundamentalmente demolidora, derrotista e crítica. Sempre redactor em *A Revolução de Setembro*, versará aí os mais variados temas como a peste, a salubridade da cidade de Lisboa, as eleições, a emigração para o Brasil, as colónias, as estradas e caminhos-de-ferro, comentários à vida nacional e internacional, artigos de viagem... Em suma: corre ao sabor dos acontecimentos, das necessidades públicas e da evolução política, mas fazendo um autêntico sacerdócio por uma acção construtiva e já não unicamente demolidora.

RODRIGUES SAMPAIO E AS GRANDES QUESTÕES RELIGIOSAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

Sampaio nem sempre acompanhou os acontecimentos internacionais com certa projecção, sobretudo a nível religioso. Não se lhe nota qualquer artigo referente à definição da Imaculada Conceição por Pio IX, em 1864; nem há artigos seus referentes ao concílio Vaticano I, que mal se vislumbra em *A Revolução de Setembro*.

Há uma outra questão de carácter sócio-religioso em que teve voz activa e muito importante pela elevada coragem que demonstrou — a das Irmãs de Caridade. A maioria da imprensa opôs-se abertamente e urdiu uma formidável campanha contra essas irmãs, mas Rodrigues Sampaio teve a rara ousadia de vir com meia dúzia de densos artigos, de Junho a Agosto de 1858, por que desmascarou a irresponsabilidade do governo e a sem-razão dos ataques da imprensa e do povo. Afirmou neles que

«O Espectro», na edição em livro, publicado em 1881, ainda em vida do autor

tudo o diferendo acabaria imediatamente se o governo assumisse a sua responsabilidade, mas não o fez; mostrou depois quanto havia de vergonhoso e ridículo em ver a multidão armada e furiosa contra algumas mulheres fracas, pacíficas e que não fizeram mal a ninguém; criticou, finalmente, o argumento de muitos contra a importação de educadoras, que era uma ofensa às mulheres portuguesas: se nós importamos ou podemos importar sapateiros, tecelões, artistas, professores, pirotécnicos... porque não podemos importar igualmente as irmãs de caridade? E afinal a sua opinião foi a que vingou como solução governamental.

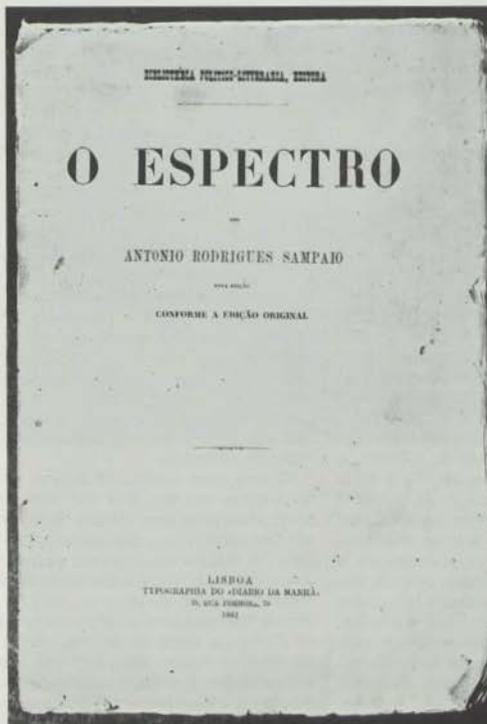
Já na questão das conferências democráticas do Casino Lisbonense tomou atitude diferente: vemo-lo bater armas pela proibição e encerramento, em virtude de serem não só um ataque à religião oficial como também ocasião de cenas de pugilato entre cristãos e judeus.

A propósito do jornalismo de Rodrigues Sampaio, escreve Sérgio de Castro que «em discussões restritamente políticas e propriamente administrativas ainda ninguém o excedeu» numa galeria de jornalistas da segunda metade do século XIX, como Teixeira de Vasconcelos, Oliveira Martins, Pinheiro Chagas, Emílio Navarro, António Enes... «Mas o Sampaio é sempre o grande Sampaio no meio desta galeria, ocupando o lugar de honra». (1)

2.º - SAMPAIO, EDUCADOR E PROTECTOR DAS CLASSES LABORIOSAS PELA ASSOCIAÇÃO

AS PRIMEIRAS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS

Além do primeiro jornalista da capital e do País no seu tempo, há um outro aspecto que merece especial desenvolvimento em Rodrigues Sampaio, refe-



rente à cidade de Lisboa — a sua acção em prol do associativismo para a educação, protecção e auxílio às classes trabalhadoras.

A sua dinâmica neste particular tem de enquadrar-se em todo o vasto movimento, não só europeu como americano, da associação livre dos trabalhadores a partir de 1848, mas que vinha já dos finais do século XVIII. Tem de inserir-se dentro do chamado socialismo utópico: quer de homens práticos como R. Owen, quer de teóricos franceses como Saint-Simon, Fourier e Proudhon, que procuram todos encontrar solução para os três grandes problemas do seu tempo: progresso da industrialização, pauperização dos trabalhadores e consequente concentração nas zonas fabris e urbanas.

Em Portugal afirma-se também idêntico movimento, mas com muito atraso e frouxidão em relação aos países mais industrializados. Entre nós a associação será primeiramente mutualista, isto é, de mútuo auxílio e de cooperação; mais tarde passará à fase de movimento sindicalista ou de defesa clara dos interesses da classe operária face à entidade patronal; a última fase, de reivindicações de carácter político, dar-se-á nos finais do terceiro quartel de Oitocentos.

A primeira associação não corporativa em Portugal data de 3 de Fevereiro de 1839 — a *Associação dos Artistas Lisboenses* — devido a Alexandre Fernandes da Fonseca, humilde homem do povo, sem ilustração, que morreu na profissão de porteiro do Palácio de Queluz e que criticava os socialistas utópicos. Seguiram-se outras associações de operários como a *Associação dos Alfaiates Lisboenses*, a *Associação Tipográfica* e alguns montepios; mas todas se limitavam à defesa e protecção económica, à prestação de socorros mútuos, à protecção na doença e na velhice, à instrução popular, ao mutualismo, sem qualquer ideário socialista (?).

Só após a eclosão da revolução francesa de 1848 é que houve profundo incremento do movimento associativo no operariado português, graças à acção do engenheiro Sousa Brandão e de Lopes de Mendonça e, mais tarde, do tipógrafo Vieira da Silva Júnior em «*O Eco dos Operários*», publicado pela primeira vez em 28 de Abril de 1850. Fruto destes esforços é o projecto da *Associação dos Operários*, datado de 27 de Junho de 1850, cujos estatutos foram publicados



Caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro aludindo à nova edição de «O Espectro»

no número treze desse jornal. Segundo esses estatutos, a associação era a reunião de todas as pessoas de qualquer arte ou ofício procurando assegurar a garantia ao trabalho, criar novas indústrias, conservatórios para estudos artísticos, bibliotecas e museus. No primeiro de Setembro desse ano realizou-se a primeira reunião da associação com a presença de indivíduos pertencentes a dezasseis profissões diferentes, tendo-se aprovado um documento onde se afirmava expressamente que «o principal fundamento desta associação é o relacionamento das classes, os delegados das classes procederão imediatamente ao recenseamento dos indivíduos do seu ofício quer mestres, oficiais ou aprendizes».

Com a revolta militar de 1851 houve enormes dificuldades que levaram ao seu desaparecimento, mas o triunfo do Partido Regenerador e o apoio a ele dado pela ala esquerda do liberalismo vieram a criar condições algo propícias para o desenvolvimento do associativismo operário. Assim surgiram logo em seguida, em Lisboa, associações de sapateiros, tipógrafos, alfaiates, tecelões, tendo como denominador comum entre si o mutualismo.

O CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

Em 1852 funda-se em Lisboa o *Centro Promotor dos Melhoramentos das*

Classes Laboriosas, que vai ter especialíssima importância até 1872 por facilitar acções sociais, animar o debate associativo e orientar os dirigentes, cujos estatutos foram aprovados em 1853 por decreto de 16 de Junho. Pois, o Centro Promotor tem especialíssimo interesse para a história de Rodrigues Sampaio que, desde a sua fundação até 1860, aparece sempre como presidente eleito, depois como presidente da assembleia e, por último, como presidente honorário em reconhecimento do seu trabalho benemérito.

Os seus estatutos, redigidos pelo engenheiro Sousa Brandão, que então ocupava um lugar importante no recém-criado Ministério das Obras Públicas, definiam como seus objectivos:

- promover e realizar todas as instituições e benefícios necessários às classes e difundir tanto o ensino elementar como o ensino geral e técnico das artes e ofícios, especialmente a leitura, os princípios do cálculo e a geometria prática;

- organizar os presépios ou casas de berços para as crianças, e asilos para os velhos desamparados;

- promover o aperfeiçoamento moral e intelectual das pessoas pertencentes às classes laboriosas, que por falta de recursos não possam cuidar da sua educação;

- estabelecer depósitos e bazares, aqueles para recolherem as matérias-primas e de consumo das diferentes in-



O Largo do Pelourinho e os Paços do Concelho de Lisboa antes do incêndio de 1863

dústrias, estes para dar extracção aos produtos do seu fabrico;

— propagar, por escritos e discursos, os conhecimentos da economia industrial e doméstica;

— aperfeiçoar os métodos de trabalho promovendo a introdução ou invento de maquinismos novos, e os meios de remunerar os seus introdutores ou inventores, como se faz na sociedade francesa *Encouragement*;

— fomentar quaisquer outros melhoramentos em harmonia com a índole e fins da associação.

Segundo os estatutos, seriam convidados a fazer-se representar, do mesmo modo, as associações de beneficência, instrução artística e quaisquer outras de fins idênticos aos supramencionados. Poderiam pertencer e ser seus membros todas as pessoas de qualquer classe ou condição, independentemente das suas opiniões políticas e religiosas, mediante proposta assinada por três sócios como abonadores.

Em 22 de Outubro de 1870 foram estabelecidos outros estatutos, que mantinham os mesmos fins, mas especificavam mais meios:

— organizar uma biblioteca e gabinete

de leitura com livros e jornais apropriados às classes laboriosas;

— fazer conferências, cursos, prelecções e leituras de assuntos de interesse para todas as classes;

— sustentar a escola denominada *Vieira da Silva* e diligenciar a criação de outras, principalmente dominicais e nocturnas, nos bairros que delas carecessem;

— promover a fundação de associações de classe cooperativas e de socorros mútuos;

— discutir em assembleia geral e advogar perante os poderes públicos os assuntos de interesse para as classes laboriosas, quando não envolvessem questão política ou religiosa;

— conceder diplomas de sócios beneméritos aos indivíduos com relevantes serviços em prol das classes laboriosas e das associações;

— coligir e coordenar os documentos publicados ou inéditos com interesse para a história das associações e das classes;

— coadjuvar, em tudo o que lhe for possível, a direcção do *Albergo dos Inválidos de Trabalho*, concorrendo para esse asilo com a prestação semestral de cinco por cento da receita das quotas;

— criar um jornal que defendesse os interesses das classes laboriosas.

Receando fossem perigosas as exigências das classes laboriosas por pôrem em risco a ordem ou estabelecerem a demagogia, o governo foi extremamente cauteloso na aprovação dos seus estatutos em 16 de Junho de 1853, pois limitou-a a duas finalidades: difundir o ensino elementar técnico aos que professassem as artes e ofícios, e promover o aperfeiçoamento moral e intelectual das pessoas que aos mesmos se dedicassem. Duas importantes cláusulas foram postas, que revelam bem profundamente o medo e quase-maldição que pesavam sobre as associações:

— nenhuma mudança podia ser introduzida nos estatutos aprovados sem prévia autorização;

— o governo poderia, sempre que achasse conveniente, nomear agentes para fiscalizar os estabelecimentos levantados e declará-los dissolvidos, quando verificasse não corresponderem aos fins para que foram criados.

Esta associação tratava, portanto, de promover o aperfeiçoamento e o bem-estar social, cultural e económico das classes laboriosas, independentemente da ideologia política ou religiosa, e de

coordenar idêntica acção das outras agremiações operárias. Foi uma instituição das mais úteis levantadas na capital em relação aos interesses da classe trabalhadora; deveu-se-lhe nesse tempo o lustre da classe operária; os benefícios do socorro mútuo de que gozaram foram obra sua; colocou juntas, reunidas e abraçadas todas as classes, conseguindo assim destruir ódios antigos e quebrar velhos preconceitos; teve a principal parte no derramamento da associação pela nossa terra; no seu seio militavam como sócios as primeiras notabilidades literárias e muitos dos homens mais importantes na política e nas artes.

Para difundir os seus ideais e arraigá-los nos membros, criou-se, nesse tempo, o *Jornal do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas*, folha semanal, de que saíram vinte e oito números em duas séries (?): a primeira com vinte e cinco e a segunda com três, sendo a colaboração à volta dos interesses, da aculturação e da promoção das classes laboriosas. Na colecção incompleta que consultei na Biblioteca Nacional (a que faltam os três primeiros números), não encontrei qualquer colaboração do nosso patriarca da imprensa. Em todo o caso refere outra publicação um artigo seu, sem indicação de data e origem, que é um autêntico hino à associação:

«É pois evidente que temos grandes recursos e que temos excelente meio de os fazer produzir — é a associação.

Associem-se, porque o homem só não vale nada, e reunido com outros vale muito.

Associem-se porque o capital mais avultado de um individuo é sempre menor que o capital de uma sociedade.»

E terminava pedindo que se juntassem na construção de obras públicas, que se associassem os capitais nas empresas, nas companhias de caminhos-de-ferro ou de vapores; que se associassem nas comissões de paróquia.

RODRIGUES SAMPAIO E O CENTRO PROMOTOR

Rodrigues Sampaio queria o trabalhador da mesma profissão associado para defender o interesse comum, bem formado e culto, capaz e idóneo; mas sem se meter em associações reivindicativas de greves, ordenados e lutas de classe; queria a subscrição e cotização para a doença, a velhice, a viuvez e a orfandade; queria, depois, a associação das as-





Retrato de Rodrigues Sampaio, publicado em «O Ocidente», por ocasião do primeiro centenário do seu nascimento

sociedades numa verdadeira federação, que coordenasse todo o conjunto. É nesta perspectiva e dinâmica que tem de entender-se o Centro Promotor, de que foi, por vários anos, presidente efectivo, o qual foi um verdadeiro prolongamento popular da Regeneração, facto que explica o apoio recebido dos políticos, dos jornalistas e dos literatos.

Em 10 de Setembro de 1853 publicou-se no «Jornal do Centro» uma representação que dirigiu ao Governo a pedir que se desse execução ao decreto de 30 de Dezembro de 1852, que legislara o ensino industrial; pedia que se abrissem no principio do próximo futuro

ano lectivo as aulas e oficinas do Instituto Industrial para as classes laboriosas poderem aproveitar e ilustrar-se.

No primeiro número da segunda série do «Jornal do Centro», de 16 de Maio de 1854, publicou-se o mapa das associações operárias de classe, formadas nas cidades de Lisboa e Porto desde 1852 até Abril de 1854; contavam-se 2114 sócios e havia em cofre 3473\$990 réis. Todas essas associações estavam filladas no Centro Promotor, mas notava-se uma certa diminuição de actividade, especialmente nos sectores da seda e sapataria. Importava, pois, um inquérito aos vários ramos de actividade. Por ou-

tro lado, o gabinete de leitura sofrera imenso com a interrupção do jornal; esperava-se que o seu reaparecimento levasse à aquisição de todos os jornais nacionais e de alguns estrangeiros. Os cursos ministrados nessa altura eram leitura, gramática portuguesa e língua francesa, não se podendo ir mais longe devido ao mau estado das finanças.

A partir de 1856 publica-se, em Lisboa, *A Federação*, folha semanal, onde se contém resumos e actas do Centro Promotor e de outras associações, dois escritos de Rodrigues Sampaio a propósito da epidemia ou febre amarela de 1857 e muita correspondência dele e para ele, mesmo de personalidades estrangeiras de alto relevo.

Por ela é-se informado de que em 1856 foi proposto que o Centro discutisse os meios de evitar as crises de falta de subsistência e se devia haver restrições no comércio de cereais.

Nela se dá conta do Centro Promotor e da colaboração de umas associações em favor de outras mais carecidas de recursos. Notou-se, sobretudo, essa admirável solidariedade, e com que profusão, por ocasião da peste de 1857, em Lisboa. O Centro Promotor mandou proceder a um exame ao estado dos cofres das associações de classe e dos montepios por uma comissão para isso nomeada para ver as carecidas de meios, que receberiam cada uma 100\$000 réis da Associação Comercial de Lisboa. Em todo o País lançou-se uma vasta campanha filantrópica e humanitária, a que não será estranha a acção de Rodrigues Sampaio. E a imprensa passou a espalhar por toda a parte a elevada mortalidade e as grandes carências de Lisboa. *A Revolução de Setembro* e o seu redactor tiveram aí uma acção preponderante. E os donativos e dívidas não deixaram de afluir, com profusão e de toda a parte, ao digno presidente do Centro Promotor:

Associação Fraternal de Beneficência de todas as classes do Porto	324\$430
Associação de Beneficência de todos os empregados da imprensa da Universidade	30\$000
Sociedade de Socorros dos marceneiros, entalhadores e artes correlativas do Porto	110\$000
Associação Filantrópica das Artes Liberais Portugueses	142\$320

Associação da União dos Tintureiros Portugueses	32\$600
Montepio Conimbricense	116\$880
Caixa de Socorros da Imprensa Nacional	100\$00
Associação Portuense de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas	60\$000
Associação dos Socorros Mútuos dos Artistas Bejenses	60\$000
Três industriais de Lisboa não atingidos	300\$000
Vila de Trancoso	100\$000
Sociedade de Socorros dos Operários Fabricantes do Porto	31\$050
Associação dos Latoeiros Portuenses	112\$000
Associação Benéfica dos Orives do Porto	255\$150
Fraroeira	35\$000
Dois operários de Lisboa	2 libras
Nelas	500\$000
Chamusca (um indivíduo)	50\$000
Paço de Arcos (um doente)	4\$500
Montepio de Leiria	38\$430
Centro de Socorros do Porto	200\$480
Comissão de Socorros a favor dos pobres em Alcobça	218\$365
Associação Fraternal Portuense dos Ferreiros e Serralheiros	36\$100
Associação Tipográfica Portuense	13\$760
Associação Filantrópica Portuense dos Sapateiros	83\$650
Montemor (habitantes)	400\$940
Amigo de Rodrigues Sampaio	22\$500
Coimbra (artistas)	120\$000

Tão elevado número de dádivas levou ao artigo de Rodrigues Sampaio, em A Federação de 28 de Novembro de 1857, com o título *A Caridade e a Epidemia*, de que extraio alguns parágrafos:

«Cáem ainda muitos de nossos irmãos, a morte ceifa ainda vidas aos centos, mas a caridade já lhe está sobranceira, domina as suas posições. [...] Vivía Lisboa a vida de quasi todas as cidades. A praça, os passeios, os theatros, os bailes — passatempos de felizes; a fome, as angustias, os incommodos, as inquietações — apanagio das classes pobres. Um ria sem ninguem o incomodar, o outro chorava sem ninguem o attender. [...]

Fizeram-se milagres. Deus multiplicou os haveres dos pobres para acudir a

seus irmãos afflictos. Não pôde deixar de admirar-se como associações pobres, povoações pequenas, homens sem poderio, reuniram sommas relativamente grandes, moralmente efficacissimas [...]

E as várias associações davam conta das suas receitas, das suas despesas, da morte dos seus sócios, dos funerais que pagavam, sócios que eram subsidiados, etc.

Entretanto, a comissão do Centro Promotor, encarregada de examinar o estado económico das associações e montepios da capital, que carecessem de auxilio para ocorrer ás excessivas despesas motivadas pela epidemia, elaborou um relatório com base nos saldos do mês de Agosto, nos sócios falecidos e no déficite provável em Dezembro. Como conclusão elaborou um mapa dividindo as associações em três categorias:

as já carecidas de socorros — 7
as que podem precisar no fim do mês — 3

as que não carecem por agora, embora com enormes despesas — 16.

No total vinte e seis associações, montepios ou sociedades com um total de 7303 sócios em Novembro, de que estiveram doentes 2070 e faleceram 355, fazendo-se-lhes empréstimos ou donativos no valor de 1280\$440 réis com mais 506\$400 em Dezembro. Elevou-se a perto de cinco contos de réis a soma das várias subscrições que ao Centro Promotor coube a honra de distribuir.

A acção de Rodrigues Sampaio na febre amarela foi de tal modo importante que em 14 de Agosto de 1862 o governo de Anselmo Braamcamp elaborou uma grande lista de pessoas a galardoar devido aos relevantes serviços que diversas corporações e indivíduos prestaram por ocasião da epidemia da febre amarela, que assolou a capital em 1857, e aos assinalados actos de caridade e devoção cívica que praticaram em tão calamitosa crise. Por isso, decidiu galardoar com um grau na antiga e mui nobre ordem da Torre e Espada do valor, mérito e lealdade, um conjunto de 208 pessoas. Sampaio aparece galardoado na secção «Diversas Associações», sendo o primeiro dos cinco pelo Centro Promotor.

Monumento a Rodrigues Sampaio em Esposende



Na sessão de 27 de Setembro de 1860 foi aprovado o regulamento interno do Centro Promotor, que Rodrigues Sampaio assinou e se publicou em avulso em 1868.

Na sua qualidade de presidente do Centro Promotor é que trocou correspondência com o poeta francês, emigrado político, Victor Hugo através do intermediário Barbier, o qual foi autorizado a vir para o país, por decreto de 24 de Março de 1859, após diligências de Felicidade de Castilho junto do Duque da Terceira, presidente do Ministério.

Continuou Rodrigues Sampaio a ser eleito presidente do Centro Promotor até 1859, por grande maioria. Notou-se-lhe nesta data uma guerra contra a sua presidência, mas a oposição ficou completamente derrotada pela maioria, que lhe votou 153 votos. Creio que tal campanha se conjugava com as suas excessivas actividades no parlamento, na imprensa e na família, que não permitiriam dedicar-se muito ao Centro. Mas foi devido também à traiçoeira guerrilha de membros invejosos e ambiciosos. Explica-se assim a sua actuação na reunião de Janeiro de 1860, em que agradeceu a sua reeleição, mas afirmou a impossibilidade de presidir às sessões, estando no resto pronto a prestar toda a colaboração possível, não só ao Centro Promotor como a todas as outras associações.

Em Março de 1861 lançou uma subscrição a favor dos desvalidos pescadores do Barreiro. Mas o Centro não ficou por aqui. A par desta actividade de subsídios e de socorros aos grupos profissionais mais carecidos, promoveu também a instrução e cultura do operário, criando-se cursos nocturnos de instrução primária e outros cursos humanísticos e científicos. Assim, em Setembro de 1857 anunciou-se a abertura de uma aula nocturna de Francês, mas não chegou a haver alunos matriculados. Aceitou inscrições para um curso gratuito de língua inglesa a dar pelo sr. John O. Moore em 1861, podendo inscrever-se apenas os sócios do Centro Promotor e das outras associações, que desconhecêssem completamente o idioma e com mais de 16 anos.

Creio que Sampaio deixou a presidência do Centro Promotor em 1861, sendo eleito então neste ano para a presidência da Mesa da Assembleia Geral. Mas continuou sempre unido ao Centro e aos seus elevados interesses, não só

pondo-lhe ao dispor *A Revolução de Setembro*, mas também com elevados subsídios que dava. Aconteceu assim, por exemplo, em 1862 quando se abriu no Centro uma subscrição pública aplicada às crianças desamparadas. A subscrição não atingiu a soma que era de prever, porque muitos dos seus membros tinham contribuído já com elevadas quantias noutros sectores de trabalho a que pertenciam, tais como na Câmara dos Deputados, em diversas repartições do Estado, em associações de artistas, comissões de paróquia, listas de periódicos, etc. No documento n.º 1 de *A Federação*, de 14 de Outubro de 1862, Rodrigues Sampaio aparece com a avultada dívida de 4\$500 réis, enormíssima em relação às outras, que não ultrapassam mil réis. Não sei como foi que ele, sempre falto de dinheiro, conseguiu dispor de tamanha quantia para o Centro; mas, naturalmente, explicá-lo é muito bem a elevada dedicação que votou, durante toda a vida, ao Centro Promotor, à associação e aos desvalidos.

Na sessão de 30 de Janeiro de 1862 foi-lhe conferido o diploma de presidente honorário e de sócio benemérito do Centro Promotor.

Se se consultar o *Diário do Governo* do terceiro quartel do século XIX, fica-se abismado com tanta associação criada, autorizada e aprovada no País. Como explicar essa proliferação? Creio dever-se muito ao exemplo de Lisboa, à acção da imprensa e influência do subsídio, à ajuda e aculturação do Centro Promotor como órgão coordenador.

HONRARIAS E VENERAÇÃO NA ÚLTIMA DÉCADA DA SUA EXISTÊNCIA

Depois de 1851 e da sua adesão à Regeneração, Rodrigues Sampaio continuou com muitos admiradores, embora alguns ficassem surpreendidos com a sua viragem à direita. Em seguida, verificou-se a sua escalada nos cargos públicos e nas honrarias: deputado quase sempre de 1851 a 1878, sendo-o por Lisboa apenas uma vez no biénio de 1857-58 (noutras ocasiões foi eleito também pela capital, mas sem chegar a ser deputado por ela). Foi vice-presidente da câmara electiva em 1866, 1867, 1868 e 1870.

Se como parlamentar esteve longe de ser genial, ultrapassou bem a mediania e vulgaridade, caracterizando-se as suas intervenções pela razão e, sobretudo, pelo realismo.

Em Setembro de 1859 foi nomeado conselheiro do Tribunal de Contas, função que lhe fora oferecida dois anos antes, mas que então soube nobremente rejeitar. Pena foi que este cargo remunerado, facilitando uma vida sem problemas económicos a quem tanto se sacrificara pela liberdade, lhe quebrassem muita da sua popularidade, pensando-se também que se deixara vender e que anelava por subir na cupidez do dinheiro e do poder.

Em 1866 foi eleito pela Câmara Municipal de Lisboa, fazendo parte da vereação que foi dissolvida, dois anos depois, por ocasião da Janeirinha. Nesse mesmo ano foi indicado para ministro por Joaquim António de Aguiar, mas D. Luís rejeitou-o devido ao sinete ignominioso que lhe ficara de *O Espectro* contra D. Maria II. A subida a ministro só se deu, de facto, em 1870 por poucos dias e depois foi-o sempre com o Partido Regenerador até 1881, ano em que acumulou a pasta de ministro do Reino com a presidência do Ministério, desde Março até Novembro, caindo por divergências entre dois ministros por causa de uma promoção. Mas já há dois anos tinha assento na Câmara dos Dignos Pares do Reino.

Como ministro e governante, se não foi extraordinário (há quem fale de vulgaridade), teve a honrosa qualidade da seriedade, da integridade, da inteira e plena legalidade. Em todo o caso, duas medidas marcam a sua acção ministerial nos anais da história nacional: o Código Administrativo e a reforma da instrução primária, ambas de 1878, uma e outra de alta importância e projecção.

Com que carinho galardoa a dedicação ao ensino, quer dos professores ensinando de noite ou gratuitamente, quer de doadores de terrenos, escolas e mobiliário! Que boa pedagogia esta de estimular a dedicação e o incentivo! Como está aberto a toda a iniciativa e experiência!

Em 1880 presidiu, na Sociedade de Geografia, às festas comemorativas do terceiro centenário da morte de Luís de Camões, em que o Governo inexpressavelmente se pusera à margem, de que resultou o estratégico aproveitamento do Partido Republicano.

Em 1881, por ocasião do seu aniversário natalício, no dia de Sant'Iago, e a pedido dos ministros do gabinete a que presidia, foi agraciado com a comenda da Torre e Espada.

No final da vida, patriarca da imprensa, redactor do periódico mais antigo no País, pessoa de passado brilhante e exemplar, verdadeiro pontífice entre os profissionais da imprensa, todos o respeitavam e até veneravam, nomeando-o para cargos honrosos e presidências honorárias. Assim, ao criar-se, em 1881, a Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses de Lisboa, Sampaio, um dos sócios fundadores, foi nomeado seu presidente honorário.

No ano da sua morte, celebrando-se o primeiro centenário da morte do Marquês de Pombal, foi nomeado igualmente presidente da comissão encarregada da celebração.

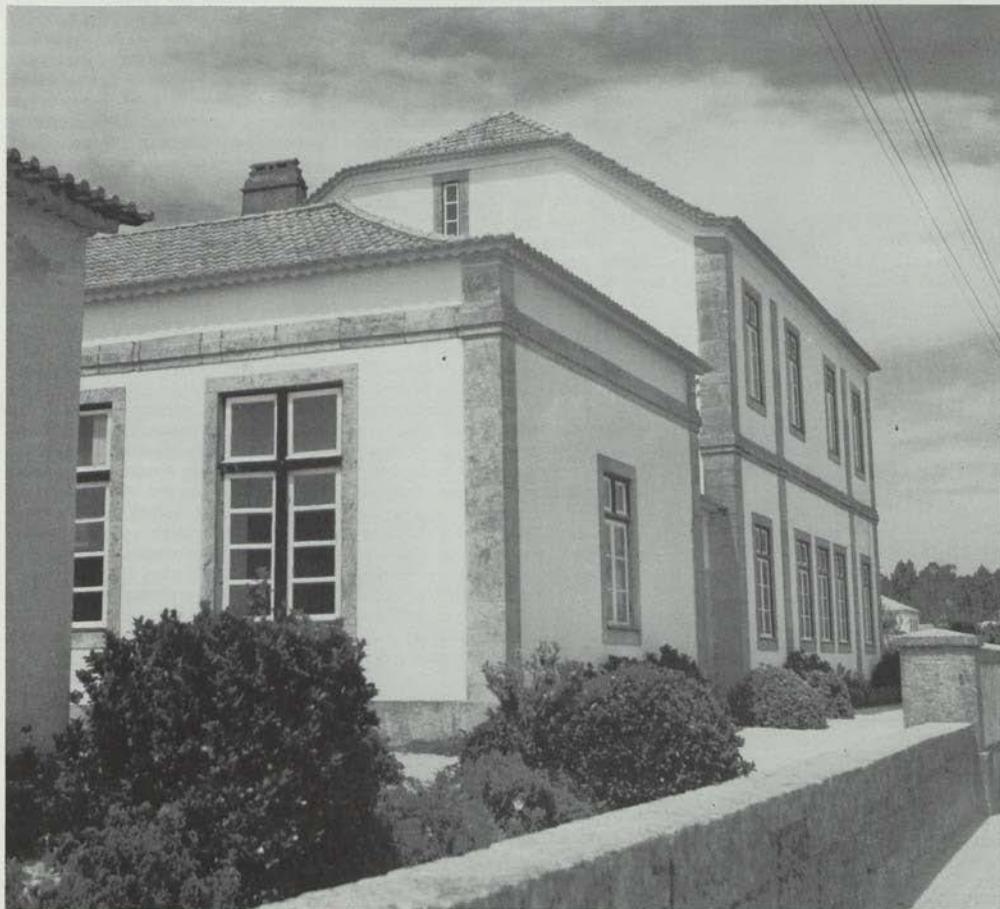
Verdadeiro patriarca da imprensa, ancião respeitador e respeitado, a sua morte fez desencadear, na capital e no País, um grande movimento de simpatia, de admiração e até quase de consagração ao cidadão digno e empenhado, ao jornalista exímio, ao parlamentar e governante impoluto.

(¹) Sérgio de Castro, *Anedotas de António Rodrigues Sampaio* in «Ilustração Portuguesa», II, de 27 de Agosto de 1906, pp. 115-116.

(²) César de Oliveira, «O Socialismo em Portugal (1850-1900)», Porto, 1973, e «Almanak Democrático para 1853», Lisboa, 1853 e Campos Lima, «O Movimento Operário em Portugal» in «O Instituto» de 1905-1906.

(³) A primeira série começou em 12 de Fevereiro e findou em 29 de Outubro de 1853; a segunda série principiou em 16 de Maio e acabou em 1 de Julho de 1834.

A escola «Rodrigues Sampaio» em Esposende



SANTO ANTÓNIO

NO 750.º ANIVERSÁRIO

DA SUA MORTE *

Há uma explicável hierarquia nas esferas celestes. Em torno da divina luz, reverberaram a Graça imensos e pequenos santos, todos eles comemorados num só dia, 1 de Novembro, cada um dos maiores na sua efeméride, no seu altar, na sua paróquia, ou na multidão delas, como acontece com o mais popular, o mais procurado, o mais singelo e amável dos criados de Deus — esse generoso Santo António de Lisboa!

Dos miúdos, e esquecidos, falam vagamente os florilégios. Dos grandes e perpétuos contem as massas — os milagres constantes que fizeram. Alguns passaram da devoção humilde para a glória cívica, são S. Patrick ou Jeanne d'Arc, como São Vladimir ou S. Cirilo, como Sant'Iago de Espanha ou aquele ambíguo António de Portugal, patriarcas de nações. A tradição manda cultuá-los com patriotismo ardente na sua festa obrigatória. É a lei do tempo, o enterro dos heróis e a imortalidade dos padroeiros. Vão-se os homens, sepultados nas páginas ilustres da História; ficam os oragos, anichados, com lamparina ao pé, na edícula das catedrais. Ninguém no Rio de Janeiro lembra Estácio de Sá. Todos recordam São Sebastião, que maneando o gládio incandescente fustigou o invasor na baía da Guanabara. Quem há por aí que evoque a brava defesa da cidade quando a investiram os franceses em 1710? Mas quem não sabe nesta terra que a imagem do maravilhoso português suspensa à porta do convento de Santo António celebra a sua colaboração invencível no combate ao agressor, desde então, e pelas ers adiante, alumia da lâmpada votiva? Eis porque, 750 anos passados de sua morte, parece que ainda vive o bendito varão, o braço cansado o Menino Jesus, no olhar afectuoso a bondade angélica, na mão livre a palma da pureza, metido no seu pobre hábito franciscano, tão meigo e caritativo como os doces taumaturgos, despachados pela Providência à cata do sofrimento, da ansiedade e da esperança, eternos mensageiros

da indulgência divina. Não lhe celebramos o fim; honramos-lhe a perenidade. Nem esgotaremos com a crónica da existência, na trajectória de Lisboa a Pádua, na transição de frade agostinho de batina branca para frade esmoler com o burel cinzento de Assis, na passagem de calado irmão porteiro para o prestígio de doutor da Igreja — a verdade exacta e provada de seus méritos. Pois além do documento, que nos convida a metodizar a escalada, da escola infantil da Sé aos púlpitos da Itália, faz, refaz, perfaz a vida desse querido santo a crença inalterável do povo. No caso de outros patronos sagrados dá-se a evasão, do credo doméstico para o aplauso público. Fogem da intimidade para o mito através da necessidade nacional do patrocínio. Escapam ao carinho do lar para o respeito colectivo em forma de simbiose estabelecida, da religião com a política; tornam-se monumentos oficiais — da aliança pactuada entre os governos do mundo e os que do alto os governam. Com Santo António sucedeu o contrário. Abandonou as doutorias e internou-se nas alcovas; deixou a cátedra de teologia e foi ensinar as crianças a soletrar; de bem-aventurado desceu a servo, oculto nos cantos do quarto, à disposição de quem perde uma cousa ou espera um favor; escravizou-se à velhice e à mocidade; parte de seus préstimos ceceu à pátria, recruta silencioso ao serviço das armas, parte às namoradas, incorrigível casamenteiro, bom para desmanchar a intriga, incomparável no reatamento do compromisso, indispensável junto ao sacerdote quando abençoa o casal feliz, sem dúvida o mais importunado e paciente espírito do Céu na solução dos problemas diários; e tão assíduo no auxílio que mal lhe pagam, como se nas suas veias lusitanas corresse o sangue da mãe preta, a ajudar a família praguejosa, ou a honesta seiva do camponês lendário, a seguir para a paz ou para a luta o senhor poderoso!

Isso é que constitui, no fundo místico da sociedade actual, a originalidade de

Santo António. Deixou de ser real, como personagem histórico, para ser omnipresente, como figura anclar do quotidiano, do trivial, do sentimental, menos a posteadade, que convence os incrédulos, do que a afeição, que os apazigua: espécie mágica de força imanente, que se distribui, fluida e amena, sobre as choupanas e os palácios, consolando os que padecem e animando os que esperam, assim, no milagre incessante — ó espantoso semeador de maravilhas! — dos grandes santos da folhinha o mais conhecido, o mais próximo, o mais fácil, o mais pronto e risonho de quantos se misturam na corte divina.

Induz-nos esta certeza a concluir, que há na sua luminosa unidade uma dualidade óbvia. O mesmo António é, no claro da pesquisa, um, e forte humanista, e, no juízo familiar, outro, e inexcelsível santo. Tenha-se em vista o que dele sabe a erudição: e considere-se o que dele conta a gente, aquela, arredando da veracidade austera a fábula ingénua, esta, metendo na história verídica a lenda gostosa, de modo a agigantarem em diferentes proporções o extraordinário sujeito. Para os que o estudam, um pregador fascinante; para os que o invocam, um beato milagroso. Dois colossos que se confundem na perfeição singular: o que andou, adolescente, pelas escadas de Alfama, vindo em baixo a tranquilidade azul do Tejo, e o que para, serviçal, nos cimos da angústia, vindo em baixo o turbilhão das almas. Obedecendo a essa conjuntura — o que de inegável se escreveu, e o que de deslumbrante se diz do bom frade, dividimos naturalmente a sua biografia, separando da que ninguém discute a que todos acreditamos. Vamos à primeira, que a segunda nos colocará reverentes nos degraus de sua devoção.

A Fernando Martins e à sua mulher, filha de um dos cruzados franceses que ajudaram a conquista de Lisboa aos mouros, nasceu em 1190 Fernando de Bulhões. Soa-nos o nome como de Buillon, o chefe da primeira cruzada. De sua infância se narra que a ameigou o instinto da piedade à sombra da mãe exemplar, propenso a dar aos traseantes a moeda que recebia dos pais, marcado por uma generosidade irresistível, que fazia prever a sua vida futura. Aprendeu a ler no colégio da Sé, vizinho de sua casa, onde lhe levantariam a igreja, ainda hoje (como a Basílica de Pádua) sede, em Portugal, do culto de Santo António. Estava-se no epílogo da reto-

mada do país aos árabes. Acabava-se de fundar a monarquia. Não havia muito, nas colinas de Guimarães, Afonso Henriques e o aio sublime, Egas Moniz, a espadeiradas valentes tinham batido os inimigos da independência. Abriu o Rei aos cistercienses as portas do País. São Bernardo de Clairvaux mandara edificar as capelas enquanto escalava ele os castelos. Respirava-se na sua densidade moral, na sua inquietação guerreira, na sua docilidade religiosa a Idade Média: quem não saía a batalhar, vestido de ferro, entrava a rezar, amortalhado na batina. Mais do que o repouso para a reza a Igreja era a aula para a lição. Os cavaleiros não precisavam aprender o alfabeto: assinavam de cruz. As mulheres ignoravam as letras; contentavam-se com o sussurro; não se dialogava, confessavam-se. A ambição do saber, o apetite do conhecimento, a sedução da ciência — as humanas e divinas ciências do *trivium* e do *quadrivium* nas Universidades que apareciam, a primeira de Paris, em que os mestres de Carlos Magno, insigne analfabeto, assentaram o colégio inicial da sagrada escritura, eram dos monges fechados nos claustros, senhores de livrarias de preciosos manuscritos em que se cantava a poesia latina ou se revelava a filosofia ateniense. Aos 14 anos, inteligente e perseverante, passou Fernando do bairro da Sé para o convento agostiniano de S. Vicente de Fora. Estudou com seriedade os grandes autores, praticou pontualmente a ascese canónica, foi um noviço modelar, queixoso contudo de que a visita dos parentes não lhe permitia a meditação necessária. Daí a resolução de mudar de mosteiro. Conseguiu que o remetessem aos cuidados dos crúzios de Coimbra. A vantagem da transferência patenteia-se na cultura que lá adquiriu, nos mesmos pátios onde, quatro séculos depois, se ilustraria na juventude estudiosa Luis de Camões. Fizeram-no mestre esmoler. Designaram-no porteiro, que atendia aos pobres, enxameando à roda do cenóbio, solícito, rendido à miséria de mão estendida, com vontade de dar de joelhos o prato aos famintos, superior à colegiada na brandura dos costumes. Dois exemplos o atraíram então, o dos professores parisienses contratados para ensinar aos moços do convento, o dos missionários de S. Francisco que vinham da Úmbria, esfarrapados e ignorantes. Nesse contraste espelhava-se a revolução franciscana: consistia em regenerar os homens pela igualdade fraternizando com a Na-

tureza, ao gorjear das aves a compaixão pelos infelizes e a ternura pelos animais. Aproveitou ambas as lições. Tornou-se um sabedor e foi um apóstolo. Por esse tempo hospedaram-se em Santa Cruz os cinco frades que S. Francisco mandara evangelizar em Marrocos. Foram martirizados pelos sarracenos. Não precisou mais o excelente Fernando para optar por sua Ordem. Deixou os crúzios para

Imagem de Santo António existente na Igreja de Santa Maria Madalena, em Lisboa

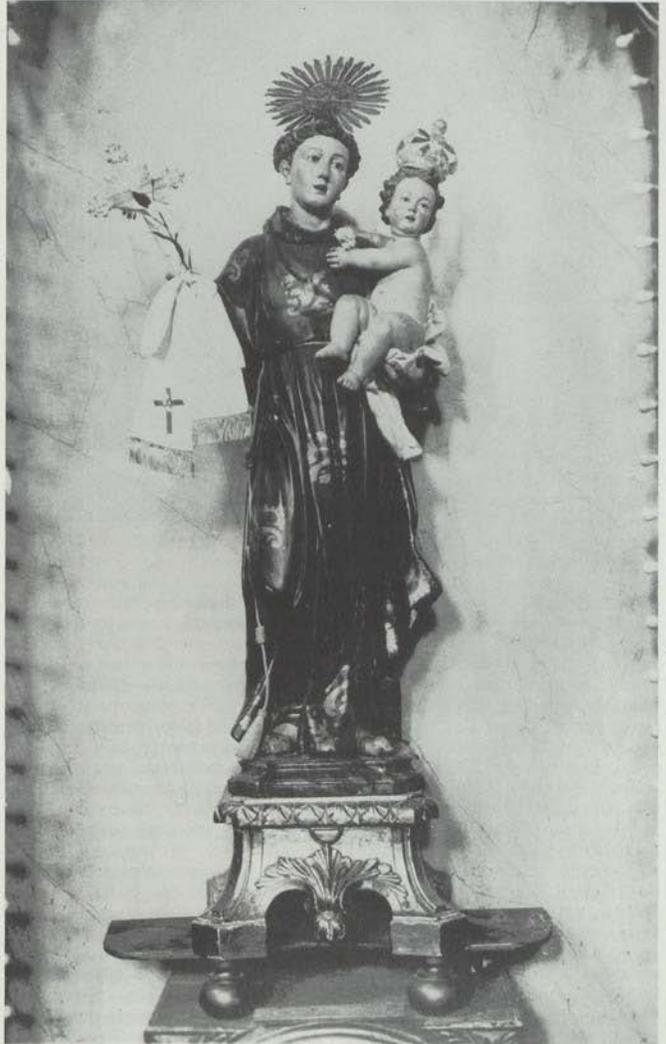




Imagem de Santo António em madeira pintada.
Trabalho português do séc. XVII

se matricular com os franciscanos na pequena casa de Olivais. Trocou de nome. Chamou-se irmão António. Implorou, que o enviassem também ao encontro dos infiéis, em Marrocos. Desejava coroar com o sacrifício o itinerário difícil da santidade. Foi, não chegou a cair sob o cutelo do carrasco, porque adoeceu, e sem poder continuar a missão, teve de voltar a Portugal. O imprevisto — a tempestade — atirou-o para a Sicília. Seguiu penitentemente para Assis, em busca do grande Francisco. Receberam-no hospitaleiramente os confrades, não sabendo que era um letrado, incumbiram-no de trabalhos rudes, foi ter a Forlì, esmagando na humildade nativa as inspirações do talento recalçado. Aconteceu aí a libertação da inteligência: No refetório monástico festejava-se o ingresso de novos padres. Enchera-se a mesa de convívios ruidosos, entre eles

dominicanos cuja profissão era falar às gentes. Chegada a hora da palavra, o superior viu-se perplexo diante do geral constrangimento. Não havia quem se dispusesse a usá-la. O superior lembrou-se então do jovem português. Se tropeçasse na frase, desculpariam, era um estrangeiro inexperiente: se a dissesse com eloquência, elogiariam, era uma promessa da confraria. E pediu ao confuso António que discursasse. Esboçou uma súplica, para que lhe dispensassem a tarefa. Peremptória, ouviu-se a voz do guardião: ordenaval... Levantou-se o Irmão trémulo e assustado, e de imediato a oração brotou sonora e calorosa esmagando ao peso da beleza o auditório pasmado. Mostrou-se nesse instante o que valia, não como laico dos religiosos, nos serviços grosseiros da comunidade, mas como lente dos católicos, na dialéctica sábia das escolas.

Preludia-se a categoria de *doctor Ecclesiae* que lhe competirá, com a obra oratória perpetuada nos *Sermones per annum dominicales* (traduzidos há pouco do latim por fr. Henrique Pinto Rema, Santo António de Lisboa, *Obras Completas*, 3 volumes, Sociedade de Língua Portuguesa, 1970). Impregnou-se da escolástica, discípulo de Santo Agostinho, S. Gregório, S. Bernardo; soube profundamente a Bíblia; firmou os grandes princípios da *escola franciscana*, «transmitindo a S. Boaventura a devoção ao Coração de Jesus, a S. Bernardino de Sena a devoção ao nome de Jesus, a S. Tiago da Marca a devoção ao sangue de Jesus, a Escoto a de Cristo rei da criação» (resumo Gemelli): fez-se o mestre da Ordem. Delicioso, o bilhete que lhe escreveu S. Francisco. «A Frei António, meu bispo. Frei Francisco saúda. Aprove-me que ensines Teologia aos frades, contando que por tal estudo não extingam o espírito da santa oração e devoção, como se diz na regra. Adeus». Ora, sim, mas irmão dos bichos, preferindo a cantoria dos pássaros às vaidades humanas, capaz de trocar as indiférentes plateias pela atenção dos peixes, quando melhor do que os insensíveis era falar aos irracionais! Prêgou António a partir de 1222 na Itália, a cátaros e albigenses na França; andou, explicando o Evangelho, por Bolonha, Montpellier, Tolosa, assistiu em Assis ao capítulo geral que elegeu ministro fr. João Parente (o mesmo que o admitira em Olivais, na saudosa Coimbra); e teve por obrigação ir ensinar no convento de Pádua. Duas vezes em nome dos mínimos da Ordem esteve na Corte pontifícia, honrado pela admiração do Papa, em 1227 e em 1228. Fraquejaram-lhe as energias. Mudou-se para o eremitério de Compiègne. Agravando-se a doença, rogou que o transportassem para a cela de Santa Maria de Pádua. Morreu a meio caminho, em Arcella, cercado de popularidade e gratidão, em 13 de Junho, há 750 anos; tão gabado pelas caridosas virtudes, tão estimado dos contemporâneos, tão evidentemente santo na vida pontilhada de milagres, que dois anos depois, o Papa Gregório IX o elevou aos altares — a 30 de Maio de 1233. Ainda naquele século (em 1263) os paduanos lhe transferiram as relíquias para a basílica a ele dedicada — Santo António de Pádua — na verdade (em recordação da puerícia, do noviciado, da iniciação em S. Vicente de Fora) — o formidável Santo António de Lisboa.

Autorizara-o o *Poverello* a doutrinar na tribuna sem abandonar a humildade franciscana. A fama dos seus prodígios fê-lo bucólico, entre flores de jardim; o rumor deles — tão pequeno, que engorda o cerdo no verso de Dante «di questo ingrassa il porco, sant'Antonio». *Divina Comédia*, Paraíso, c. XXIX, 124. Vieram, ingênuas e poéticas, a *Legenda Prima*, que é de 1323, *Vita et miracula de S. Antonii Olisiponensis*, de fr. Fortunato de S. Boaventura... Deu-se o inevitável. A memória superou a cronologia; ao entusiasmo paduano sucedeu o reconhecimento universal; o povo suplantou os historiadores testemunhando e jurando a ubiqüidade, a presteza, as intermináveis gentilezas do santo. Passamos assim de sua imagem professoral, esclarecida de tanta citação erudita, nas aulas de Itália, à imagem popular, simples e mansa, tão íntimo, no seio da família, que desmente a sorrir o ditado céptico, de que santo de casa não faz milagre. Não fez outra cousa o eloquente António, onde quer que o veneraram, nestes sete séculos e meio, os devotos fiéis.

No Reino foi prodigioso: na colônia, vigilante e prestativo. À medida que o celebravam os crentes, premiava o Estado o patriotismo pontual. O melhor que se lhe concedeu, foi o engajamento nos exércitos; para que não se dissesse que era um privilégio, convidaram-no a promover-se por actos de bravura. Como soldado raso no Forte de Santo António da Barra, na Baía, e na praça do Rio de Janeiro. Em 1633 nos barrancos de Santo António além do Carmo rechassaram os baianos o ataque de Maurício de Nassau; em 1635, ao irromper a luta em Pernambuco contra os holandeses prometeu-lhe a Câmara agradecer com muitas homenagens a expulsão do invasor; e de tal modo se portou o santo que o governador D. Rodrigo da Costa, em 1705, o promoveu a capitão. Subiu em 1810 a maior de infantaria. Atingiu em 1814 o posto de tenente-coronel com o respectivo soldo — e por ele os frades de S. Francisco o receberam até 1907. No Rio foi elevado bruscamente de soldado a capitão por sua mirífica presença no assalto de Duclerc à cidade. Falto de auxílio, a população agarrou-se ao milagroso António, e o elevou a capitão. Pois «nesse conflito desempenhara bem a obrigação de seu posto» (proclama a carta régia de 21 de Março de 1711), foi confirmada a patente, e o soldo consignado à sua festa. Também aqui o promoveu o Príncipe D. João a

sargento-mor, em 1710, a tenente-coronel em 1814; e de bicórneo e espada à cinta, dragonas e feixe de grã-cruz de Aviz sobre o hábito marchetado d'ouro, na mão direita a cruz de prata, na mão esquerda Jesus Menino, lá está florido no nicho do seu convento sobre o largo da Carioca. Título maior lhe deu em S. Paulo o morgado de Mateus, em 1767. A patente é bela na louvação adequada: outorgando-lhe o posto de coronel das tropas da capitania, pedia que as acolhesse na «sua grande protecção, abençoando-as, fazendo-as triunfar e dilatar os domínios de S. Majestade Fidelíssima com glória da Nação que lhe deu o ser». Em Pernambuco foi tenente em 1685 (deveras general nas alturas do fervor público em que por brasileiros e portugueses o seu nome ajudou a desbaratar os flamengos), tenente em 1717, vereador honorário em 1751, com «a propina de 27\$ que a cada um dos vereadores se costumava dar annualmente»... Prosaicamente, a República, extremando a fórmula da separação entre a Igreja e o Estado, esqueceu esse passado e suspendeu o soldo a Santo António. Só não pôde apagar-lhe os serviços da história militar. Melhor dito: não lhe despiu, sobre a lâ do hábito penitente, o uniforme das campanhas ideais. Licenciado do quartel, recolheu-se o santo veterano à doçura da devoção doméstica; voltou, como no tempo de novição, a escovar os assoalhos e a distribuir as esmolas; integrou-se no seu buliçoso serviço sem descanso e sem limite; santo predilecto dos que perdem e querem achar; dos que choram e querem rir; dos que sonham e querem acordar; sobretudo dos que amam e querem ser amados.

Não diremos de seus milagres de todos os dias. Ficaremos no esplendor do seu culto. Serão sempre insuficientes os votos que lhe paguem os frequentes enternecidos por sua lembrança, aquietados por sua intercessão, certos do seu poder, de livro em punho, como na estátua de Donatello que enriquece o altar-mor de Pádua, ou ao receber da Virgem Maria o Menino Jesus para acalentá-lo no musculoso braço português (do quadro de G. David no Museu de Viena) — discreto padroeiro da espera, incomparável santo da promessa.

Acóde-nos a retórica do padre Vieira. Borbulham em nossa mente as preces de quantos apologistas o retrataram na multiplicidade de seus merecimentos. Por mais negativo que seja o tempo e

por mais materialista o mundo em derredor de nossa perdoável devoção pelo patrono de nossos avós, confiantes em que não precisamos trocar de língua para lhe confessar a crença tradicional, imperceptivelmente sentimos a vontade de que continue o que sempre foi, soldado na caserna, amigo do lar, protector na vida, aliado no trabalho, guia no trânsito — da realidade para o êxito —, ó pasmoso Santo António de Lisboa, a seus pés calçados com a alpercata dos mínimos de S. Francisco, Deus no colo e a pátria na alma, a gente de Pádua, o povo de Portugal, a memória do Brasil.

* Paiestra de abertura das Comemorações do 750.º aniversário da morte de Santo António, proferida no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro.

Imagem de Santo António em madeira estofada. Trabalho português do séc. XVIII



AZULEJOS DE FACHADA EM LISBOA - II

III - LISBOA E OS AZULEJOS DE FACHADA

a) HISTÓRIA

Durante o período de expansão ultramarina, os portugueses levaram consigo o idioma, a religião, hábitos de vida e todo um padrão cultural que procuraram reconstituir nas longínquas paragens por onde se iam fixando. O azulejo que começava a ser nessa altura uma das suas criações mais originais, não podia deixar de os acompanhar. Foi assim que durante os séculos XVII e XVIII as olarias portuguesas produziram numerosos painéis destinados a revestir as igrejas e os palácios que se construam nos Açores, na Madeira e no Brasil. Aí se podem ainda admirar alguns exemplares raros e, de certo modo, reconstituir as várias fases da azulejaria portuguesa.

Até essa época o azulejo tinha sido concebido e fabricado para revestir superfícies interiores. Algumas vezes avançava timidamente para decorar varandas, escadarias exteriores ou jardins. Nas fachadas dos edifícios raras vezes era aplicado e, quando tal acontecia, apenas sob a forma de registos, ocupando, portanto, pequenas áreas.

Esta tradição manteve-se ao longo dos séculos XVII e XVIII tanto em Portugal como nas regiões aonde se ia exercendo a nossa influência cultural.

Mas no início do século XIX iria surgir uma nova utilização do azulejo: o *azulejo de fachada* que passaria a cobrir vastas superfícies exteriores dos edifícios religiosos e profanos.

Embora não haja um acordo total sobre este ponto, parece ter sido no Brasil que pela primeira vez se recorreu ao azulejo para revestir fachadas. A polémica, a existir, teria no fundo pouco inte-

resse porque, o que é inegável, é que foi no Brasil que esta prática se desenvolveu e consolidou. Havia, aliás, algumas razões para isso. Em várias regiões do Brasil nem sempre foi fácil obter materiais de construção para revestimento, os quais podiam ser substituídos pelos azulejos. Além disso, nas zonas tropicais de clima quente e húmido, o azulejo apresentava vantagens por ser capaz de reflectir os raios solares e de constituir um obstáculo relativamente eficaz à infiltração de humidade.

Pensa-se que a grande maioria dos azulejos aplicados inicialmente nas fachadas fossem brancos. Mas, os matizes de tom resultantes da acção desigual do fogo produziam, por si só, inegáveis efeitos decorativos (¹). O que parece natural é que os azulejos utilizados nessa altura não fossem fabricados para colocar nas fachadas, mas se destinassem a revestir interiores de vestíbulos, escadarias, cozinhas e casas de banho. Este facto fez com que passasse a ser habitual encontrar, tal como ainda hoje, numerosos padrões aplicados indiferentemente em interiores e exteriores de prédios.

De qualquer modo, as preocupações ornamentais surgiram mais tarde com o fabrico de padrões coloridos que já se destinavam claramente a revestir fachadas, quando se tornou evidente que estas tinham passado a ser um dos locais de mais frequente aplicação dos azulejos.

É provável que esta evolução tenha estado intimamente ligada às olarias portuguesas. Mas o nosso país encontrava-se então no limiar de um dos períodos mais críticos da sua história. As invasões francesas, a independência do Brasil e a abertura dos portos brasileiros ao comércio livre, impediam que continuás-

semos a ser o único ou principal fornecedor de azulejos para a antiga colónia. Outros produtores, entre os quais a França, a Itália e a Holanda passaram a substituir-nos e de tal forma o fizeram que procuraram copiar alguns padrões que eram fabricados pelos oleiros portugueses.

O reconhecimento da independência do Brasil em 1825 não bastou para inverter os acontecimentos. Compromissos assumidos e sensibilidades políticas difíceis de ultrapassar logo após um processo de descolonização, poderão ter sido responsáveis por isso. Mas mais importante terá sido a incapacidade de retomar a laboração das olarias num país dilacerado pela guerra civil de 1832-1834. Só depois de esta terminar a situação se modificou e a indústria do azulejo voltou a conhecer uma fase de expansão e prosperidade.

Esta evolução ficou a dever-se não só ao regresso à paz e ao progressivo reatamento das relações comerciais com o Brasil, mas também a um novo aumento da procura interna. De facto, os portugueses emigrados e que regressavam à Pátria — os chamados «brasileiros» — introduziram em Portugal a moda do azulejo de fachada que tinham conhecido no Brasil. Esta prática iniciou-se, como era de esperar, nas localidades de onde eram naturais a maioria dos «brasileiros», ou seja no Porto e nalgumas vilas nortenhas, com destaque especial para Ovar.

Não é, pois, de admirar que a partir dessa altura tenham começado a surgir em Portugal novas fábricas de azulejos. No Norte assistiu-se à industrialização da fábrica de Miragaia feita por um «brasileiro»⁽¹⁾, ao mesmo tempo que eram fundadas as fábricas do Carvalhinho e das Devezas (1865). Em Lisboa surgiam as fábricas de Constância (1836), Viúva Lamego (1849), Sacavém (1850) e Desterro (1889), além de pequenas olarias de menor dimensão. Todas estas unidades fabris produziam vários artigos de cerâmica e cópias de azulejos antigos, juntamente com grandes quantidades de azulejos de fachada em parte destinados a serem aplicados em Portugal, mas que eram exportados também para o Brasil.

O azulejo de fachada só começaria a ser adoptado em Lisboa a partir da década de 50, mas desde então a sua aplicação generalizar-se-ia, marcando definitivamente a paisagem da cidade. Utilizado com frequência em edifícios mais antigos, como pode constatar-se na Bai-

xa Pombalina, foi sobretudo nos novos bairros da cidade, então em fase de crescimento explosivo, que o azulejo encontraria o campo propício para a sua aplicação e para pôr à prova a imaginação e o sentido decorativo dos nossos oleiros. A partir de 1880 constróem-se os bairros da Estefânia, Campolide, Campo de Ourique, Calvário e Camões, cujos prédios se enchem de azulejos. Esta fase coincide com um acentuado crescimento da população da cidade que passa de 187 000 pessoas em 1878 para 301 000 em 1890⁽¹⁴⁾.

No princípio do século XX surge o plano de Ressano Garcia e assiste-se à construção das Avenidas Novas e Santo Amaro. Nessa época o emprego do azulejo nas fachadas começa a decair e nalguns prédios limita-se muitas vezes a ser utilizado sob a forma de ornamentos de inspiração «arte nova». Depois dos



Azulejos estampilhados. Este padrão encontra-se num catálogo da Fábrica das Devezas datado de 1910, mas é provável que tenha sido também produzido noutras fábricas. R. Esquerda ao Paço do Lumiar, 44

— Fig. 4 a e b

Azulejos estampilhados da Fábrica Viúva Lamego. Rua Maestro Pedro de Freitas Branco, 23

— Fig. 3



Fachada de azulejos com friso de «corda» marcando os vãos.

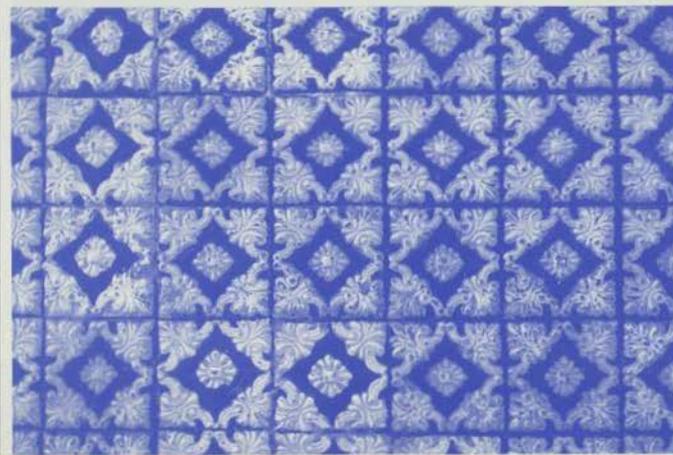
Na grade de ferro da porta existe a data de 1889.

R. Arco do Carvalhão, 299

— Fig. 6 a e b

Azulejos em relevo.
R. do Quelhas, 19

— Fig. 11



anos 20 os azulejos quase desaparecem das fachadas dos edifícios que se vão construindo em Lisboa. Isso, aliás, pode verificar-se em vários bairros surgidos a partir dessa altura, tais como o Bairro Azul, Areeiro, Madre de Deus, Arco do Cego, Alvalade e Encarnação, nos quais o azulejo não aparece como material de revestimento exterior. Tendo em vista a nossa tradição e o nosso gosto pelo azulejo, este facto não pode deixar de surpreender. Vale a pena, por isso, dedicar-lhe algumas linhas para tentar esclarecer as causas que lhe estão subjacentes e que continuam pouco claras.

Tem-se afirmado que por volta de 1920 foi publicada uma postura camarária que proíbe a aplicação de azulejos de fachada em Lisboa. José Carlos Loureiro refere-se a ela, mas não indica as razões que fundamentaram a sua aprovação (1), enquanto Rafael Calado a relaciona com medidas proteccionistas em relação a outros materiais de construção tais como o mármore, o mosaico de vidro e o mosaico hidráulico (?). Operários de fábricas de azulejo, contemporâneos dessa medida, dão outra explicação: teriam sido as Corporações de Bombeiros que pressionaram a Câmara de Lisboa nesse sentido, uma vez que os azulejos se podem desprender, constituindo um risco eventual para as pessoas que se deslocam na via pública.

Contudo, uma detalhada investigação feita nos arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, não permitiu confirmar que esta postura alguma vez tenha existido. Se tal decisão foi tomada é provável que tenha surgido durante uma Assembleia Municipal, não se sabendo se ficou ou não exarada em acta. É também possível que a proibição não tenha tido um carácter global e que passasse a ser aplicada caso a caso à medida que os processos de licenciamento dos novos edifícios entravam na Câmara para aprovação.

Com postura municipal ou sem ela, o que parece não haver dúvidas é que existiu uma proibição. A prova disso está na memória descritiva do prédio situado no gaveto formado pelas Ruas do Salltre e do Vale do Pereiro (n.º 32 da Rua Vale do Pereiro) construído em 1949. O projecto foi da autoria do arquitecto Pardal Monteiro e os azulejos de fachada, desenhados por Almada Negreiros, saíram da Fábrica Viúva Lamego. Vale a pena transcrever a parte da memória descritiva dedicada ao revestimento exterior na qual se procura justifi-



Azulejos estampados
da Fábrica de Sacavém.
R. Capitão Renato Batista, 1
- Fig. 1

Azulejos estampilhados
da Fábrica Viúva Lamego. O padrão é
formado por 4 azulejos que diferem 2 a 2
por uma variante de cor
do elemento central.
Rua dos Bacalhoiros, 14
- Fig. 2 a e b





Azulejos estampilhados com friso.
Na grade de ferro da porta
existe a data de 1871.
Av. 24 de Julho, 52

— Fig. 5 a e b

car o recurso aos azulejos e se solicita à Câmara Municipal a indispensável autorização:

«... Quanto às fachadas procurou o autor dentro de uma expressão francamente de espírito novo, tirar partido do revestimento de azulejo tão largamente empregado noutros tempos nas casas de Lisboa e de que infelizmente se acabou por fazer tão má aplicação pela falta de sentido estético que redundou na satisfação apenas de objectivos de ordem económica e portanto anti-artísticos. Pensa o autor que se justifica mais do que nunca a tentativa de ressurgimento duma indústria tão portuguesa como é a da cerâmica na sua aplicação à construção civil (...). O azulejo português como material de revestimento, deu largas provas de ser excelente e não parece desacertado que se tente, não a reprodução dos seus antigos modelos, mas a criação de novas interpretações estéticas, integrando-o mais no todo da composição, procurando que o conjunto constitua para cada caso uma peça e uma só. É uma tentativa que o autor deseja fazer com esperanças de bom resultado e para a qual se espera concordância e apoio municipais (...).»

A última parte desta citação parece indicar a existência de dificuldades em

obter «concordância e apoio» da Câmara Municipal para colocar azulejos nas fachadas. Daí a preocupação do arquitecto, autor do projecto, em justificar uma iniciativa que não era, nessa época, muito bem vista, procurando reatar assim a tradição dos azulejos de fachada em Lisboa. Mas quanto à razão dessas dificuldades, a memória descritiva nada acrescenta de novo.

Sobre este assunto vale ainda a pena referir mais um facto cuja importância poderá ser discutível, mas que não deixa de constituir, pelo menos, uma curiosa coincidência. Em 1921 a Fábrica das Devezas, que era então uma das mais importantes se não mesmo a mais importante unidade fabril no sector da cerâmica, abriu falência.

Em virtude disso foi constituída uma comissão liquidatória de que faziam parte os principais credores. A fábrica esteve parada 5 anos, tendo retomado a actividade em 1926. Mas nessa altura tinha já mudado de proprietários em virtude da posição maioritária ter sido adquirida por um dos credores cujos herdeiros se mantêm ainda à testa da empresa.

Sendo sabido que a Fábrica das Devezas forneceu durante o fim do século XIX e princípio deste século grande quantidade de azulejos de fachada para Lisboa, não deixa de ser tentador relacionar a sua falência com a proibição camarária, uma vez que aquela surgiu pro-

vavelmente pouco tempo depois desta. Simples hipótese, tanto mais que a produção era na altura muito diversificada não se limitando apenas a azulejos. Além disso, não foi possível obter da parte da actual administração elementos que permitissem fundamentar esta correlação. Apenas se soube que desde então a fábrica não retomou a produção de azulejos decorativos.

Com o início dos anos 20 e o desaparecimento dos azulejos de fachada em Lisboa, encerrou-se um ciclo da azulejaria portuguesa que começou nos meados do século passado e que nos legou alguns aspectos extremamente interessantes que vale a pena analisar.

b) CARACTERÍSTICAS DOS AZULEJOS LISBOETAS

Qualquer observador atento pode constatar que a azulejaria de fachada possui, em Lisboa, características próprias. Isto não significa que grande parte dos padrões utilizados não se encontrem noutras localidades. Mas, o que se verifica em Lisboa, é o predomínio de certas tendências quer no tipo dos azulejos, quer na forma da sua aplicação. O resultado é um estilo diferente da azulejaria e um efeito particularmente feliz sobre a paisagem urbana.

As razões que levaram a esta regionalização dos azulejos de fachada, são

Azulejos estampilhados com friso.
R. do Quelhas, 81

— Fig. 7 a e b





Fachada de azulejos
estampilhados com cercadura.
R. da Graça, 40

— Fig. 8 a e b

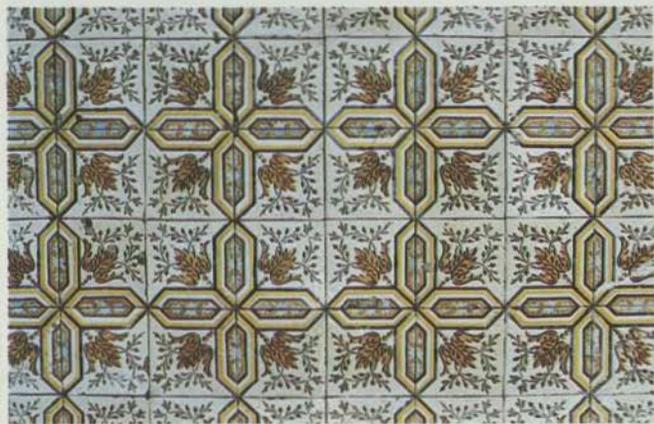
múltiplas e merecem alguns comentários.

Em primeiro lugar é possível que a localização das unidades fabris e a sua dimensão industrial tenham influenciado de certa forma a distribuição pelo país de alguns exemplares de azulejos. Fábricas pequenas ou vocacionadas para a exportação ficaram mais limitadas, em termos de mercado interno, às regiões em que se encontravam implantadas, enquanto que fábricas de grande capacidade produtora tiveram uma expansão muito maior encontrando-se os seus padrões um pouco por todo o País. Ora como a cor, o desenho e a técnica de fabrico variam bastante, é natural que o efeito ornamental dos azulejos de fachada seja diferente de local para local e que isso se torne mais evidente nas grandes cidades.

As fábricas que maior número de azulejos forneceram para as fachadas lisboetas foram Viúva Lamego, Sacavém, Devezas e Desterro. Carvalhinho, Guarfont e Lusitânia são fábricas com uma presença mais modesta, o mesmo acontecendo com Miragaia, Massarelos, Cavaquinho e Santo António do Vale da Piedade acerca das quais escasseiam informações respeitantes a este sector da produção cerâmica. Os exemplares saídos das fábricas de Constância e das Caldas encontrados em fachadas constituem verdadeiras raridades. Não é fácil avaliar a importância que possam ter tido na azulejaria de fachada fábricas como Campolide, Alcântara ou até outras mais antigas. É possível que alguns dos padrões iniciais tenham saído da sua produção, mas nada permite afirmá-lo com segurança.

A Fábrica das Devezas era uma das maiores unidades fabris de cerâmica em laboração no final do século XIX e no princípio deste século. Os seus padrões em que dominam os tons castanhos, azuis, amarelo torrado e *grenat* encontram-se em todo o norte do País e são também extremamente abundantes em Lisboa. Não contribuem por isso para distinguir a azulejaria de fachada lisboeta de qualquer outra.

As fábricas de Sacavém e do Desterro aplicaram ao azulejo as técnicas de estampagem utilizadas nas loiça doméstica de que resulta uma certa indefinição do contorno dos desenhos quase sempre muito rendilhados e uma relativa pobreza do colorido habitualmente monocromático e de cores pouco vivas. (fig. 1) Mas os padrões deste tipo ex-





Fachada de azulejos estampilhados
com friso de «galão».
R. da Penha de França, 243
- Fig. 9 a e b

pandiram-se por todo o País, particularmente os que eram fabricados pela Fábrica de Sacavém, cuja capacidade produtora foi sempre bastante grande.

A Fábrica Viúva Lamego representa, talvez, o caso mais interessante em relação à questão que temos vindo a tratar. Implantada em Lisboa, os seus azulejos serviram de revestimento a numerosas fachadas da cidade a partir da data da sua fundação. Os seus padrões em azul e branco ou em cores vivas, com desenhos por vezes bastante simples e contornos bem marcados nos quais a mancha de cor ganha com frequência maior importância do que o pormenor, emprestam a certas zonas urbanas um belo efeito decorativo e um tom alegre muito característico. (fig. 2 e 3)

Um outro aspecto que teve influência sobre a azulejaria de fachada relaciona-se com as características da arquitectura urbana. Devido a factores climáticos os vãos, que são mais amplos nas fachadas do Porto e deixam pouco espaço para a aplicação dos azulejos, são menos amplos em Lisboa, o que permite dispor de maiores superfícies azulejadas de grande poder decorativo. (fig. 4 e 5)

Mas é sobretudo a integração do azulejo na arquitectura que deve ser realçada como uma das características mais interessantes e mais conseguidas do azulejo de fachada lisboeta. De facto, é frequente encontrar-se um nítida marcação dos vãos das fachadas, feita à custa do próprio azulejo, o qual deixa de ter um papel estritamente ornamental, para se transformar num elemento intimamente ligado à estrutura. Este efeito é conseguido à custa de frisos ou de cercaduras que estabelecem, de uma forma feliz, a transição da pedra para a superfície azulejada⁽¹⁹⁾. (fig. 6, 7, 8 e 9) Aqui, mais uma vez, desempenhou um papel importante a Fábrica Viúva Lamego. Os exemplares saídos da sua produção, muito abundantes em Lisboa, acompanhavam-se quase sempre de frisos ou menos frequentemente de cercaduras, cuja função era exactamente obter uma integração do azulejo nas fachadas. Alguns destes frisos, conhecidos por nomes próprios na gíria dos artífices da fábrica, tinham desenhos muito simples, o que tornava possível produzi-los em grandes quantidades e aplicá-los com os mais variados padrões, sem risco de obter resultados esteticamente desagradáveis.

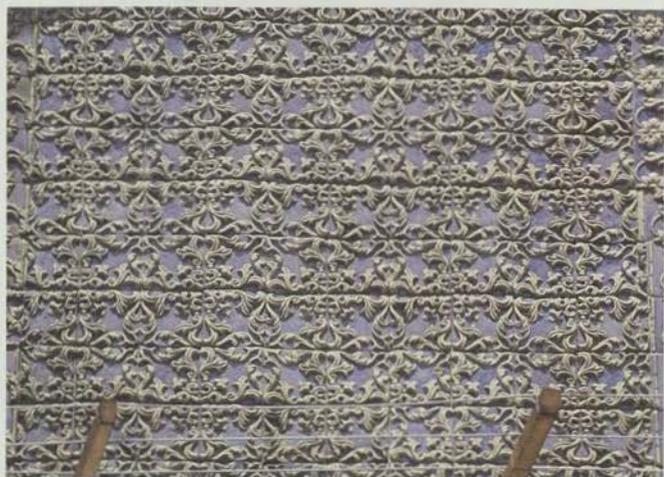
A aplicação dos azulejos sem qualquer remate ou apenas com uma cerca-





Azulejos em relevo com cercadura.
R. do Quelhas, 19
- Fig. 12 a e b

Azulejos em relevo com cercadura.
R. do Paraíso, 66
- Fig. 13 a e b



Azulejos em relevo com friso.
Praça da Alegria, 25
— Fig. 14 a e b



dura nos limites das fachadas, (fig. 10) tão frequente nos prédios do Porto, encontra-se também em Lisboa, mas misturada com outras formas de aplicação mais cuidadas. São em regra padrões saídos de fábricas do Norte, ou de outras como Sacavém e Desterro, as quais nem sempre revelaram grande preocupação pela integração do azulejo na estrutura arquitectónica.

Em 1868 a Fábrica das Devezas iniciou o fabrico de azulejos em relevo⁽¹³⁾, o qual foi também praticado por outras fábricas do Norte, entre as quais Massarelos⁽¹⁴⁾, Cavaquinho e Santo António do Vale da Piedade. Este tipo de azulejos, que à riqueza das cores e ao brilho da superfície acrescenta o jogo das sombras, existe em grandes quantidades no Porto, mas é relativamente raro em Lisboa onde a sua influência sobre a paisagem é nula. Alguns dos exemplares mais representativos que ainda restam encontram-se na Praça da Alegria, na Rua do Queilhas, na Rua do Paraíso, na Rua das Escolas Gerais e no Campo dos Mártires da Pátria (fig. 11, 12, 13 e 14).

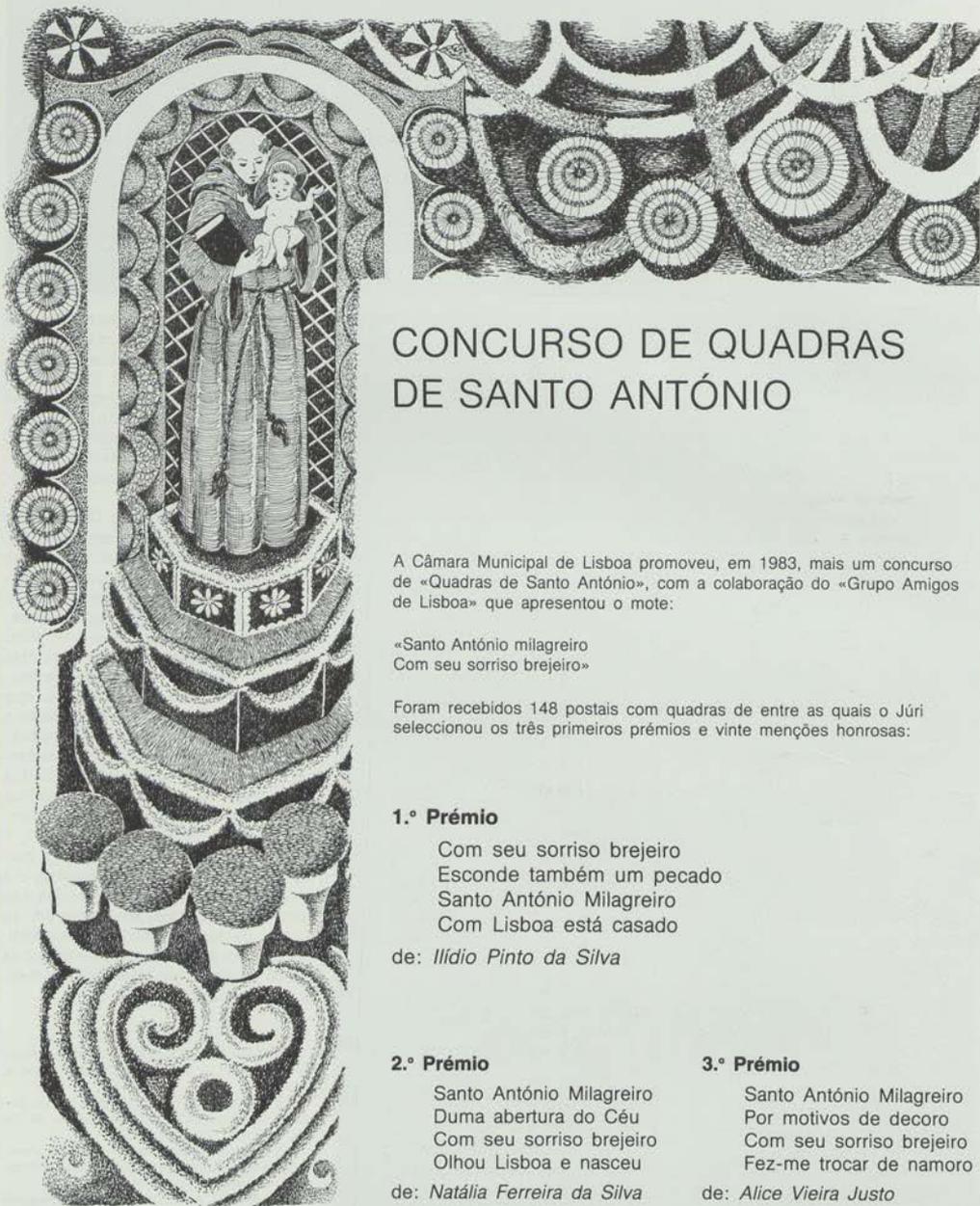
Em resumo, pode dizer-se que o predomínio de certas cores e desenhos e a integração na estrutura dos prédios são factores dominantes que conferem ao azulejo de fachada lisboeta características próprias às quais a riqueza de luz da cidade empresta um importante elemento de valorização.

⁽¹³⁾ FRANÇA, José Augusto — A Arte em Portugal no séc. XIX — vol. I, Livraria Bertrand, Lisboa, 1966.

⁽¹⁴⁾ BRITO, Raquel Soeiro — Lisboa, esboço geográfico —, Boletim Cultural, Junta Distrital de Lisboa, série III, n.º 82, Lisboa, 1976.

⁽¹⁵⁾ LOUREIRO, José Carlos — O azulejo. Possibilidades da sua reintegração na Arquitectura Portuguesa —, Imp. Portuguesa, Porto, 1962.

⁽¹⁶⁾ SANDÃO, Arthur de — Fiança Portuguesa séculos XVIII — XIX —, Livraria Civilização, Barcelos, 1976.



CONCURSO DE QUADRAS DE SANTO ANTÓNIO

A Câmara Municipal de Lisboa promoveu, em 1983, mais um concurso de «Quadras de Santo António», com a colaboração do «Grupo Amigos de Lisboa» que apresentou o mote:

«Santo António milagreiro
Com seu sorriso brejeiro»

Foram recebidos 148 postais com quadras de entre as quais o Júri seleccionou os três primeiros prémios e vinte menções honrosas:

1.º Prémio

Com seu sorriso brejeiro
Esconde também um pecado
Santo António Milagreiro
Com Lisboa está casado

de: *Ilídio Pinto da Silva*

2.º Prémio

Santo António Milagreiro
Duma abertura do Céu
Com seu sorriso brejeiro
Olhou Lisboa e nasceu

de: *Natália Ferreira da Silva*

3.º Prémio

Santo António Milagreiro
Por motivos de decoro
Com seu sorriso brejeiro
Fez-me trocar de namoro

de: *Alice Vieira Justo*

Menções honrosas

Com seu sorriso brejeiro
Foi escondendo mulheres belas...
Santo António Milagreiro
Dai-me muitas! Todas elas!

de: *Alberto Cristiano Frederico Bartholomeu*

Com seu sorriso brejeiro
E muito amor no olhar
Santo António Milagreiro
Leva as moças ao altar

de: *Ana Cristina Domingues Gonçalves*

Santo António Milagreiro
Quando vê um lindo par,
Com seu sorriso brejeiro
Só descansa no altar

de: *Artur Alves de Matos*

Santo António Milagreiro
As meninas «enganadas»,
Com seu sorriso brejeiro
Conserta as bilhas quebradas!

de: *Berta Cândida Salgado Garcia*

Santo António Milagreiro
Quanta graça e fé traduz,
Com seu sorriso brejeiro
E tendo ao colo Jesus!...

de: *Berta Cândida Salgado Garcia*

Santo António Milagreiro
Nas marchas despindo o manto,
Com seu sorriso brejeiro
Veste Lisboa de encanto!

de: *Berta Cândida Salgado Garcia*

Santo António Milagreiro
Fez o milagre preciso:
Com seu sorriso brejeiro
Deu-me noiva com juízo.

de: *Franklin Ferraz dos Santos Marques*

De uma rosa desfolhada
Santo António, Milagreiro
Faz um roseiral florir,
Com seu sorriso brejeiro

de: *Gracinda Matos Monteiro*

Com seu sorriso brejeiro
Nasceu povo, junto à Sé...
Santo António Milagreiro:
Deu ao povo, a sua Fé!

de: *José Henrique Gonçalves Cardoso*

«Santo António Milagreiro»
Milagreiro? — É fantasia.
Com seu sorriso brejeiro...
Deixou-me ficar p'ra tia

de: *Lisette Saraiva Joaquim*

Não sei bem como isto é
Santo António Milagreiro,
Faz as moças dar ao pé
Com seu sorriso brejeiro

de: *Manuel Saraiva*

St.º António Milagreiro
Em Lisboa é popular;
Com seu sorriso brejeiro
Leva as moças ao altar

de: *Maria da Conceição Ribeiro Tavares Carvalho*

Santo António Milagreiro
De mim nunca se lembrou,
Com seu sorriso brejeiro
Para tia me deixou...

de: *M.ª Helena de Almeida Guerreiro*

Santo António Milagreiro
Protector dos namorados,
Com seu sorriso brejeiro
Dos solteiros faz casados!

de: *M.ª Helena Almeida Guerreiro*

Com seu sorriso brejeiro
E seu olhar sonhador,
Santo António, Milagreiro,
É bem o santo do amor!

de: *M.ª Helena de Almeida Guerreiro*

Se tantos milagres faz,
Com seu sorriso brejeiro
Nós precisamos de... paz,
Santo António Milagreiro!

de: *M.ª Helena Duarte de Sousa Neves Ramos*

Santo António Milagreiro,
De Pádua... Olha a gracinha!...
Com seu sorriso brejeiro,
Só pode ser alfacinha...

de: *M.ª Helena Duarte de Sousa Neves Ramos*

Garantiu-me casamento
Com seu sorriso brejeiro,
E nada... até ao momento...
Santo António Milagreiro!!!

de: *M.ª Helena Figueiredo Lima*

O próprio fado cantou
Santo António Milagreiro
E a Severa encavacou
Com seu sorriso brejeiro.

de: *M.ª Luísa B. A. Albuquerque*

Santo António Milagreiro
Dá-me um noivo dos galantes
Com seu sorriso brejeiro
Diz o Santo: Isso era dantes!

de: *M.ª Luísa de Brito Antunes Albuquerque.*





DE CONCURSO DE TRONOS SANTO ANTÓNIO

Dentro da tradição popular lisboeta procedeu a Câmara Municipal de Lisboa à atribuição dos prémios dos «Tronos de Santo António», tendo sido atribuídos os três primeiros prémios e duas menções honrosas, respectivamente:

- 1.º Prémio (ex-aequo) — David Cardoso Vaz
e
Ramiro Cardoso Vaz
- 2.º Prémio — Carla João Figueiredo Roque
e
João José Figueiredo Roque
- 3.º Prémio — Escola n.º 44

Menção Honrosa — César Alexandre Batista Marques

Menção Honrosa — Pedro Gabriel Ferreira Maldonado

LISBOA — 27 de Abril de 1983

O Presidente da Câmara,
Eng.º Nuno Abecasis, recebeu em audiência,
na Sala Rosa Araújo, o Embaixador da Grã-Bretanha





LISBOA — 8 de Maio de 1983

A secular procissão
de Nossa Senhora da Saúde
saindo da sua Capela,
na Mouraria



Nela se integrou,
em representação da Câmara
Municipal de Lisboa,
o Presidente, Eng.º Nuno Abecasis



LISBOA — 11 de Maio de 1983

O Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Nuno Abecasis,
recebeu na Sala Rosa Araújo
o «Mayor» de Perth Amboy (New Jersey), Sr. George Otlwsky,
grande amigo das comunidades portuguesas

LISBOA — 14 de Maio de 1983
Teatro Municipal de São Luiz.
Concerto inaugural do Festival Internacional
de Música de Lisboa,
pela Orquestra e Coro da Fundação Calouste Gulbenkian





LISBOA — 16 de Maio de 1983

Recepção oferecida pela Câmara Municipal,
na Estufa Quente, aos Ministros dos Transportes
participantes na 17.ª Conferência Europeia dos Transportes

O Presidente da Câmara Municipal,
e o Vereador
D. Maria Clotilde Guedes da Silva
visitaram o Pavilhão Infantil
de Artes Plásticas,
integrado na Feira do Livro



LISBOA — 20 de Maio de 1983

O Presidente da Câmara Municipal,
Eng.º Nuno Abecasis,
acompanhado de diversas individualidades,
inaugurou a Feira do Livro,
no Parque Eduardo VII





LISBOA — 23 de Maio de 1983

Recepção oferecida pela Câmara Municipal de Lisboa aos participantes no Congresso da Federação Internacional de Habitação, Urbanismo e Ordenamento do Território, no Pátio Alfacinha

LISBOA — 9 de Junho de 1983
O Vereador Dr. Lívio Borges
recebeu no Salão Nobre dos Paços do Concelho
os convidados das Comunidades Portuguesas





LISBOA — 10 de Junho de 1983
O Presidente da Câmara Municipal,
Eng.º Nuno Abecasis,
presidiu às cerimónias comemorativas
do Dia de Camões,
na Praça Luis de Camões, procedendo
à deposição de uma coroa
de flores no monumento ao poeta

LISBOA — 12 de Junho de 1983
As marchas populares desfilaram
na Avenida da Liberdade



Marcha de Alfama



Marcha do Castelo



Marcha de Alcântara



LISBOA — 13 de Junho de 1983

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,

Eng.º Nuno Abecasis,

acompanhado pela esposa e pelos vereadores

D. Maria Tereza Xara Brasil Corte-Real

e Eng.º Joel Hasse Ferreira, apresentam cumprimentos

ao Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa,

D. António Ribeiro, no final do Te-Deum

em honra de Santo António.

